

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.009/2026 PERP

PARTE ESPECÍFICA (QUADRO DE RESUMO)

1.MODALIDADE	2.FORMATO	3.Nº DO PROCESSO	4.ENDEREÇO/LOCAL DA DISPUTA:	5.CÓDIGO DA UASG:	6.NÚMERO NO COMPRAS.GOV.BR:
PREGÃO	ELETRÔNICO	13.009/2026 PERP	www.compras.gov.br (Comprasnet)	981319	91309

7.OBETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES DIDÁTICOS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.

8.DATA DA ABERTURA	9.HORA DA ABERTURA	10.TIPO:	11.CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	12.MODO DE DISPUTA
13 DE MAIO DE 2026	09:00H	MENOR PREÇO	POR LOTE	ABERTO
REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO UTILIZADAS PELO SISTEMA SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF.				

13.ÓRGÃO GERENCIADOR:

- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

14.LICITAÇÃO EXCLUSIVA OU COM COTAS PARA ME E EPP?	15.FORNECIMENTO:	16. PRAZO PARA ENTREGA:	17.VIGÊNCIA DA ARP:	18.POSSIBILIDADE DE AMOSTRAS?
NÃO	PARCELADO	15 (QUINZE) DIAS UTEIS	12 (DOZE) MESES	SIM

19.ESPECIFICIDADES DO PROCEDIMENTO:

As particularidades pertinentes ao objeto serão aquelas definidas no termo de referência.

20.DOS ATENDIMENTOS, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E VISTAS AO PROCESSO

Todos os atendimentos e demais tratativas com a Pregoeira serão realizados exclusivamente por meio virtual, mediante pedido formal a ser enviado através do e-mail: licitacao@aquiraz.ce.gov.br, como também os pedidos de esclarecimentos, impugnações e pedidos de vistas aos autos;

Já os recursos administrativos e contrarrazões devem ser manifestados através da plataforma www.compras.gov.br, nos termos consignados no presente edital.

21.OBSERVAÇÕES IMPORTANTES E OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA:

- 1) O presente edital se apresenta em duas partes (parte específica e parte geral), onde, na parte específica serão disciplinadas as definições singulares do objeto, qualificação técnica específica, peculiaridades e demais disposições do julgamento. Já na parte geral teremos as demais condições e entendimentos padronizados relativos ao procedimento.
- 2) Existindo divergência entre as informações constantes da parte específica (quadro resumo) e dos demais campos do edital e seus anexos (parte geral), prevalecerão as informações constantes da parte específica.
- 3) Havendo discrepância entre os textos constantes do edital e seus ANEXOS, inclusive quanto a especificação dos produtos, unidades e demais detalhamentos ante aqueles constantes da plataforma compras.gov.br prevalecerão as informações constantes do edital e seus ANEXOS.
- 4) Todas as normativas complementares e regulamentadoras das contratações públicas desse município são partes integrantes desse instrumento, independentemente de estarem anexados.

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.009/2026 PERP

PARTE GERAL

PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ**, por meio da Agente de Contratação, ora denominada de Pregoeira, designada pela Portaria 0501004/2026, de 05 de janeiro de 2026 e por ordem das autoridades competente(s) deste processo as quais constam acima relacionadas, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, em formato **ELETRÔNICO Nº 13.009/2026 PERP**, do tipo e critério de julgamento assinalados no quadro resumo acima, do modo e nas condições fixadas no quadro de resumo inicial, a ser realizado em sessão pública por meio de comunicação via internet, através do endereço eletrônico www.compras.gov.br, e que dará início aos procedimentos de abertura e análise das propostas de preços, formalização de lances, análise e verificação dos documentos de habilitação e demais procedimentos atinentes ao processo, tudo mediante as condições estabelecidas e exigências previstas no presente Edital, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023 e nas demais normas complementares.

A parte geral do presente edital é subdividida em duas outras partes, conforme a seguir apresentadas:

SUBPARTE A – CONDIÇÕES PARA COMPETIÇÃO, JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO.

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização da ata de registro de preços e do contrato.

SUBPARTE B – ANEXOS

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar – ETP;
ANEXO II – Termo de Referência e seus anexos;
ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
ANEXO IV – Minuta da Proposta de Preços;
ANEXO V – Minuta do Contrato.

1. DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES DIDÁTICOS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE**. Tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante do anexo II do Edital.

2. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

- 2.1. A disputa do presente procedimento licitatório terá o seguinte trâmite, em fases distintas:
- 2.1.1. Credenciamento na plataforma Compras.gov.br;
 - 2.1.2. Recebimento das “Propostas de preços” e “Documentos de Habilitação” via sistema;
 - 2.1.3. Abertura das Propostas de preços apresentadas, verificação e classificação inicial;



- 2.1.4. Lances, aplicação do direito de preferência e critérios de desempate;
- 2.1.5. Negociação, se for o caso;
- 2.1.6. Amostras, se for o caso;
- 2.1.7. Apresentação de propostas ajustadas, se for o caso;
- 2.1.8. Fase de aceitabilidade das propostas;
- 2.1.9. Habilitação do proponente melhor classificado;
- 2.1.10. Recursos;
- 2.1.11. Homologação.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.

3.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

- 3.1.1. Quaisquer interessados na forma de PESSOA JURÍDICA que:
 - 3.1.1.1. Esteja regularmente estabelecida neste País, credenciados junto ao portal de compras do Governo Federal, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Aquiraz e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor e deste edital;
 - 3.1.2. Empresas reunidas em consórcio;
 - 3.1.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
 - 3.1.4. Instituições sem fins lucrativos, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei nº 9.637/1998, exceto se o objeto desta licitação se inserir entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017-TCU-Plenário).
 - 3.1.4.1. Possua objetivos sociais / ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, devendo, ainda, cumprir a legislações próprias quanto à forma constituição do tipo de empresa;
 - 3.1.4.2. Possua registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação. A proponente que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação;
 - 3.1.4.3. Constituídas na forma de cooperativas, desde que atendidos os requisitos do art. 16 da Lei 14.133/2021 e da legislação específica correspondente, mediante declaração em campo próprio do sistema, quando o edital assim permitir;
 - 3.1.5. Tratando-se de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do **compras.gov.br** o exercício do direito de preferência previsto em Lei.
 - 3.1.6. A Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, caso contratada, será a responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 em razão da presente contratação.
 - 3.1.7. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste edital e seus ANEXOS, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, ficando, desde já, responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, restando excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido do acesso e manuseio do plataforma, ainda que por terceiros.

3.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.2.1. O autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.2.2. Empresas que não se enquadrem na condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, quando se tratar de licitação exclusiva;

3.2.3. O responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Aquiraz, tenham sido declaradas inidôneas e estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que estejam cadastradas positivamente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

3.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.7. Pessoa jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.8. Que não tenham providenciado o credenciamento junto ao SICAF e aos demais requisitos da plataforma eletrônica de julgamento.

3.2.9. Que tenham em comum mesmo preposto ou procurador.

3.2.10. Os interessados que se encontrem em processo de falência decretada ou em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação.

3.2.11. *É permitida a participação de empresa em condição de recuperação judicial desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos do acórdão nº 1.201/2020 do TCU.*

3.2.12. Empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta.

3.2.13. Empresas Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

3.2.14. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3.3. O impedimento de que trata o item 3.2.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.1 e 3.2.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4. DISPOSIÇÕES DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELO PROPONENTE NO CURSO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

4.1. O proponente interessado na participação da presente licitação fica OBRIGADO a:

- a) Responsabilizar-se pela proposta, declarações, documentos e demais informações cadastradas ou anexadas a plataforma eletrônica COMPRASNET, bem como pelos registros realizados no CHAT durante o processamento e julgamento do certame;
- b) Realizar as declarações eletrônicas exigidas no cadastro da proposta na plataforma eletrônica COMPRASNET, sem qualquer falseamento da verdade;
- c) Remeter, no prazo estabelecido, EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA, os documentos de habilitação, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares solicitados no presente Edital e seus ANEXOS;
- d) Manter-se logado (online) ao COMPRASNET, acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica, atendendo tempestivamente aos chamados da Pregoeira via CHAT;
- e) Cumprir integralmente a proposta comercial cadastrada ou o lance final registrado no COMPRASNET;
- f) Não fazer declaração falsa ou não apresentar documento falso;
- g) Não cometer fraude fiscal;
- h) Não formar conluio ou combinar proposta com concorrente(s);
- i) Não fraudar ou frustrar a concorrência com utilização de mecanismos eletrônicos de registro de propostas, lances e/ou documentos;
- j) Não indicar, para fins de garantia do anonimato da fase competitiva, qualquer tipo de caractere especial identificador da empresa no cadastro da proposta eletrônica no COMPRASNET;
- k) Manter atualizadas todas as informações da empresa no SICAF que possam facilitar a comunicação, particularmente telefones e e-mail;
- l) Não praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública contido no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- m) Não se enquadrar em nenhuma das proibições indicadas nas alíneas do item 3.2 deste Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO DO PROPONENTE NA PLATAFORMA ELETRÔNICA.

5.1. Os interessados aptos à participação do presente procedimento licitatório deverão providenciar o cadastramento do proponente junto a Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), no sítio www.compras.gov.br.

5.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), no sítio www.compras.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do proponente ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ** ou ao

COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso Indevido, ainda que por terceiros.

5.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal na plataforma eletrônica implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6. PARÂMETROS DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO PROCEDIMENTO.

6.1. Obrigatoriamente, os documentos deverão ser da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

6.2. Cada proponente deverá apresentar através do sistema COMPRAS.GOV.BR os documentos exigidos inicialmente, sendo:

- a) a Proposta de Preços e seus ANEXOS;
- b) os Documentos de Habilitação;

6.3. Os documentos, em formato de arquivo, a serem enviados via internet somente poderão ter as extensões *.doc, *.xls, ou *.pdf.

6.4. Os documentos comprovadamente apresentados em formato corrompido ou incompatível com a versão sistêmica operada, poderão ser solicitados mediante nova anexação, por parte da Pregoeira, ficando a critério deste(a), de acordo com o caso concreto, realizar tal solicitação, a fim de que se façam as elucidações necessárias ao pleno julgamento.

6.5. É dever da proponente atualizar previamente os documentos constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. FORMALIDADES QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA:

7.1.1. A Proposta de Preços Inicial, sob pena de desclassificação, será aquela cadastrada exclusivamente pela plataforma do COMPRAS.GOV.BR, caracterizando o objeto, o item proposto e a marca/modelo, nos campos discriminados pela própria plataforma.

7.1.2. Não se faz necessário a inserção do detalhamento dos itens, assim como, a anexação de proposta "em arquivo" juntamente com o cadastramento da proposta inicial. O proponente deverá realizar o preenchimento da proposta de acordo com as informações disponíveis na plataforma, a qual terá conformidade com o Termo de Referência – anexo II do Edital.

7.1.3. A proposta de preços inicial servirá para fins de verificação das condições da proposta, bem como, para realização de comparativo ante a proposta de preços final (consolidada), o qual, encontrada divergência entre as mesmas, salvo quanto a redução dos preços em virtude dos lances ou de melhor oferta, a proponente será desclassificada.

7.2. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

7.2.1. A participação neste certame licitatório dar-se-á pela utilização da senha de acesso individual a plataforma eletrônica COMPRASNET de cada proponente, mediante prévio cadastro da proposta até a data e horário previstos para abertura da sessão do certame.

7.2.2. Nos termos do art. 63, da Lei 14.133/2021, e considerando a regulamentação contida no art. 26, do Decreto nº 10.024/2019, o proponente DEVERÁ, OBRIGATÓRIA E PREVIAMENTE, registrar sua proposta de preços (inicial) na plataforma do COMPRASNET, até a data e horário marcados para abertura da sessão.

OBSERVAÇÃO: RECOMENDA-SE que também seja anexada junto ao SICAF (ferramenta integrante do COMPRASNET), no momento do cadastramento de sua proposta de preços inicial, todos os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos para fins de julgamento do certame, observadas as exigências contidas no edital.

7.2.3. As informações quanto a marca e modelo, se for o caso, e demais especificidades particulares da proposta de preços cadastrada na plataforma, assim como, os documentos habilitação, caso anexada, do proponente melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.2.4. Até a abertura da sessão do certame, o proponente poderá livremente retirar, alterar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada, como também excluir ou anexar novos documentos relativos a habilitação. Depois da data e horário de abertura da Sessão, não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta.

7.2.5. Nenhuma proposta de preços ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada à Pregoeira por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e consequente desclassificação.

7.2.6. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo proponente, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento.

7.2.7. O proponente deverá consignar diretamente no Sistema, na forma nele disposta, além da descrição sucinta do objeto a ser fornecido, inclusive com indicação de marca, modelo e fabricação (se for o caso), a quantidade e os valores unitários e total do objeto proposto, já inclusas todas as despesas inerentes, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

7.2.8. Não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica diretamente no COMPRASNET qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa identificar o proponente, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta e aplicação de SANÇÃO ADMINISTRATIVA.

7.2.9. No momento do cadastro da proposta deverá o proponente realizar as seguintes DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS, disponíveis no próprio Sistema (conforme o caso):

7.2.9.1. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

7.2.9.2. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus ANEXOS, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

7.2.9.4. que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.2.9.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

7.2.9.6. no caso de Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

7.2.9.7. que o objeto será executado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

7.2.10. As declarações mencionadas no subitem anterior serão visualizadas pela Pregoeira na fase de habilitação, quando serão anexadas aos autos do processo de contratação juntamente com a documentação de habilitação.

7.2.11. A falsidade relativa a qualquer das declarações exigidas no item anterior sujeitará o proponente às sanções administrativas previstas no item 15 deste Edital, sem prejuízo das consequências civis e penais que seu ato ensejar.

7.2.12. Para cadastramento da proposta no sistema COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), o licitante deverá se ater ao critério de julgamento definido ao presente certame, conforme definição no quadro de resumo constante do início deste edital, **POR LOTE**. Porém, ao oferecer proposta e ofertar os lances no sistema COMPRAS.GOV.BR o valor a ser observado pelo fornecedor refere-se ao **PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**.

7.2.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá, quando do cadastramento da proposta, parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

7.2.14. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo) do valor estimado da contratação conforme anexo II deste Edital; e

7.2.15. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

7.3. PRECAUÇÕES E COMPROMISSOS QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:

7.3.1. PRECAUÇÕES E COMPROMISSOS QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:

7.3.1.1. O registro de proposta de preços eletrônica, seja ela inicial ou final, vinculada ao presente certame implica, independente de declaração expressa, na(o):

- a) aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS;
- b) garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;
- c) compromisso do proponente para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (anexo II);
- d) impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;
- e) submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus ANEXOS;
- f) obrigação de participar ativamente do certame (ON-LINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pela Pregoeira.

7.3.2. No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o proponente deverá atentar para o fato de que, por razões de limitações técnicas das especificações dos itens constantes no CATMAT/CATSERV (COMPRASNET), as **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLETAS DO OBJETO LICITADO**, para efeito de formulação da proposta de preços, os dados e especificações serão sempre aquelas constantes do Termo de Referência (anexo II).

7.3.3. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame, não cabe em nenhuma hipótese desistência de proposta.

7.4. DOS PREÇOS, CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

7.4.1. O cadastro da proposta/encaminhamento pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O proponente será responsável por todas as transações que

forem efetuadas em seu nome na plataforma eletrônica, assumindo como firmes e verdadeiras sua Proposta de Preços e lances.

7.4.2. Não será possível a oferta de quantidades inferiores às previstas no TERMO DE REFERÊNCIA anexo ao edital.

7.4.3. Os preços constantes da Proposta de Preços do proponente deverão conter apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula em seus valores globais e unitários, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

7.4.4. Os preços propostos deverão estar de acordo com o quantitativo do bem cotado.

7.4.4.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4.5. Os preços propostos e a proposta de preços em si são de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei, salvo nos casos nitidamente verificados e atestados pela Pregoeira que, dentro da situação concreta, poderá agir no sentido de prospectar maior celeridade e eficiência ao julgamento.

7.4.6. Ocorrendo discrepância entre o preço unitário e total, prevalecerá aquele lançado no sistema e utilizado para classificação das Propostas de Preços, devendo a Pregoeira proceder às correções necessárias.

7.4.7. Havendo discrepância entre a especificação dos itens do edital e seus ANEXOS e aquelas lançadas no sistema, prevalecerão as especificações do edital e seus ANEXOS.

7.4.8. Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado no MAPA DE PREÇOS presente nos autos do processo em epígrafe. Entretanto, na disputa de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante do Mapa de Preços; o preço unitário dos itens deverá ser inferior ou igual àquele limite.

7.4.9. Caso não seja realizada a disputa de lances, a proponente que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado. Nesse contexto, estando a proposta inicial inferior ao estimado, a mesma deverá ser considerada.

7.4.10. Caso o proponente vencedor da cota reservada seja o mesmo vencedor da cota de ampla participação, inclusive nos casos na situação anterior, este deverá realizar a adequação dos preços unitários para o menor valor ofertado.

7.4.11. O critério de julgamento do processo licitatório será aquele constante da parte específica do procedimento.

7.4.12. Não serão adjudicadas propostas de preços com valores unitários superiores à média dos preços unitários e totais estimados para a contratação, os quais se encontram definidos no TERMO DE REFERÊNCIA.

7.4.13. O prazo de validade da Proposta de Preços não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da sessão de abertura desta licitação, conforme Art. 48, § 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019. Caso a proponente não informe em sua Proposta de Preços o prazo de validade, será considerado aquele definido neste Edital.

7.4.14. A Pregoeira visando o atendimento a ampliação do princípio da competitividade, bem como, munido da utilização do formalismo moderado poderá, dentro da análise de conveniência e oportunidade e ante ao caso concreto, realizar o saneamento de eventuais erros ou divergências constantes das propostas de preços, seja ela inicial ou a final (adequada).

7.4.15. Será desclassificada a Proposta de Preços apresentada em desconformidade com este item.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os interessados na forma do artigo 62 da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos relacionados no Termo de Referência (anexo II-B) do edital, a serem anexados junto ao cadastro do SICAF ou, através da plataforma COMPRAS.GOV.BR, quando da solicitação por parte da Pregoeira, os quais serão analisados pela Pregoeira quanto a sua autenticidade, veracidade, conteúdo, forma e o seu prazo de validade.

OBSERVAÇÃO: Para fins de definição quanto ao marco da análise dos documentos de habilitação deverá ser considerada como referência para validade dos documentos a data de abertura do certame, ainda que a convocação para apresentação dos documentos seja realizada em momento posterior a abertura, nos termos do art. 63 e 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

No que concerne a regularidade fiscal e trabalhista, o marco para apresentação, análise e validade desses documentos será a data fixada para a apresentação dos documentos, ainda que em momento posterior a abertura, nos termos do inciso III do art. 63.

8.2. As certidões de comprovação de regularidade, bem como as de falência e concordata, caso exigidas neste edital, que não apresentaram expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para a abertura do certame.

8.3. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original, com sua validade para a data da sessão, inclusive em formato eletrônico, contendo os dados para fins de validação, ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do permissivo da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade. Os documentos serão preferencialmente assinados em formato eletrônico, através de meio digital, desde que possuam possibilidade de verificação de conformidade, nos termos regulados pelo ICP-Brasil.

8.4. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal, social e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação por parte do (a) Pregoeiro (a), para a regularização do (s) documento (s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

8.5. A não comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao (à) Pregoeiro (a) convocar as proponentes remanescentes, por ordem de classificação.

8.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

8.7. Será inabilitado o proponente que não atender as exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdo e forma.

8.8. Nos itens/lotos não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.9. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal, social e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

8.10. A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

8.11. A critério(a) da Pregoeira, caso haja disponibilidade “on-line” e seja favorável à agilidade e competitividade do certame, poderão ser realizadas consultas diretamente aos sítios institucionais na

Internet para fins de comprovação de regularidade de situação dos licitantes, fazendo constar, via CHAT, na ata dos trabalhos tais diligências.

8.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o proponente será declarado vencedor.

9. DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

9.1.1. O Pregão será do tipo Eletrônico o qual será realizado em sessão pública por meio da plataforma COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações).

9.1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de AQUIRAZ/CE, agente de contratação denominado como Pregoeira.

9.1.3. O proponente poderá enviar as informações da Proposta de Preços e documentos de habilitação e participar da disputa através da plataforma eletrônica.

9.1.4. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do proponente direto ou do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, observados as condições e limites de data e horário estabelecidos neste Edital.

9.1.5. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pela Pregoeira designada ao respectivo procedimento administrativo, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital.

9.1.6. Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário ou em outra data a ser fixada na plataforma pelo agente de contratação denominado como Pregoeira.

9.1.7. A comunicação entre a Pregoeira e os proponentes ocorrerá EXCLUSIVAMENTE mediante troca de mensagens, em campo próprio da plataforma eletrônica (CHAT), o qual será gerenciado diretamente pela Pregoeira e será integralmente reproduzido na Ata da Sessão Eletrônica.

9.1.8. Cabe ao PROPONENTE acompanhar as operações na plataforma eletrônica COMPRASNET, cadastrar a PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL, anexar a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, registrar os LANCES, anexar a PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA), os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, se for o caso, e PRESTAR AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS, durante toda a licitação, responsabilizando-se pelos ônus decorrentes de preclusão de direitos, perda de negócios e/ou sanções por descumprimentos de obrigações, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.1.9. A não anexação ou envio da proposta de preços e documentos de habilitação exigidos no Edital (e seus ANEXOS), bem como a não anexação de documentos complementares, prestação de informações e não pronunciamento em relação à questão suscitada pela Pregoeira, além de possibilitar a oportuna DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do particular do certame, poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais que seu ato acarretar, nos termos das regras contidas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021.

9.1.10. Toda a Sessão Pública será documentada automaticamente pelo sistema na respectiva ATA DA SESSÃO, a qual será gerada e disponibilizada para consulta de todos os interessados por meio da plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.1.11. Na hipótese de ocorrer desconexão da Pregoeira no decorrer da Sessão e a plataforma eletrônica permanecer acessível aos proponentes, os trabalhos continuarão e os lances serão recebidos, sem qualquer prejuízo dos atos realizados.

9.1.12. No caso de a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a DEZ MINUTOS, a Sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente 24h (vinte e quatro horas) após comunicação expressa aos participantes, por meio da plataforma eletrônica no sítio www.compras.gov.br (COMPRASNET).

9.1.13. Cabe ao proponente acompanhar continuamente os documentos, pareceres e atos divulgados ou disponibilizados por meio do Portal de Licitações do TCE/CE.

9.1.14. Havendo necessidade, a Pregoeira poderá suspender a Sessão com a devida comunicação prévia via CHAT, como também registrando na plataforma eletrônica COMPRASNET a nova data e horário para a sua continuidade.

9.1.15. Em face do horário, poderá a Pregoeira estabelecer intervalo para almoço, sem a suspensão da sessão, mediante comunicação prévia via CHAT.

9.2. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

9.2.1. A Pregoeira realizará previamente a sessão eletrônica, a configuração quanto a operacionalização do julgamento na plataforma, informando o período para análise da(s) proposta(s) de preços inicial(is), a quantidade máxima de itens e ou lotes a serem disputados simultaneamente, dentre outros parâmetros relativos à disputa.

9.2.2. A partir do horário estabelecido no quadro resumo (parte específica do edital) terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura e divulgação dos preços das Propostas de Preços iniciais cadastradas, passando a Pregoeira a avaliar sua aceitabilidade.

9.3. DA ACEITABILIDADE E ANÁLISE DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS INICIAIS.

9.3.1. Antes da etapa de disputa, a Pregoeira verificará preliminarmente as propostas de preços iniciais registradas eletronicamente no sistema e DESCLASSIFICARÁ, por despacho fundamentado, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital (e seus ANEXOS), respeitados os limites das informações disponíveis antes da fase competitiva.

9.3.2. Poderá ser DESCLASSIFICADA a proposta de preços inicial cadastrada no COMPRASNET que de alguma forma se identificar, tendo em vista o potencial de quebra do sigilo da proposta.

9.3.3. Não será aceita proposta que indique quantidade inferior àquela exigida no Termo de Referência (anexo II).

9.3.4. A DESCLASSIFICAÇÃO da proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

9.3.5. A DESCLASSIFICAÇÃO da proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

9.3.6. Somente os proponentes com propostas julgadas conformes com as exigências formais do Edital (e seus ANEXOS) participarão da fase competitiva ou de disputa de lances, havendo a ordenação automática das propostas pela plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.3.7. Caso não existam propostas eletrônicas cadastradas, a Pregoeira DECLARARÁ o certame DESERTO.

9.3.8. Caso todas as propostas cadastradas restem DESCLASSIFICADAS, a Pregoeira DECLARARÁ o certame FRACASSADO.

9.4. DA FASE DE LANCES

9.4.1. A fase de lances poderá ocorrer sob o formato de disputa em modo “aberto” ou “aberto fechado”, conforme assinalado no quadro resumo constante do início do edital, devendo o licitante atentar-se quanto ao formato definido, observando, ainda:

9.4.2. **DO MODO DE DISPUTA ABERTO:**

9.4.2.1. No modo de disputa "ABERTO", de que trata este edital, os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, observados os seguintes procedimentos:

- a) A etapa de envio de lances na sessão pública durará DEZ MINUTOS e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos ÚLTIMOS DOIS MINUTOS do período de duração da sessão pública.
- b) A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item acima, será de DOIS MINUTOS e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- c) Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens acima, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- d) Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a Pregoeira poderá admitir mediante justificativa o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do fomento a disputa ou do melhor preço, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

9.4.3. **ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE OS LANCES:**

- 9.4.3.1. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta de preços inicial. Em seguida os proponentes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 9.4.3.2. Para efeito de lances, o proponente deverá considerar o valor unitário do item.
- 9.4.3.3. Os proponentes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no Sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro(s) proponente(s).
- 9.4.3.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo), conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.
- 9.4.3.5. Durante a sessão pública de disputa, os proponentes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O Sistema não identificará o autor dos lances à Pregoeira nem aos demais participantes.
- 9.4.3.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.4.3.7. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos PROPONENTES deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. É de inteira responsabilidade do proponente se manter conectado ao sistema e acompanhar a fase competitiva.
- 9.4.3.8. Os lances serão ofertados item/lote a item/lote, conforme critério de julgamento definido, podendo, contudo, a Pregoeira realizar a abertura de mais de um item/lote de forma simultânea.
- 9.4.3.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.4.3.10. Quando o preço do item/lote ofertado resultar em um valor que possua mais de 02 (duas) casas decimais, serão consideradas apenas as 02 (duas) primeiras casas decimais (centavos), devendo a Pregoeira e o proponente vencedor proceder às adequações de preço necessárias, inclusive por ocasião da entrega Proposta de Preços final consolidada.
- 9.4.4. Na hipótese de a plataforma eletrônica desconectar para a Pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos proponentes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.4.5. Quando a desconexão da plataforma eletrônica para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.4.6. Na hipótese dos itens 9.4.4 e 9.4.5, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.4.7. Caso o proponente não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9.4.8. O Sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.

9.4.9. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada proponente, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.

9.4.10. Durante a etapa de disputa de lances, a Pregoeira poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexequível, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao proponente, o qual terá a faculdade de repetir tal lance.

9.5. DIREITO DE PREFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

DIREITOS DE PREFERÊNCIA

9.5.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no caput do art. 60º da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, se não houver proponente que atenda à primeira hipótese.

9.5.2. Em relação aos itens não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº123, de 2006.

9.5.3. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 9.5.1, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva. Nessas condições, as propostas de Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.5.4. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.5.5. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais proponentes microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.5.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

9.5.7. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pela plataforma eletrônica dentre as propostas empatadas.

9.5.8. Na hipótese de nenhum dos proponentes exercerem o direito de preferência nos moldes descritos no subitem anterior, será mantida a ordem classificatória original.

9.5.9. Verificação das condições quanto ao tratamento diferenciado:

9.5.9.1. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a Pregoeira poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/>), seção "Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)", seção "Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)", bem como no Portal da Transparência dos Municípios do Estado do Ceará (<http://municipios.tce.ce.gov.br/transparencia/>), para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

9.5.9.2. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.5.9.3. Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolem o limite legal, a Pregoeira indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do proponente, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente recusado lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.5.10. Havendo eventual empate entre propostas ou lances em que ocorra a aplicação dos CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DIREITO DE PREFERÊNCIA fixados no art. 60, caput e seu § 1º, da Lei nº 14.133/2021, respectivamente, deverá ser obedecida as seguintes regras:

a) Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I. disputa final, hipótese em que os proponentes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II. avaliação do desempenho contratual prévio dos proponentes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III. desenvolvimento pelo proponente de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV. desenvolvimento pelo proponente de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

b) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital proponente ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II. Empresas brasileiras;

III. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

c) As regras previstas nas alíneas acima não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.6. DA NEGOCIAÇÃO:

9.6.1. Apurada a proposta/lance classificado em primeiro lugar, a Pregoeira poderá encaminhar, pela plataforma eletrônica, contraproposta ao proponente para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

9.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais proponentes.

9.6.3. Após a negociação do preço, a Pregoeira solicitará a proposta de preços final (consolidada) devidamente escoimada do(s) proponente(s) vencedor(es).

9.7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA):

9.7.1. Encerrada a fase de lances e ou negociação, depois de declarado aceito o preço proposto quanto ao último lance ou ao valor negociado, o proponente vencedor deverá encaminhar proposta de preços final (consolidada), devidamente assinada, com os preços atualizados, no prazo máximo de até **02 (duas) horas**, contado da solicitação da Pregoeira no sistema.

9.7.2. Esse prazo poderá ser estendido e/ou prorrogado a critério da Pregoeira ou a pedido da autoridade competente, caso este constate a necessidade de maior tempo para elaboração da proposta de preço adequada.

9.7.3. A Proposta de preços final (consolidada) deverá ser apresentada nos mesmos padrões e formalidades exigidas no modelo de proposta de preços.

9.7.4. A Proposta de Preços final (consolidada) deverá retratar os preços unitários e totais de cada item ao novo valor proposto, atualizados em consonância com o preço obtido após a fase de lance/negociação, podendo, a Pregoeira confrontá-la ante a proposta de preços (inicial).

9.7.5. Caso não seja possível o enquadramento do último valor global ofertado para o Item e ou lote/grupo quando da formulação da proposta de preços final (consolidada) a proponente poderá fazer as devidas adequações, desde que apresente valores inferiores ao seu próprio último valor ofertado.

9.7.6. A proposta de preços final (consolidada) deverá possuir redução proporcional ao lance ofertado em todos os Itens e ou lotes/grupos, conforme critério de julgamento definido.

9.7.7. Excepcionalmente, a Pregoeira poderá aceitar redução divergente a que trata este subitem, desde que motivada por fatores justificáveis e devidamente comprovados.

9.7.8. A proponente deverá evitar que os valores globais extrapolem o número de 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, a Pregoeira estará autorizada a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor no valor cotado.

9.7.9. A qualquer momento, a Pregoeira poderá solicitar parecer, consultas, análises e verificações por parte de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Aquiraz ou da autoridade competente para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

9.7.10. Será DESCLASSIFICADA, por despacho fundamentado, a proposta do licitante que, ressalvadas as situações e procedimentos previstos nos itens 9.7.3 e 9.7.4 deste Edital:

- a) Deixar de comprovar requisito para fins de exercício de DIREITO DE PREFERÊNCIA (se for o caso);
- b) Deixar de indicar, anexar ou comprovar as informações exigidas neste Edital (e seus ANEXOS) que prejudiquem a Avaliação da qualidade do objeto proposto;

c) Indique objeto que não atenda a todas as exigências de qualidade e às especificações técnicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA (anexo II);

d) Não contenha a quantidade numérica e unidade exigidas no TERMO DE REFERÊNCIA (anexo II).

9.7.10.1. Será CLASSIFICADA/ACEITA a proposta que atenda satisfatoriamente a todas as exigências fixadas no Edital e seus ANEXOS, bem como cujo objeto proposto esteja tecnicamente conforme com as especificações mínimas exigidas no TERMO DE REFERÊNCIA (anexo II).

9.7.10.2. Se a proposta for DESCLASSIFICADA, a Pregoeira examinará a PROPOSTA SUBSEQUENTE, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital e seus ANEXOS, segundo os procedimentos fixados nos subitens anteriores.

9.7.10.3. Determinadas informações e formalidades exigidas pelo presente Edital e seus ANEXOS que não afetem a essência da proposta do licitante poderão, a critério da Pregoeira ou da Autoridade Competente, mediante despacho fundamentado, ser dispensadas ou até mesmo complementadas via sistema (via CHAT) ou da ferramenta "ENVIAR ANEXO" pela Pregoeira, a qualquer momento durante a fase de julgamento, no sentido de ampliar a competitividade e atingir a finalidade do certame.

9.7.10.4. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, a Pregoeira poderá:

a) Solicitar complementação de informações, documentos e ajustes na proposta escrita para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;

b) Solicitar ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração do valor global proposto;

c) Sanar erros ou falhas que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos ANEXOS, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;

d) Realizar diligências em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

9.7.10.5. Sempre que a proposta não for aceita ou for desclassificada, e antes de a Pregoeira passar à análise da subsequente, poderá haver nova verificação automática, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, podendo-se reabrir os procedimentos previstos no item 9.5 deste Edital.

9.7.11. CASO A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA SEJA ACEITA, O SISTEMA ABRIRÁ O PRAZO DE 15 (QUINZE) MINUTOS PARA RECURSO. DURANTE ESSE PERÍODO QUALQUER LICITANTE PODERÁ, DE FORMA IMEDIATA, EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA, MANIFESTAR SUA INTENÇÃO. HAVENDO REGISTRO DE INTENÇÃO DE RECURSO, A AGENTE DE CONTRATAÇÃO NÃO FARÁ JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA INTENÇÃO DE RECORRER MANIFESTADA, DE MODO QUE A INTENÇÃO SERÁ ACEITA AUTOMATICAMENTE PELO SISTEMA.

9.8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

9.8.1. Da exequibilidade do lance ou proposta de preços:

9.8.1.1. Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.8.1.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor (quando se tratar de critério por maior desconto) do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.8.1.3. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do art. 59, inc. III, Lei nº 14.133/2021 para permitir ao proponente demonstrar a exequibilidade de seu preço.

9.8.1.4. Considerar-se-á inexecuível a proposta que:

a) Não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

a.1) Para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
- Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- Levantamento de informações junto aos órgãos públicos competentes;
- Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- Verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
- Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa; Estudos setoriais;
- Consultas às Secretarias de Fazenda federal, distrital, estadual ou municipal;
- Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;
- Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

b) Apresentar preço final inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art.52, do Decreto Municipal 101/2023, de 07 de dezembro de 2023.

9.8.2. Será considerada inexecuível a proposta de preços que não tiver a sua exequibilidade comprovada e, ainda, a que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio proponente, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

9.8.3. Da convocação para apresentação de documentos complementares a proposta de preços:

9.8.3.1. A Pregoeira poderá convocar o proponente para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8.3.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade como TERMO DE REFERÊNCIA, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

9.8.3.3. O prazo estabelecido pela Pregoeira poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do proponente, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pela Pregoeira.

9.8.3.4. Se a proposta de preços final (consolidada) da proponente vencedora for desclassificada, a Pregoeira examinará a proposta subsequente, inclusive quanto aos tramites afeitos a negociação, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.8.3.5. Nos itens não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.8.3.6. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.8.3.7. A Pregoeira poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

9.8.4. Encerrada a etapa de disputa de lances e envio de proposta de preços final (consolidada), a Pregoeira verificará o cumprimento das condições de participação, realizando as seguintes consultas/diligências necessárias, a partir da ordem de classificação e apenas em relação à(s) proponentes mais bem classificada(s) por item e ou lote/grupo:

- a. Consulta Situação do Fornecedor e Relatório de Ocorrências (impedimentos, suspensões, multas, etc.) registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no link <https://www.compras.gov.br>;
- b. Cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- c. Consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mantido pela Receita Federal do Brasil;
- d. Consulta ao site do Tribunal Superior do Trabalho para fins de identificação da eventual existência de condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e. Verificação de que o proponente esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.1 deste Edital;
- f. Verificação de que o proponente não esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.2 deste Edital;

9.8.5. Não cumpridas quaisquer das condições de participação, a Pregoeira desclassificará a proposta do proponente, sendo este impedido de prosseguir no certame, por decisão fundamentada, devidamente registrada no campo DESCLASSIFICAÇÃO da plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.9.1. Estando o(s) proponente(s) classificados, a Pregoeira o convocará em ordem de classificação, via COMPRASNET, caso não já tendo sido anexada junto ao SICAF no instante de cadastro da proposta de preços inicial (nos termos previstos na observação do subitem 7.2 deste Edital), para fins de encaminhamento/anexação da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, por meio da opção "ENVIAR ANEXO", no prazo de até 02h (duas) horas, contados a partir da convocação da Pregoeira, podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério da Pregoeira, observadas as regras contidas nos itens 05, 07 e 08 deste Edital.

9.9.2. Os documentos de habilitação apresentados deverão atender ao disposto na observação do item 8.1 deste edital.

9.9.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.9.4. Os documentos necessários a Habilitação do(s) proponente(s) classificado(s) serão os definidos no Termo de Referência (anexo II-B).

9.9.5. A verificação será procedida de acordo com o rito estabelecido no item 9.10.1, deste edital.

9.9.6. Será acessado o banco de dados do SICAF, para fins de consulta do cadastro do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, verificando-se a habilitação parcial de cada licitante, sendo impresso o extrato que integrará a documentação de habilitação do(s) licitante(s).

9.9.7. Para fins de julgamento da habilitação, poderá haver a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e/ou documentos diversos como forma de provar a autenticidade dos documentos/certidões e regularidade do licitante, ou até para fins de obtenção de certidões e informações, sendo comprovadas nos autos tais diligências.

9.9.8. Caso o licitante não esteja regularmente cadastrado no SICAF ou esteja com alguma certidão com prazo de validade vencido, poderá a Pregoeira e/ou a equipe de apoio realizar diligências eletrônicas diretamente nos sítios oficiais.

9.9.9. A Pregoeira poderá solicitar subsídio técnico à unidade técnica Demandante ou ao Órgão Interessado do procedimento, bem como, aos setores técnicos especializados, para fins de avaliação da conformidade da documentação de habilitação técnica e qualificação econômico-financeira em relação às exigências contidas no edital (e seus anexos).

9.9.10. Será INABILITADO o licitante que:

- a) deixar de encaminhar ou de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no termo de referência deste Edital;
- b) apresentar CERTIDÃO ou outro documento com prazo de validade vencido;
- c) apresentar quaisquer documentos em desacordo com este Edital, inclusive quanto ao previsto no item 9.10.1 e 9.10.2 do edital;
- d) não contenha em seu ato constitutivo atividade econômica compatível com o objeto da presente licitação;
- e) não comprove exigência(s) de habilitação prevista neste Edital e seus anexos.

9.9.11. Sendo o licitante Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, não será motivo de INABILITAÇÃO a existência de restrições na sua HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, sendo observado o seguinte procedimento:

- a) será o licitante DECLARADO HABILITADO no certame para fins de posterior regularização, nos termos definidos na Lei Complementar nº 123/2006.
- b) será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura do termo de contrato, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões, visando levantar a(s) restrição(ões) identificada(s) na fase de habilitação.
- c) a não regularização da situação fiscal no prazo fixado na alínea anterior acarretará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para firmamento do contrato.

9.9.12. No julgamento da habilitação, poderá a Pregoeira adotar os procedimentos, diligências e decisões que visem sanar erros ou falhas que não prejudiquem a validade e segurança jurídica da documentação apresentada.

9.9.13. **ACEITA A CONFORMIDADE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE MELHOR COLOCADO, O(S) LICITANTE(S) INTERESSADO(S) PODER(Á)(ÃO) MANIFESTAR A INTENÇÃO DE RECURSO QUANTO A FASE DE HABILITAÇÃO, EM CAMPO PRÓPRIO NA PLATAFORMA, NO PRAZO DE ATÉ 15 (QUINZE) MINUTOS.**

9.10. DA FASE DE RECURSOS:

9.10.1. A intenção de recorrer por parte do licitante será sedimentada a cada fase do certame, seja quando do julgamento das propostas de preços ou quando da fase de habilitação.

9.10.2. Compete ao licitante interessado realizar o acompanhamento dos trabalhos e informações constantes da plataforma, assim como, observar as decisões e informações do "chat" do certame se posicionando oportunamente e, se for o caso, manifestar sua INTENÇÃO DE RECORRER correspondente a cada fase possibilitada, em campo próprio do sistema, no momento e prazo estabelecido e informado pela Pregoeira.

9.10.3. A ausência da intenção de recurso na fase correspondente, correspondente a preclusão do direito do licitante e implica na impossibilidade de apresentação de memoriais recursais, assim como, da apreciação meritória das razões de recurso em momento posterior.

9.10.4. Havendo registro de INTENÇÃO DE RECURSO, a Pregoeira não fará JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE da intenção de recorrer manifestada, de modo que a intenção será aceita automaticamente pelo sistema.

9.10.5. Somente serão conhecidos e analisados os recursos os quais tenham havido o registro da intenção de recurso na fase correspondente.

9.10.6. Após declarado vencedor, desde que registrado a intenção em momento anterior conforme referenciado nos subitens anteriores, será estabelecido na plataforma o prazo para apresentação dos memoriais recursais e prazo de contrarrazões.

9.10.7. O RECURSO ADMINISTRATIVO poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pela Pregoeira ou pela autoridade competente a qual resultou em deliberação ao julgamento, durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras do edital e seus anexos.

9.10.8. A recorrente a qual tiver intencionado em momento oportuno terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para apresentar os memoriais contendo as razões recursais, obrigatoriamente por meio de registro no sistema e, havendo imagens, ilustrações e demais informações que eventualmente não suportadas pela plataforma, também deverão ser enviados via e-mail constante do quadro resumo deste edital.

9.10.9. Protocoladas as razões recursais na plataforma, ficam os demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema e e-mail, no caso da situação anterior, em igual prazo, que começará a correr do momento do protocolo das razões recursais da Recorrente.

9.10.10. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis na própria plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.10.11. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, a Pregoeira deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de juízo de retratação:

9.10.11.1. reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou,

9.10.11.2. manter inalterada a decisão recorrida.

9.10.11.3. baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento, solicitar informações, parecer técnicos ou demais informações da área técnica interessada/responsável e/ou jurídico para fins de

proclamação de decisão, sobretudo quando o mérito recursal não versar sobre ato, decisão ou incumbência as quais não são de competência da Pregoeira.

9.10.12. Caso não haja a reconsideração total do ato ou decisão adotada, os memoriais de razões recursais deverão ser submetidos, depois de devidamente instruído pela Pregoeira, à análise hierárquica superior para fins de decisão final, podendo a autoridade competente do procedimento:

9.10.12.1. decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão da Pregoeira.

9.10.12.2. determinar prévia emissão de parecer da área técnica interessada e/ou jurídico para fins de decisão.

9.10.13. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema no prazo legal importa preclusão do direito de recurso, possibilitando, portanto, a adjudicação do objeto e homologação do certame.

9.10.14. A critério da Pregoeira ou da autoridade superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", CRFB/1988).

9.10.15. Não cabe recurso adesivo por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

9.10.16. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, sendo reaberta a Sessão Pública para fins de prosseguimento do certame e explanação dos atos decorrentes da decisão.

9.10.17. No caso de licitações com julgamento por item e/ou por grupo/lote, a aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns)/grupo/lote(s) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto em face dos demais itens/grupos do objeto da licitação, através de adjudicação ou homologação parcial.

9.11. SUSPENSÃO E REABERTURA DA SESSÃO:

9.11.1. À Pregoeira é facultado, a qualquer momento, suspender a sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar seu prosseguimento para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na plataforma eletrônica. Neste caso, a sessão terá continuidade a qualquer dia e hora, ficando a cargo da Pregoeira realizar o devido agendamento prévio na plataforma do COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET).

9.11.2. A Pregoeira, a qualquer tempo, na análise das propostas de preços e seus ANEXOS, das amostras, quando houver, e dos documentos de habilitação, poderá solicitar outros documentos, pareceres técnicos e/ou suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões. Neste caso, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e será reiniciada somente decorrida **24h (vinte e quatro) horas** após a comunicação do prosseguimento aos participantes, a qual serão informados na plataforma do COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET).

9.11.3. A Sessão Pública poderá ser REABERTA, em prazo não inferior a **24h (vinte e quatro) horas**, em relação ao(s) ITEM(NS) e/ou GRUPO/LOTE(S) do objeto que apresente os seguintes eventos, observada sempre a ordem classificatória da fase de lances:

a) Julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à anulação de atos da fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

b) Constatado erro/impropriedade na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, o certame restará retroagido aos procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada;

c) Licitante declarado vencedor que não assinar o instrumento contratual, não havendo CADASTRO DE RESERVA, sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas;

d) Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas com restrição da habilitação fiscal, social e trabalhista que, vencedora do certame, não comprove tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

e) Licitante vencedor que não mantenha as condições de participação e de habilitação até o momento da assinatura do instrumento contratual, sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.

9.11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a Sessão reaberta, sendo devidamente registrados na plataforma eletrônica COMPRASNET a data e hora de tal reabertura, observados os seguintes meios:

a) A convocação se dará por meio da plataforma eletrônica COMPRASNET ("CHAT" ou evento de reabertura) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

b) A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados cadastrais contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados; e,

c) A convocação para reabertura também será divulgada com antecedência por meio do Quadro de Avisos e Publicações e Portal de Licitações do TCE/CE, cabendo ao licitante acompanhar as informações e publicações contidas naquele canal de acesso.

9.11.5. A Sessão Pública reaberta será composta de todos os procedimentos e regras de processamento fixadas neste Edital, a depender apenas da fase em que os trabalhos serão retomados.

9.12. ENCERRAMENTO DA SESSÃO:

9.12.1. Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os proponentes participantes, as Propostas de Preços e lances verbais sucessivos, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio.

9.12.2. Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja compatível com os preços de mercado previstos para a contratação, será feita pela autoridade competente a adjudicação do objeto desta licitação ao proponente declarado vencedor do certame e encerrada a reunião, após o que, o processo, devidamente instruído, será encaminhado:

a) Para as publicações quanto resultados do certame, instrução do feito e deliberações quanto aos proclames de julgamento;

b) À Assessoria Jurídica, para fins de análise e parecer jurídico;

c) E depois à(s) autoridades(s) competentes para adjudicação e homologação e subsequente formalização de Contrato(s).

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Ultrapassada a fase de recursos administrativos, a Pregoeira encerrará a sessão encaminhando os autos para a autoridade competente a qual adjudicará e homologará o objeto ao(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) for(em) considerada(s) vencedora(s) do certame.

- 10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá:
- a) Adjudicar e homologar o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;
 - b) anular o certame, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou,
 - c) revogar o certame, total ou parcialmente, por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado.
 - d) Não havendo homologação do certame após decorridos **60 (sessenta) dias** da data de abertura das propostas, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).

10.3. A adjudicação e ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11. DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

11.1. Por se tratar de licitação via Sistema de Registro de Preços – SRP, no presente procedimento não foram fixadas as dotações orçamentárias e fontes de recursos correspondentes ao objeto, posto que estes somente serão definidos quando do momento da contratação, haja vista a natureza do procedimento e a não obrigatoriedade vinculativa, sobretudo, ocasionado pela imprevisibilidade de eventuais contratações.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. PROCEDIMENTOS DE FORMALIZAÇÃO:

12.1.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de AQUIRAZ - CE convocará o proponente vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integra este Edital.

12.1.2. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva ata de registro de preços, subscrita pelo município, através do órgão Gerenciador, representada pelo(a) Ordenador(a) de Despesa, e o proponente vencedor, que observará os termos deste edital e seus anexos, do Decreto Municipal Nº 067, de 23 de agosto de 2023 da Prefeitura Municipal de Aquiraz e a Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

12.1.3. O Proponente Vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da convocação, para subscrever a Ata de Registro de Preços.

12.1.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo Município de AQUIRAZ - CE.

12.1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado a vantajosidade.

12.1.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.2. DO CADASTRO RESERVA

12.2.1. Após a homologação da licitação deverão ser observadas as condições para a formalização da ata de registro de preços e o respectivo cadastro reserva, de modo que será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) Dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) Dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

12.2.2. No caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, preferencialmente, será observada a existência de formação de cadastro de reserva.

12.2.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o subitem anterior somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas da ARP em Lei.

12.3. DA CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES:

12.3.1. Caso nenhum dos licitantes aceitem a contratação, verificada a inexistência ou o não êxito quanto ao cadastro reserva, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário.

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.3.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.4. A recusa injustificada ou a carência de justo motivo por parte da vencedora, passível de análise pela Administração, em não formalizar a Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido, sujeitará a Proponente à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.5. Os proponentes além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal Nº 067, de 23 de agosto de 2023, da Prefeitura Municipal de Aquiraz, deverão obedecer às disposições e obrigações específicas elencadas na Ata de Registro de Preços (anexo IV) do edital.

13. DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

13.1. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

13.2. Dentro da validade da ARP, o adjudicatário registrado poderá ser convocado para comparecer perante o órgão ou entidade para firmar contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

13.3. A Administração convocará o adjudicatário para assinatura, mediante correspondência meio eletrônico ou publicação no Quadro de Avisos e Publicações, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.5. O prazo de vigência da contratação será aquele estipulado no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

13.6. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

13.7. Incumbirá à Administração providenciar a publicação do extrato do contrato nos termos do parágrafo único art. 61 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

14. DO PAGAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES DO OBJETO

14.1. As condições de pagamento, obrigações, detalhamentos e demais especificidades quanto ao objeto e não abordados na parte geral desse edital, serão aquelas constantes do Termo de Referência e seus anexos.

15. DAS SANÇÕES

15.1. Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Lei nº 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

15.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - b.4) deixar de apresentar amostra;
 - b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar ata de registro de preços e o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço ou contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

15.3. Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do Termo de referência, após regular Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no Termo de Referência e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

Ocorrência	Penalidade
a) Dar causa a inexecução parcial do objeto.	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
b) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
c) Dar causa à inexecução total do objeto.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
d) Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
g) Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos

Ocorrência

Penalidade

- | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
| i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos |
| j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos |
| k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos |
| l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos. |

15.4. Nas condutas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 15.3, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

15.6. Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar danos ou prejuízo a Administração Pública ou ao erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos de contratação serão comunicados oficialmente e formalmente pela Pregoeira ou por qualquer outro servidor ao qual presencie o cometimento do ato, o qual devem ser reportados à Assessoria Jurídica para a devida apuração.

15.7. As penalidades somente deixarão de ser aplicadas mediante comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

15.8. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à proponente, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à proponente serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") declarado ou apresentado nos documentos do processo.

15.9. A proponente deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do município de Aquiraz/CE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

15.10. Quando a ação ou omissão ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

15.11. A penalidade resultante da aplicação do item anterior não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente.

15.12. O cometimento reiterado de atrasos injustificados dos prazos previstos para a execução do objeto poderá resultar no cancelamento do registro de preços do Fornecedor.

15.13. Será considerado em estado de reiterado cometimento de atrasos dos prazos o Fornecedor que incorrer no terceiro atraso injustificado, ao longo da vigência da Ata.

15.14. A multa, calculada na forma do Anexo II - Termo de Referência, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da ata de registro de preços e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021.

15.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.16. Se a garantia contratual exigida for prestada por seguradora, essa será notificada da abertura de processo de apuração de responsabilidade do qual possa resultar na aplicação da penalidade de multa ao Fornecedor.

15.17. O licitante ou o Adjudicatário será notificado para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

15.18. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.19. A aplicação das sanções previstas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cumuladas ou não com multa, requererá a instauração de Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 2 (dois) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o fornecedor para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.20. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o Fornecedor poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

15.21. Serão indeferidas pela Comissão de PAR, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

15.22. A prescrição da pretensão de aplicação das sanções ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida e suspensa na forma da Lei.

15.23. Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor da ata, no Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, o município poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida, em conformidade com o instrumento convocatório, Termo de Referência, ou ata de registro de preços, e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por descumprimento, que deverá ter tramitação prioritária.

15.24. Todas as penalidades serão registradas, para efeito de publicidade, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e demais sistemas internos, no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

15.25. No caso de provimento do recurso ou de reconsideração da decisão, os autos serão remetidos à Secretaria de Finanças para devolução ao fornecedor dos valores eventualmente retidos.

15.26. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários e/ou por quaisquer interessados deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões conferidas com o original por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do município, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerido ao município, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

16. FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. As proponentes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais proponentes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”:

- (1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;
- (2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.2. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

17. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES

17.1. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá, no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das Propostas de Preços, solicitar esclarecimento e ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.

17.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração aquele que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

17.3. Impugnação feita tempestivamente pelo proponente não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

17.4. Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição em meio digital, bem como, acompanhados dos documentos comprobatórios a demandante, desde que devidamente protocolados via e-mail, informado no quadro de resumo deste edital, que preencham os seguintes requisitos:

17.4.1. O endereçamento a Pregoeira da Prefeitura de AQUIRAZ;

17.4.2. A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada e assinada dentro do prazo editalício;

17.4.3. O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

17.4.4. O pedido, com suas especificações;

17.5. A proponente deverá juntar cópia do ato constitutivo, bem como, documento de identificação (com foto) válido na forma da Lei do responsável legal pela mesma e, ainda, deverá apresentar prova de mandato, se for o caso.

17.6. A Pregoeira poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

17.6.1. Caberá a Pregoeira decidir e divulgar em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.6.2. A resposta do Município de AQUIRAZ - CE será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela Administração no sítio virtual: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>.

17.6.3. O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

17.6.4. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

17.6.5. Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original.

DILIGÊNCIA, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

17.7. **DILIGÊNCIA:** Em qualquer fase do procedimento licitatório, a Pregoeira ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Proposta ou da Habilitação, fixando o prazo para a resposta.

17.7.1. Os proponentes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

17.8. **REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:** A autoridade competente para adjudicar/homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

18.2. Os casos omissos poderão ser resolvidos pela Pregoeira durante a sessão e pela(s) autoridade(s) competente(s), em outros casos, mediante aplicação do Decreto Municipal Nº 067, de 23 de agosto de 2023, da PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ e a Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

18.3. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

18.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

18.5. Os avisos de prosseguimento das sessões, a decisão sobre os recursos interpostos, a Anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação no Quadro de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal de AQUIRAZ, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e no "chat" do www.compras.gov.br.

18.6. Quaisquer informações poderão ser obtidas das 08:00h às 12:00h, na sede da Comissão de Pregões da Prefeitura de Aquiraz, situada na Rua da Integração, S/N, Centro, Aquiraz/CE, CEP: 61.700-000 ou através do telefone 85 4062.8090 (ramal 9184).

18.7. O referido edital e seus ANEXOS estão disponíveis no seguinte sítio virtual: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br>, nos termos da IN 04/2015-TCM/CE.

18.8. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Aquiraz - CE.

Aquiraz/CE, 29 de abril de 2026.


Maria Brena Alves dos Santos Costa
Pregoeira do Município

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

OBJETO: Registro de preços para aquisição de kits escolares didáticos de interesse da Secretaria de Educação do Município de Aquiraz-CE.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (ART.18º, §1º, INCISO I DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

A Secretaria de Educação do Município de Aquiraz-CE identificou a necessidade de realizar registro de preços para futura e eventual aquisição de kits escolares didáticos destinados aos estudantes da rede pública municipal de ensino, contemplando as etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Ensino Fundamental – Anos Finais. A disponibilização desses materiais pedagógicos é essencial para garantir condições adequadas ao desenvolvimento das atividades escolares, contribuindo diretamente para o processo de ensino-aprendizagem e para o desempenho educacional dos alunos. A ausência desses insumos comprometeria a execução das atividades pedagógicas, podendo gerar desigualdade no acesso aos recursos didáticos necessários ao pleno desenvolvimento educacional.

A distribuição padronizada de kits escolares constitui estratégia relevante para promover equidade entre os estudantes da rede municipal, assegurando que todos tenham acesso aos materiais básicos necessários ao acompanhamento das atividades escolares. Além disso, a iniciativa contribui para a permanência e o engajamento dos alunos no ambiente escolar, uma vez que a falta de materiais didáticos pode representar obstáculo à participação efetiva nas atividades pedagógicas. Nesse contexto, a aquisição dos kits escolares configura-se como medida de apoio às práticas pedagógicas e ao planejamento educacional, permitindo maior organização e previsibilidade no desenvolvimento das atividades escolares.

Adicionalmente, a contratação pretendida encontra respaldo no planejamento institucional da Secretaria de Educação, conforme registrado no Documento de Formalização da Demanda – DFD, que aponta a necessidade de fornecimento de materiais escolares como instrumento de fortalecimento da política pública educacional e de promoção da igualdade de oportunidades educacionais no município. Assim, a realização da contratação por meio de Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, visa garantir maior eficiência administrativa, economicidade e transparência no processo de aquisição, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e o atendimento às necessidades educacionais da rede municipal de ensino nos anos letivos de 2026 e 2027.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

Número do Plano de Contratação Anual – PCA 2026: A DFD que embasam a presente solicitação foram extraídas do Plano de Contratação Anual – PCA para o exercício de 2026 de n. 29987149000198-0-000001/2026.

Documentos de Formalização da Demanda - DFD's relacionadas ao objeto: A presente solicitação foi confeccionada com base na DFD de n.º 25.08.11.DAF-16 constante do Plano de Contratação Anual – PCA constante do item - Link <https://pnpc.gov.br/app/pca/29987149000198/2026>.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18º, §1º, INCISO III DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

a) Requisitos da contratação:

Requisitos técnicos

- Os materiais que compõem os kits escolares deverão atender às especificações técnicas mínimas estabelecidas pela Secretaria de Educação, conforme descrito na relação de itens e composição dos kits constantes no processo administrativo de contratação.
- Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, sem defeitos de fabricação, entregues em perfeitas condições de uso.
- Os materiais deverão possuir qualidade compatível com os padrões de mercado, garantindo resistência, durabilidade e segurança para utilização no ambiente escolar.
- Os itens que exigirem certificação deverão possuir selo ou certificação de conformidade com as normas do INMETRO, quando aplicável.
- Os materiais que compõem os kits deverão ser atóxicos e seguros para uso infantil, especialmente aqueles destinados à Educação Infantil.
- As mochilas, estojos, agendas e demais itens personalizados deverão conter logomarca do Município de Aquiraz e demais elementos gráficos definidos pela Secretaria de Educação, conforme layout disponibilizado pela Administração.

Requisitos funcionais

- Os kits escolares deverão ser organizados conforme as etapas de ensino da rede municipal, contemplando, no mínimo:
 - Kit Educação Infantil;
 - Kit Ensino Fundamental – Anos Iniciais;
 - Kit Ensino Fundamental – Anos Finais.
- Cada kit deverá conter os itens específicos definidos pela Secretaria de Educação, incluindo materiais escolares, mochila e demais componentes pedagógicos adequados à faixa etária dos alunos.
- Os kits deverão ser montados previamente pelo fornecedor, contendo todos os itens especificados para cada modalidade de ensino.
- Os materiais deverão ser acondicionados dentro da mochila correspondente ao kit, devidamente embalados em saco plástico transparente e identificados com informações do kit e do processo licitatório.

Requisitos operacionais

- A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, permitindo aquisições conforme a necessidade da Administração ao longo da vigência da ata.
- O fornecedor contratado deverá garantir capacidade logística para montagem, acondicionamento e entrega dos kits completos, conforme especificações estabelecidas no edital e seus anexos.
- As entregas deverão ocorrer de forma parcelada, conforme demandas da Secretaria de Educação, respeitando os prazos definidos no instrumento convocatório.
- Os produtos deverão ser entregues em local indicado pela Secretaria de Educação do Município de Aquiraz, devidamente embalados e identificados para facilitar o controle e a distribuição nas unidades escolares.
- O fornecedor deverá responsabilizar-se pela substituição de itens que apresentarem defeitos, divergências de especificação ou avarias durante o transporte, sem custos adicionais para a Administração.

b) Requisitos de habilitação:

Os documentos de habilitação poderão ser aqueles exigidos na Res. FNDE 06/2020, Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 e no art. 62 da Lei Federal n.º 14.133/21, contudo, a relação detalhada dos documentos os quais serão requisitados para fins de habilitação no certame, serão aqueles constantes do termo de referência, a ser confeccionado tomando como base as perspectivas, especificidades, requisitos e demais informações trazidas e abordadas neste estudo.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (ART.18º, §1º, INCISO IV DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no levantamento do número de alunos matriculados na rede pública municipal de ensino do Município de Aquiraz-CE, considerando os dados consolidados do ano letivo de 2025 fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação. A partir desses dados, foram realizadas projeções de demanda visando assegurar a continuidade da política pública de distribuição de kits escolares aos estudantes da rede municipal.

Para fins de planejamento da contratação, considerou-se a utilização do Sistema de Registro de Preços, com vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, permitindo o atendimento das necessidades da Administração ao longo dos anos letivos subsequentes. Nesse contexto, adotou-se como premissa a estimativa de quantitativos suficientes para atender aproximadamente dois anos letivos (2026 e 2027), considerando a reposição anual dos materiais escolares e a continuidade do programa de distribuição de kits escolares.

Além disso, foi incorporada margem adicional de segurança aos quantitativos estimados, destinada a suprir eventuais variações no número de matrículas, novas matrículas ao longo do ano

letivo, reposições por extravios, danos ou desgaste natural dos materiais, bem como ajustes decorrentes da dinâmica da rede municipal de ensino.

Com base nesses critérios, foram definidos os seguintes quantitativos estimados de kits escolares:

Kit 1 – Educação Infantil (Infantil I ao V)

- Total de alunos matriculados em 2025: **4.013 alunos**
- Projeção para atendimento da demanda ao longo de dois anos letivos, acrescida de margem de segurança operacional.
- **Total estimado de kits: 9.426 unidades**

Kit 2 – Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

- Total de alunos matriculados em 2025: **5.902 alunos**
- Projeção para atendimento da demanda ao longo de dois anos letivos, acrescida de margem de segurança operacional.
- **Total estimado de kits: 12.608 unidades**

Kit 3 – Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 9º ano)

- Total de alunos matriculados em 2025: **4.230 alunos**
- Projeção para atendimento da demanda ao longo de dois anos letivos, acrescida de margem de segurança operacional.
- **Total estimado de kits: 9.426 unidades**

Dessa forma, os quantitativos estimados foram definidos com base em critérios técnicos de planejamento educacional, considerando dados reais de matrícula, projeções de atendimento e margem de segurança administrativa, garantindo que a contratação seja suficiente para atender adequadamente os estudantes da rede municipal de ensino durante o período de vigência da ata de registro de preços.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ
COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICA E CENSO EDUCACIONAL
MATRÍCULA 2025

FONTE E-SAGE 2025							
Nº	ESCOLAS	EDUCAÇÃO INFANTIL			ANOS INICIAS	ANOS FINAIS	TOTAL GERAL
		CRECHE	PRÉ-ESCOLA	TOTAL			
1	ALDENORA CARDOSO PORTO CEI	152	181	333	-	-	333
2	ALOISIO BERNARDO DE CASTRO EMEF	-	-	-	168	206	374
3	ANTONIO DE BRITO LIMA EMEF	-	-	-	106	-	106
4	BATOQUE EMEF	-	-	-	-	134	134



5	CLARÊNCIO CRISOSTOMO DE FREITAS EMEF	12	48	60	149		209
6	CRECHE CRIANÇA FELIZ	126	103	229	-	-	229
7	CRECHE LUIZ SIMEÃO DA COSTA	79	69	148	-	-	148
8	CRECHE MARIA BEZERRA OLIVEIRA	80	77	157	-	-	157
9	DIONISIA GUERRA EMEF	-	-	-	144	-	144
10	EDILCÉLIA FREITAS VASCONCELOS CEI	119	89	208	-	-	208
11	ERNESTO GURGEL VALENTE EMEF	-	-	-	-	911	911
12	FERDINANDO TANSI CEI	14	43	57	139	-	196
13	FERNANDA DE BRITO CEM	112	151	263	-	-	263
14	FRANCISCA MONTEIRO DA SILVA EMEF	-	-	-	196	-	196
15	FRANCISCO DA SILVA SAMPAIO EMEF	17	47	64	100	-	164
16	FRANCISCO GOMES FARIAS CEL. EMEF	23	42	65	118	-	183
17	FRANCISCO JOAQUIM DOS ANJOS CEI	85	90	175	-	-	175
18	GUILHERME JANJA EMEF	-	-	-	250	213	463
19	HENRIQUE GONÇALVES DA JUSTA FILHO EMEF	12	46	58	149	202	409
20	ISIDORO DE SOUSA ASSUNÇÃO EMEF	-	-	-	-	240	240
21	JARBAS PASSARINHO MINISTRO EMEF	17	28	45	100	-	145
22	JOÃO JAIME GADELHA EMEF	-	-	-	-	101	101
23	JOÃO PIRES CARDOSO EMEF	-	-	-	-	351	351
24	JOAQUIM DE SOUSA TAVARES EMEF	-	13	13	41	66	120
25	JOSÉ ALMIR DA SILVA EMEF	-	-	-	110	109	219
26	JOSÉ CÂMARA DE ALMEIDA EMEF	27	44	71	120	-	191
27	JOSÉ FERREIRA DA COSTA EMEF	18	42	60	121	-	181
28	JOSÉ ISAAC SARAIVA DA CUNHA EMEF	16	34	50	90	-	140
29	JOSÉ NICODEMOS ASSUNÇÃO CEI	76	94	170	-	-	170
30	JOSÉ RAIMUNDO DA COSTA EMEF	30	44	74	74	-	148
31	JOSÉ RODRIGUES MONTEIRO EMEF	-	-	-	304	-	304
32	JUSCELINO KUBITSCHKE EMEF	50	54	104	141	112	357
33	JUVENAL PEREIRA FAÇANHA EMEF	38	36	74	101	-	175
34	LAGOA DE CIMA EMEF	18	48	66	204	-	270
35	LAGOA DO MATO DE SERPA EMEF	14	45	59	119	-	178
36	LAIS SIDRIM TARGINO EMEF	-	-	-	357	-	357
37	LEOLINA BATISTA RAMOS EMEF	117	87	204	-	-	204
38	LUIZ EDUARDO STUDART GOMES EMEF	27	37	64	56	-	120
39	MANUEL ASSUNÇÃO PIRES CEC	33	87	120	216	199	535
40	MARIA DE CASTRO BERNARDO CEC	50	94	144	251	196	591
41	MARIA ELCIR DE BRITO CEI	330	234	564	-	-	564
42	MARIA FAÇANHA DE SÁ EMEF	-	24	24	59	-	83
43	MARIA MARGARIDA RAMOS COELHO EMEF	-	-	-	423	-	423
44	MARIA SOARES DE FREITAS EMEF	-	-	-	-	442	442



45	PLÁCIDO CASTELO EMEF	88	98	186	338	391	915
46	RAIMUNDA DE FREITAS FAÇANHA CEI	-	-	-	358	-	358
47	RAIMUNDA FERREIRA DA SILVA EMEF	-	-	-	167	-	167
48	RAIMUNDO RAMOS DA COSTA EMEF	-	-	-	199	-	199
49	RITA PAULA DE BRITO EMEF	-	-	-	231	213	444
50	TIA ALZIRA EMF	-	-	-	-	144	144
51	VILA PAGÃ EMEF	8	23	31	56	-	87
52	VINDINA ASSUNÇÃO DE AQUINO EMEF	24	49	73	147	-	220
SOMATÓRIO		1812	2201	4013	5902	4230	14145

Nº	ESCOLA	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	SEMI-PRESENCIAL	TOTAL GERAL
1	CEJAQUI	86	260	346	346
TOTAL					346

A contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), cuja vigência poderá alcançar até 24 meses, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável. Dessa forma, a estimativa das quantidades buscou contemplar a demanda correspondente ao período potencial de vigência da ata.

Para definição dos quantitativos estimados, foi adotada a seguinte metodologia de cálculo:

Fórmula de estimativa:

$$Q\text{-Estimado} = (N - \text{alunos} \times P - \text{Anos}) + M - \text{Segurança}$$

Onde:

- **N_alunos** = número de alunos matriculados na respectiva etapa de ensino no ano base (2025);
- **P_anos** = número de anos letivos projetados para atendimento (2 anos: 2026 e 2027);
- **M_segurança** = margem técnica de segurança destinada a cobrir variações de matrícula, transferências, novas turmas, perdas, extravios ou danos nos materiais.

A margem de segurança adotada decorre de critérios administrativos e operacionais, considerando:

- Crescimento potencial da rede municipal de ensino;
- Abertura de novas matrículas ao longo do ano letivo;
- Reposições por extravio ou dano dos materiais;
- Necessidade de garantir continuidade da política pública educacional sem risco de desabastecimento.

Quantitativos estimados por etapa de ensino

Etapa de Ensino	Alunos (Base 2025)	Projeção anos	2 Margem Técnica	Total Estimado de Kits
Educação Infantil (Infantil I ao V)	4.013	8.026	1.400	9.426
Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	5.902	11.804	804	12.608
Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 9º ano)	4.230	8.460	966	9.426

Justificativa técnica da margem de segurança

A inclusão de margem adicional nos quantitativos estimados constitui prática recomendada em processos de planejamento de contratações públicas que envolvem atendimento direto a usuários de serviços públicos essenciais, como é o caso da educação básica.

Tal medida visa assegurar que eventuais variações no número de matrículas, bem como situações imprevisíveis relacionadas à dinâmica da rede de ensino, não comprometam o fornecimento dos kits escolares aos estudantes. Dessa forma, a margem técnica adotada contribui para:

- Garantir continuidade da política pública educacional;
- Evitar necessidade de novas contratações emergenciais;
- Assegurar eficiência administrativa e logística na execução da contratação;
- Prevenir desabastecimento de materiais escolares nas unidades de ensino.

Ressalta-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços permite que a Administração realize as aquisições conforme sua necessidade, não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados, o que preserva os princípios da economicidade e da eficiência na gestão dos recursos públicos.

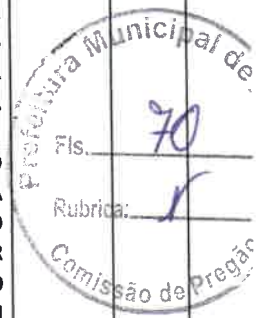
Dessa forma, conclui-se que os quantitativos projetados refletem estimativa técnica razoável e compatível com a realidade da rede municipal de ensino, fundamentada em dados concretos de matrícula, projeções educacionais e critérios de gestão administrativa.

DOS PRODUTOS

LOTE 01 – KIT ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E FINAIS (1º AO 9º ANO)					
ITEM	ID do item	CÓDIGO CLASSE/GRUPO	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE
1	9850	7510	AGENDA ESCOLAR ANOS INICIAIS: CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: PERSONALIZADA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO, NA PRIMEIRA PÁGINA, LOCAL PARA COLOCAR DADOS PESSOAIS, REDES SOCIAIS E SAÚDE. CAPA: 17,5X24,5CM, 4X1 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHÊ FOSCO 150G. SAÍDA EM CTP. PROVA DIGITAL, Nº DE PROVAS: 1. PAPELÃO: 17X24CM, SEM IMPRESSÃO EM PAPELÃO PARDO 1150G, 1.9MM 400G. SEM IMPRESSÃO EM PAPEL OFFSET 120G. MIOLO: 196 PÁGINAS IGUAIS, 17,5X24,5CM, 1 COR, TINTA EM	UNIDADE	12608

			PAPEL OFFSET 63G. SAÍDA EM CTP. COM WIRE-O, LAMINAÇÃO BOPP FOSCA, Nº DE LADOS 1 (CAPA), COM FURO, COLAGEM CAPA/CONTRA CAPA. MIOLO IGUAL COM FOLHAS PAUTADAS COM A LOGO DA PREFEITURA EM TODAS AS PÁGINAS. PERSONALIZADA COM A LOGO E INFORMAÇÕES ENVIADAS PELA SME CONFORME ANEXO I.	Rubrica: <i>[assinatura]</i>	Comissão de Pregão
2	9891	7510	APONTADOR DE LÁPIS: EM PLÁSTICO DUPLO EM FORMATO BOX E TAMPA HIGIÊNICA. APONTA LÁPIS COMUM E BIG. ATÓXICO. COMPOSIÇÃO RESINA TERMOPLÁSTICA E LÂMINA EM AÇO INOX. CORES VARIADAS.	UNIDADE	22034
3	10014	7510	BORRACHA PLÁSTICA - ESPECIFICAÇÃO: BORRACHA PLÁSTICA NA COR AZUL MEDINDO: 44MM X 26MM X 13MM. NÃO SUJA E NÃO ENRUGA O PAPEL, ISENTA DE PVC, CARGA INERTE E PIGMENTOS ATÓXICOS. COM CINTA AZUL EM RESINA TERMOPLASTICA E PIGMENTOS ATÓXICOS.	UNIDADE	22034
4	10082	7510	CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 X 1 200 FOLHAS CAPA DURA : CADERNO UNIVERSITÁRIO ESPIRALADO, 200 FOLHAS ÚTEIS (NÃO SENDO CONTADAS AS DIVISÓRIAS), 10 MATÉRIAS, PAUTADO FRENTE E VERSO COM CAPA E CONTRACAPA. MÍNIMO DE 27 PAUTAS POR PÁGINA, COM CABEÇALHO E RODAPÉ OU PAUTA CONTINUA. LINHAS COINCIDENTES EM AMBAS AS FACES. FORMATO APROXIMADO 200MM X 275MM; C/ ESPIRAL; PAUTADAS EM PAPEL OFFSET MINIMO 50 GR/M ² , CAPA DURA: PAPELÃO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 680 G/M ² , REVESTIDO DE PAPEL COUCHE BRILHO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M ² . O PAPEL DE REVESTIMENTO DA GUARDA DEVE SER DE GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M ² A ILUSTRAÇÃO DA CAPA/CONTRACAPA DEVERÁ TER TEMÁTICA UNISSEX E COERENTE COM A SÉRIE QUE SE DESTINA O OBJETO. ACABAMENTO DA CAPA: PLASTIFICAÇÃO OU VERNIZ UV; DIVISÓRIAS: OFF-SET GRAMATURA MÍNIMA DE 63G/M ² , A CADA 20 FOLHAS IMPRESSAS A UMA COR ESPIRAL: ARAME REVESTIDO EM NYLON (PRETO) DE 1,20MM SENDO QUE O ACABAMENTO DADO NAS EXTREMIDADES DAS ESPIRAIS METÁLICAS DEVE FORMAR TRAVAS QUE IMPOSSIBILITEM A FORMAÇÃO DE PONTAS AGUDAS. DEVERÃO CONSTAR AS INFORMAÇÕES ABAIXO RELACIONADAS: - CADERNO UNIVERSITÁRIO - 200 FOLHAS - FORMATO: 20,0 CM X 27,5 CM - NBR: 15733:2012 - NOME DO FABRICANTE - CERTIFICAÇÃO FSC. ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.	UNIDADE	9426
5	10076	7610	CADERNO BROCHURÃO: GRAMPEADO 80 FOLHAS CAPA FLEXÍVEL CADERNO BROCHURÃO – ESPECIFICAÇÃO: GRAMPEADO, 80 FOLHAS ÚTEIS, PAUTADO FRENTE E VERSO, COM CABEÇALHO E RODAPÉ OU PAUTA CONTINUA. LINHAS COINCIDENTES EM AMBAS AS FACES. FORMATO APROXIMADO 200MM X 275MM; PAUTADAS EM PAPEL OFFSET MÍNIMO 50 GR/M ² , CAPA E CONTRACAPA FLEXÍVEL: CAPA DE CARTÃO DUPLEX COM GRAMATURA NOMINAL MÍNIMA DE 225 G/M ² , A ILUSTRAÇÃO DA CAPA/CONTRACAPA DEVERÁ TER TEMÁTICA UNISSEX E COERENTE COM A SÉRIE QUE SE DESTINA O OBJETO. GRAMPO EM ARAME GALVANIZADO DE 0,70MM (MÍNIMO). DEVERÃO CONSTAR AS INFORMAÇÕES ABAIXO RELACIONADAS: - CADERNO BROCHURÃO GRAMPEADO FLEXÍVEL – 80 FOLHAS - FORMATO: 20,0 CM X 27,5 CM - NBR 15733:2012 - NOME DO FABRICANTE E SELO FSC.ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.	UNIDADE	12608
6	10080	7510	CADERNO DE CARTOGRAFIA GRANDE CAPA DURA: ESPECIFICAÇÃO: MEDIDAS APROXIMADAS DE 275 MM X 200 MM, ESPIRALADO, COM 96 FOLHAS DE PAPEL OFFSET COM GRAMATURA MÍNIMA DE 56 G/M ² , ISENTAS DE IMPRESSÃO. CAPA E CONTRACAPA EM PAPELÃO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 680 G/M ² , REVESTIDO COM PAPEL COUCHE BRILHO DE GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M ² . O PAPEL DE REVESTIMENTO DA GUARDA DEVE TER GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M ² . ESPIRAL EM ARAME REVESTIDO DE NYLON PRETO COM ESPESSURA DE 1,10 MM, COM EXTREMIDADES DAS ESPIRAIS METÁLICAS ACABADAS DE FORMA A EVITAR PONTAS AGUDAS. A ILUSTRAÇÃO DA CAPA E CONTRACAPA DEVE TER TEMÁTICA UNISSEX, ADEQUADA À SÉRIE DO CADERNO. O ACABAMENTO DA CAPA PODE SER PLASTIFICAÇÃO OU VERNIZ UV. DEVEM CONSTAR AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: CADERNO DE CARTOGRAFIA – 96 FOLHAS - FORMATO: 27,5 CM X 20,0 CM E NOME DO FABRICANTE E SELO FSC.ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.	UNIDADE	12608

7	10128	7510	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL: MATÉRIA-PRIMA POLIESTIRENO OU POLÍMERO TRANSPARENTE; DIMENSÕES APROXIMADAS: DIÂMETRO MÍNIMO DO CORPO: 7 MM. COMPRIMENTO MÍNIMO COM TAMPA: 14,5 CM. TAMPA: MATÉRIA-PRIMA POLIPROPILENO REMOVÍVEL COM HASTE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO. DA MESMA COR DA TINTA. ESFERA TUNGSTÊNIO COM DIÂMETRO DE 1.0 MM. CARGA: TUBO EM POLIPROPILENO SEXTAVADO TRANSPARENTE. PREENCHIMENTO DE TINTA: MÍNIMO DE 110 MM, MEDIDO DA PONTA. TINTA ATÓXICA. DESEMPENHO DE ESCRITA: AS CANETAS DEVERÃO APRESENTAR ESCRITA UNIFORME E MACIA.	UNIDADE	18852
8	10129	7510	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA: MATÉRIA-PRIMA POLIESTIRENO OU POLÍMERO TRANSPARENTE; DIMENSÕES APROXIMADAS: DIÂMETRO MÍNIMO DO CORPO: 7 MM. COMPRIMENTO MÍNIMO COM TAMPA: 14,5 CM. TAMPA: MATÉRIA-PRIMA POLIPROPILENO REMOVÍVEL COM HASTE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO. DA MESMA COR DA TINTA. ESFERA TUNGSTÊNIO COM DIÂMETRO DE 1.0 MM. CARGA: TUBO EM POLIPROPILENO SEXTAVADO TRANSPARENTE. PREENCHIMENTO DE TINTA: MÍNIMO DE 110 MM, MEDIDO DA PONTA. TINTA ATÓXICA. DESEMPENHO DE ESCRITA: AS CANETAS DEVERÃO APRESENTAR ESCRITA UNIFORME E MACIA.	UNIDADE	9426
9	10130	7510	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA: MATÉRIA-PRIMA POLIESTIRENO OU POLÍMERO TRANSPARENTE; DIMENSÕES APROXIMADAS: DIÂMETRO MÍNIMO DO CORPO: 7 MM. COMPRIMENTO MÍNIMO COM TAMPA: 14,5 CM. TAMPA: MATÉRIA-PRIMA POLIPROPILENO REMOVÍVEL COM HASTE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO. DA MESMA COR DA TINTA. ESFERA TUNGSTÊNIO COM DIÂMETRO DE 1.0 MM. CARGA: TUBO EM POLIPROPILENO SEXTAVADO TRANSPARENTE. PREENCHIMENTO DE TINTA: MÍNIMO DE 110 MM, MEDIDO DA PONTA. TINTA ATÓXICA. DESEMPENHO DE ESCRITA: AS CANETAS DEVERÃO APRESENTAR ESCRITA UNIFORME E MACIA.	UNIDADE	9426
10	10203	7099	COLA BRANCA 90G: ESPECIFICAÇÃO: CARACTERÍSTICAS: LÍQUIDA; PLASTIFICANTE; ALTO PODER DE COLAGEM; NÃO ATÓXICO; COMPOSIÇÃO: BASE EM ACETATO DE POLIVINILA (PVA) DISPERSO EM SOLUÇÃO AQUOSA; EMBALAGEM DO RODUTO: POSSUI TRAVA DE PROTEÇÃO E UMA ESPÁTULA ESPALHADORA PARA FACILITAR APLICAÇÃO.FORMATO DO FRASCO RECICLAVEL, RÓTULOS DE ACORDO COM OS PADRÕES DO FABRICANTE. SELO DO INMETRO.	UNIDADE	22034
11	10374	7099	ESTOJO ESCOLAR: EM NYLON 420 IMPERMEÁVEL NA COR AZUL MARINHO NO TAMANHO APROXIMADO DE 21CM LARGURA X 9CM ALTURA X 6CM PROFUNDIDADE, CONTENDO 2 DIVISÓRIA EXTERNAS, UMA LOCALIZADA NA PARTE SUPERIOR COM ZÍPER Nº08 NA COR BRANCA E CURSOR NIQUELADO Nº08, E OUTRA NA PARTE FRONTAL COM O MESMO ZIPER E CURSOR DA PARTE SUPERIOR, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS NA PARTE FRONTAL, ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.	UNIDADE	22034
12	10559	7099	KIT GEOMÉTRICO: COMPOSTO POR 01 RÉGUA 30 CM, 01 ESQUADRO 45º, 01 ESQUADRO 60º, 01 TRANSFERIDOR 180º - DESCRIÇÃO DOS ITENS: RÉGUA 30 CM CONFECCIONADA EM PLÁSTICO NA COR AZUL., ESQUADRO DE 45º CONFECCIONADA EM PLÁSTICO. ESQUADRO DE 60º CONFECCIONADA EM PLÁSTICO. TRANSFERIDOR DE 180º CONFECCIONADA EM PLÁSTICO. O KIT DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM PLASTICA.	KIT	9426
13	10580	7099	LÁPIS DE COR, SEXTAVADO: LÁPIS DE COR 12 CORES VIVAS E INTENSAS, MADEIRA REFLORESTADA. COMPOSIÇÃO: MADEIRA REFLORESTADA, PIGMENTOS, AGLUTINANTES E CERA. COMPRIMENTO APROXIMADO DE 170 MM.	CAIXA	22034
14	10581	7099	LÁPIS GRAFITE: CORPO: MATÉRIA PRIMA: FORMATO SEXTAVADO. ATÓXICO. COMPOSIÇÃO LÁPIS EM MADEIRA, MINA DE CERA E PIGMENTOS. MEDIDAS APROXIMADAS: 17,5 CM ALTURA. DIÂMETRO: 7 MM. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO E FSC.	UNIDADE	44068
15	10740	7099	MOCHILA FUNDAMENTAL (ANOS INICIAS E ANOS FINAIS) ESPECIFICAÇÃO: MOCHILA NA COR AZUL MARINHO COM FRISO EM TODA SUA EXTENSÃO NA COR AZUL MARINHO. MEDIDAS: 32 CM LARGURA: X 41 CM ALTURA X 12 CM PROFUNDIDADE; MATERIAL: NYLON 420 IMPERMEÁVEIS. PARTE INTERNA:	UNIDADE	22034

			ALMOFADADA NAS COSTAS PARA MAIOR CONFORTO. COM ESPUMA APROXIMADAMENTE DE 6MM, FORRADA EM TECIDO EM ALTA DEFINIÇÃO 6800 FIOS 100% POLIÉSTER COM BRASÃO DO MUNICÍPIO EM FIOS COM EFEITO MARCA D'AGUA COM AS MEDIDAS DE 7,5X6,5 NO SENTIDO VERTICAL, NA COR CINZA E COSTURADA PARA MELHOR FIXAÇÃO. BOLSO EXTERNO: NA FRENTE COM ABERTURA VERTICAL EM ZÍPER BRANCO Nº 08, 01 BOLSO NA HORIZONTAL COM ZÍPER BRANCO E ABAIXO DETALHES EM ZIGZAG COM CORDÃO 5/2 NA COR BRANCO; ALÇA DE MÃO: COM FITA EM POLIPROPILENO MEDINDO 3 CM COM PUXADOR DE MÃO EM PLÁSTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 12,5 CM NA COR PRETA. ALÇA DE COSTAS: ALÇAS SUPERIOR ACOLCHOADAS COM ESPUMA DE 6MM E REVESTIDA COM FITA POLIPROPILENO 2,5CM NA COR AZUL MARINHO, COM REGULADOR DE TAMANHO, ALÇA INFERIOR EM FITA POLIPROPILENO MEDINDO APROXIMADAMENTE 3 CM DE LARGURA X 43 CM DE COMPRIMENTO COR AZUL; BOLSO PRINCIPAL : ZÍPER GRANDE Nº 8 REFORÇADO NA COR BRANCA, COBERTOS PARA MAIOR SEGURANÇA ACABAMENTO INTERNO: EM VIÉS NA COR AZUL MARINHO, COBRINDO TODAS AS EMENDAS. BOLSOS LATERAIS: EM TELA SPECY ACOLCHOADA NA COR PRETA COM ELÁSTICO DE 2,5 CM NA COR PRETA, ETIQUETA: NA PARTE FRONTAL EM TECIDO TAFETÁ EM ALTA DEFINIÇÃO, TERMOCOLANTE, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 5CM DE LARGURA X 5CM DE ALTURA CONTORNADA COM BORDADO COMPUTADORIZADO NA COR BRANCA. ETIQUETA INTERNA: COM CNPJ, COMPOSIÇÃO, INSTRUÇÕES DE LAVAGEM E NOME DO FABRICANTE. AS MOCHILAS DEVEM VIR EMBALADAS EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE DEVIDAMENTE LACRADOS PARA TRANSPORTE E MANUSEIO. CONFORME LAYOUT EM ANEXO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	
16	10929	7099	RÉGUA 30CM: ESPECIFICAÇÃO: POLIESTIRENO CRISTAL, POSSUINDO DOIS CHANFROS, UM EM CADA BORDA CONTENDO DUAS ESCALAS, DEVERÁ CONTER UMA TARJA AMARELA, JUNTAMENTE DAS ESCALAS, PARA DIFERENCIAÇÃO. A IMPRESSÃO DAS ESCALAS, SERÁ EM CENTÍMETROS, NA COR PRETA E FEITAS PELO PROCESSO DE TAMPOGRAFIA. DIMENSÕES APROXIMADAS (VARIAÇÃO PERMITIDA DE 5%): 310 MM COMPRIMENTO X 40MM LARGURA X 04MM ESPESSURA MAIOR E A MENOR 1,5MM (PONTA DE CADA CHANFRO).	UNIDADE 15253
17	11056	7210	SQUEEZE COM TAMPA 500 ML: ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL RESISTENTE E FLEXÍVEL, COM TAMPA ESTILO MOSQUETÃO E DESIGN ANATÔNICO NA COR AZUL, ALTURA 21CM COM A TAMPA, DIÂMETRO 23CM BASE, LARGURA 7CM BASE, PESO 45,2G, TEM A RESISTÊNCIA A TEMPERATURA DE ATÉ 100 °C. FABRICADO EM MATERIAL POLIETILENO E PEAD ATÓXICO, LIVRE DE BISFENOLA (BPAFREE) FABRICADO EM POLIETILENO ATÓXICO LIVRE DE BISFENOL A VIRGEM DE 1º USO; PAREDES INTERNAS E EXTERNAS LISAS; SEM REENTRÂNCIAS OU RESSALTOS; FORMATO ARREDONDADO (PARA NÃO POSSIBILITAR O ACÚMULO DE RESÍDUOS); PIGMENTAÇÃO ATÓXICA E HOMOGÊNEA EM TODA A PEÇA, CONFORME NORMAS DA ANVISA QUANTO A METAIS PESADOS; RESISTENTE À TEMPERATURA DE 100º CELSIUS PODE SER RECICLADO MECANICAMENTE AO FIM DE SUA VIDA ÚTIL. COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO COM SUAS CORES ORIGINAIS NA TÉCNICA EM PINTURA TRANSFER. TAMANHO DA IMPRESSÃO MÍNIMO DE: 7CM DE ALTURA E 7CM DE LARGURA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. CONFORME LAYOUT EM ANEXO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UNIDADE 22034
18	11098	7099	TESOURA SEM PONTA: TESOURA PARA CORTE DE PAPEL E MASSA DE MODELAR SEM LÂMINA, 100% PLÁSTICO. CABO E LÂMINA EM RESINA TERMOPLÁSTICA ATÓXICA COM MOLA NO CABO. APROXIMADAMENTE NO MÍNIMO 13 CM.	UNIDADE 12608

Red

LOTE 02 – EDUCAÇÃO INFANTIL (INFANTIL I AO V)					
ITEM	ID do item	CÓDIGO CLASSE/GRUPO	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE
1	9851	7510	AGENDA ESCOLAR INFANTIL: CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: PERSONALIZADA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO, NA PRIMEIRA PÁGINA, LOCAL PARA COLOCAR DADOS PESSOAIS, REDES SOCIAIS E SAÚDE. CAPA: 17,5X24,5CM, 4X1 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHÊ FOSCO 150G. SAÍDA EM CTP. PROVA DIGITAL, Nº DE PROVAS: 1. PAPELÃO: 17X24CM, SEM IMPRESSÃO EM PAPELÃO PARDO 1150G, 1.9MM 400G. GUARDA: 17X24CM, SEM IMPRESSÃO EM PAPEL OFFSET 120G. MIOLO: 196 PÁGINAS IGUAIS, 17X24CM, 1 COR, TINTA EM PAPEL OFFSET 63G. SAÍDA EM CTP. COM WIRE-O, LAMINAÇÃO BOPP FOSCA, Nº DE LADOS 1 (CAPA), COM FURO, COLAGEM CAPA/CONTRA CAPA. MIOLO IGUAL COM FOLHAS PAUTADAS COM A LOGO DA PREFEITURA EM TODAS AS PÁGINAS. PERSONALIZADA COM A LOGO E INFORMAÇÕES ENVIADAS PELA SME CONFORME ANEXO II.	UNIDADE	9426
2	9890	7099	APONTADOR C/ DEPÓSITO JUMBO: APONTADOR DE LÁPIS DUPLO, COM DOIS FUIROS PARA APONTAR: LÁPIS CONVENCIONAL E JUMBO. LÂMINAS COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, PARA LÁPIS DE GRAFITE E DE COR GROSSOS, APONTADOR METÁLICO INSERIDO E DEPOSITO COM CORES VARIADAS. MEDINDO APROXIMADAMENTE: 5 CM DE ALTURA x 5 CM DE DIAMETRO.	UNIDADE	18852
3	9897	7099	AQUARELA 12 CORES: LAVÁVEL. ACOMPANHA PINCEL. SOLÚVEL EM ÁGUA. ATÓXICO. PASTILHAS APROXIMADAMENTE CO M 28MM DE DIÂMETRO. COMPOSIÇÃO RESINA TERMOPLÁSTICA, TINTA, CARBONATO DE CÁLCIO E GOMA DE PÊSSEGO. PINCEL: CABO PLÁSTICO, VIROLA DE ALUMÍNIO E CERDAS SINTÉTICAS.	UNIDADE	9426
4	9933	7099	AVENTAL INFANTIL: ALTURA 49,5CM X LARGURA 39,5CM POLIETILENO À PROVA D'ÁGUA PROTEGE A ROUPA FÁCIL DE LIMPAR IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	9426
5	3746	7099	BORRACHA PLÁSTICA - ESPECIFICAÇÃO: BORRACHA PLÁSTICA NA COR AZUL MEDINDO: 44MM X 26MM X 13MM. NÃO SUJA E NÃO ENRUGA O PAPEL, ISENTA DE PVC, CARGA INERTE E PIGMENTOS ATÓXICOS. COM CINTA AZUL EM RESINA TERMOPLÁSTICA E PIGMENTOS ATÓXICOS.	UNIDADE	9426
6	10014	7510	CADERNO DE CARTOGRAFIA GRANDE CAPA DURA: ESPECIFICAÇÃO: MEDIDAS APROXIMADAS DE 275 MM X 200 MM, ESPIRALADO, COM 96 FOLHAS DE PAPEL OFFSET COM GRAMATURA MÍNIMA DE 56 G/M², ISENTAS DE IMPRESSÃO. CAPA E CONTRACAPA EM PAPELÃO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 680 G/M², REVESTIDO COM PAPEL COUCHE BRILHO DE GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M². O PAPEL DE REVESTIMENTO DA GUARDA DEVE TER GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M². ESPIRAL EM ARAME REVESTIDO DE NYLON PRETO COM ESPESSURA DE 1,10 MM, COM EXTREMIDADES DAS ESPIRAIS METÁLICAS ACABADAS DE FORMA A EVITAR PONTAS AGUDAS. A ILUSTRAÇÃO DA CAPA E CONTRACAPA DEVE TER TEMÁTICA UNISSEX, ADEQUADA À SÉRIE DO CADERNO. O ACABAMENTO DA CAPA PODE SER PLASTIFICAÇÃO OU VERNIZ UV. DEVEM CONSTAR AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: CADERNO DE CARTOGRAFIA – 96 FOLHAS - FORMATO: 27,5 CM X 20,0 CM E NOME DO FABRICANTE E SELO FSC. ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.	UNIDADE	9426
7	10203	7099	COLA BRANCA 90G: ESPECIFICAÇÃO: CARACTERÍSTICAS: LÍQUIDA; PLASTIFICANTE; ALTO PODER DE COLAGEM; NÃO ATÓXICO; COMPOSIÇÃO: BASE EM ACETATO DE POLIVINILA (PVA) DISPERSO EM SOLUÇÃO AQUOSA; EMBALAGEM DO RODUTO: POSSUI TRAVA DE PROTEÇÃO E UMA ESPÁTULA ESPALHADORA PARA FACILITAR APLICAÇÃO. FORMATO DO FRASCO RECICLÁVEL, RÓTULOS DE ACORDO COM OS PADRÕES DO FABRICANTE. SELO DO INMETRO.	UNIDADE	9426
8	10374	7099	ESTOJO ESCOLAR: EM NYLON 420 IMPERMEÁVEL NA COR AZUL MARINHO NO TAMANHO APROXIMADO DE 21CM LARGURA X 9CM ALTURA X 6CM PROFUNDIDADE, CONTENDO 2 DIVISÓRIA EXTERNAS, UMA LOCALIZADA NA PARTE SUPERIOR COM ZÍPER Nº08 NA COR BRANCA	UNIDADE	9426



			E CURSOR NIQUELADO Nº08, E OUTRA NA PARTE FRONTAL COM O MESMO ZIPER E CURSOR DA PARTE SUPERIOR, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS NA PARTE FRONTAL, ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.		
9	10474	7520	GIZ DE CERA: MATÉRIA-PRIMA: CERAS E PIGMENTOS NÃO TÓXICO (PIGMENTOS ORGÂNICOS) GROSSO, GIZ DE CERA BIG NO FORMATO REDONDO, NÃO TÓXICO, CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	9426
10	10578	7099	LÁPIS DE COR BIG TRIANGULAR COM 12 CORES: CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: LÁPIS DE COR, BIG 12 CORES VIVAS E INTENSAS, ALTURA APROXIMADA 17,5CM. CONFECIONADO EM RESINAS PLÁSTICAS E PIGMENTOS. NÃO TÓXICO. TODOS APONTADOS, ACOMPANHA APONTADOR DENTRO EM RESINA TERMOPLÁSTICA E LÂMINA EM AÇO INOX, APONTADOR DEVERÁ VIM DENTRO DA CAIXA DO PRODUTO.	CAIXA	9426
11	10584	7099	LÁPIS PRETO TRIANGULAR JUMBO Nº 2: COM DIÂMETRO DE APROXIMADAMENTE 10MM, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 175MM	UNIDADE	18852
12	10700	7099	MASSA DE MODELAR: CAIXA COM 6 UNIDADES COM CORES DIFERENTES; PESO: CAIXA COM, NO MÍNIMO, 90 G. COMPOSIÇÃO: PIGMENTOS, ÁGUA, CARBOIDRATO DE CEREALIS, GLÚTEN, CLORETO DE SÓDIO, CONSERVANTES, AROMA E ADITIVOS. CARACTERÍSTICAS: APRESENTAÇÃO: PRODUTO ATÓXICO. CORES PRETO, BRANCO, AMARELO, VERMELHO, AZUL E VERDE.	CAIXA	9426
13	10741	7099	MOCHILA INFANTIL: MOCHILA NA COR AZUL MARINHO COM FRISO EM TODA SUA EXTENSÃO NA COR BRANCA, MEDINDO 29CM DE LARGURA X 35CM DE ALTURA X 12CM DE PROFUNDIDADE MATERIAL COURO SINTÉTICO, IMPERMEÁVEL E ALMOFADAS NAS COSTAS PARA MAIOR CONFORTO E ISOLANTE CONTRA IMPACTOS COM ESPUMA DE 6MM FORRADA EM TECIDO EM ALTA DEFINIÇÃO 6800 FIOS 100% POLIÉSTER COM BRASÃO DO MUNICÍPIO EM FIOS COM EFEITO MARCA D'ÁGUA COM AS MEDIDAS DE 7,5CMX6,5CM NO SENTIDO VERTICAL, NA COR CINZA E COSTURADA PARA MELHOR FIXAÇÃO; BOLSO EXTERNO; 01 FRENTE COM ABERTURA NA PARTE SUPERIOR DO BOLSO EM ZIPER Nº 08 NA COR BRANCA; ALÇA DE MÃO EM CADARÇO DE 3CM COM REFORÇO NAS LATERAIS; ALÇA DE COSTAS: ALÇAS SUPERIOR ACOCHOADAS COM ESPUMA DE 6MM E REVESTIDA COM FITA POLIPROPILENO 2,5CM, COM REGULADOR DE TAMANHO, ALÇA INFERIOR EM FITA POLIPROPILENO MEDINDO APROXIMADAMENTE 3 CM DE LARGURA X 43 CM DE COMPRIMENTO, EM ZIPER Nº 08 NA COR BRANCA, REFORÇADO; EXTREMIDADE DO PUXADOR COM FIXAÇÃO RESISTENTE; ACABAMENTO INTERNO EM VIÉS, COBRINDO TODAS AS EMENDAS, COM BOLSO NAS LATERAIS EM TELA SPECY ACOCHOADA NA COR PRETA COM ELASTICO DE 2,5 NA COR PRETO; CARRINHO TRAVA UNIVERSAL, ALÇA DE TRANSPORTE, AJUSTE DE ALTURA HASTES ALUMÍNIO E RODAS SILICONE; PERSONALIZAÇÃO FRONTAL EM SUBLIMAÇÃO E APLICAÇÃO DE PATCH EM TECIDO TAFETÁ DE ALTA RESOLUÇÃO NA PARTE SUPERIOR FRONTAL, CONTORNADO POR BORDADO NO TAMANHO 5CM X 5CM; PORTA CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO EM PLÁSTICO CRISTAL MEDINDO 10CMX7CM. A MOCHILA DEVERÁ CONTER ETIQUETA DO FABRICANTE CONTENDO COMPOSIÇÃO E CNPJ DO FABRICANTE CONFORME LAYOUT EM ANEXO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UNIDADE	9426
14	10821	7510	PASTA PLÁSTICA TRANSPARENTE COM ELÁSTICO: PASTA COM ELÁSTICO; MATERIAL: POLIPROPILENO; TRANSPARENTE EM CORES SORTIDAS; ESPESSURA DO PLÁSTICO: MÍNIMO DE 0,80 MM; NÃO TÓXICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: LXAXP: 33,5 X 23,5 X 40.	UNIDADE	9426
15	11056	7210	SQUEEZE COM TAMPA 500 ML: ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL RESISTENTE E FLEXÍVEL, COM TAMPA ESTILO MOSQUETÃO E DESIGN ANATÔNICO NA COR AZUL, ALTURA 21CM COM A TAMPA, DIÂMETRO 23CM BASE, LARGURA 7CM BASE, PESO 45,2G, TEM A RESISTÊNCIA A TEMPERATURA DE ATÉ 100 °C. FABRICADO EM MATERIAL POLIETILENO E PEAD ATÓXICO, LIVRE DE BISFENOLA (BPAFREE) FABRICADO EM POLIETILENO ATÓXICO LIVRE DE BISFENOL A VIRGEM DE 1º USO; PAREDES INTERNAS E EXTERNAS LISAS; SEM REENTRÂNCIAS OU RESSALTOS; FORMATO ARREDONDADO (PARA NÃO POSSIBILITAR O ACÚMULO DE RESÍDUOS); PIGMENTAÇÃO ATÓXICA E HOMOGÊNEA EM TODA A PEÇA, CONFORME NORMAS DA ANVISA QUANTO A METAIS PESADOS; RESISTENTE À TEMPERATURA DE 100º CELSIUS	UNIDADE	9426

			PODE SER RECICLADO MECANICAMENTE AO FIM DE SUA VIDA ÚTIL. COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO COM SUAS CORES ORIGINAIS NA TÉCNICA EM PINTURA TRANSFER. TAMANHO DA IMPRESSÃO MÍNIMO DE: 7CM DE ALTURA E 7CM DE LARGURA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. CONFORME LAYOUT EM ANEXO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	Rubrica:	
16	11098	7099	TESOURA SEM PONTA: TESOURA PARA CORTE DE PAPEL E MASSA DE MODELAR SEM LÂMINA, 100% PLÁSTICO. CABO E LÂMINA EM RESINA TERMOPLÁSTICA ATÓXICA COM MOLA NO CABO. APROXIMADAMENTE NO MÍNIMO 13 CM.	UNIDADE	9426

DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO POR KIT:
EDUCAÇÃO INFANTIL

KIT	DESCRIÇÃO DO KIT	ITENS QUE COMPORÃO O KIT	UND	QUANT. POR KIT	QUANT. DE KITS
KIT 1	KIT EDUCAÇÃO INFANTIL	AGENDA ESCOLAR INFANTIL	UND	1	9.426
		AQUARELA 12 CORES	UND	1	
		APONTADOR COM DEPÓSITO JUMBO	UND	2	
		AVENTAL INFANTIL	UND	1	
		BORRACHA PLÁSTICA AZUL	UND	1	
		CADERNO DE CARTOGRAFIA GRANDE	UND	1	
		CAPA DURA			
		COLA BRANCA 90G	UND	1	
		ESTOJO ESCOLAR	UND	1	
		SQUEEZE	UND	1	
		GIZ DE CERA	CX	1	
		LÁPIS DE COR BIG TRIANGULAR COM 12 CORES	CX	1	
		LÁPIS PRETO TRIANGULAR JUMBO	UND	2	
		MASSA PARA MODELAR	CX	1	
		PASTA PLÁSTICAS TRANSPARENTE COM ELÁSTICO	UND	1	
		TESOURA SEM PONTA	UND	1	
	MOCHILA	MOCHILA INFANTIL	UND	1	

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

KIT	DESCRIÇÃO DO KIT	ITENS QUE COMPORÃO O KIT	UND	QUANT. POR KIT	QUANT. DE KITS
KIT 2	KIT ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	AGENDA ESCOLAR ANOS INICIAIS	UND	1	12.608
		APONTADOR DE LÁPIS	UND	1	
		BORRACHA PLÁSTICA AZUL	UND	1	
		CADERNO BROCHURÃO	UND	1	
		CADERNO DE CARTOGRAFIA GRANDE	UND	1	
		CAPA DURA			
		COLA BRANCA 90G	UND	1	
		ESTOJO	UND	1	
		SQUEEZE	UND	1	
		LÁPIS DE COR, SEXTAVADO	CX	1	
		LÁPIS GRAFITE	UND	2	
		TESOURA SEM PONTA	UND	1	
	MOCHILA	MOCHILA FUNDAMENTAL	UND	1	



ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

KIT	DESCRIÇÃO DO KIT	ITENS QUE COMPORÃO O KIT	UND	QUANT.POR KIT	QUANT.DE KITS
KIT 3	KIT ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS	APONTADOR DE LÁPIS	UND	1	9.426
		BORRACHA ESCOLAR	UND	1	
		CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 X 1200 FOLHAS	UND	1	
		CANETA ESFEROGRÁFICA (AZUL)	UND	2	
		CANETA ESFEROGRÁFICA (VERMELHA)	UND	1	
		CANETA ESFEROGRÁFICA (PRETA)	UND	1	
		COLA BRANCA 90GG	UND	1	
		ESTOJO	UND	1	
		SQUEEZE	UND	1	
		KIT GEOMÉTRICO	KIT	1	
		LÁPIS DE COR, SEXTAVADO	CX	1	
		LÁPIS GRAFITE	UND	2	
		RÉGUA ACRÍLICA 30CM	UND	1	
		MOCHILA	UND	1	
		MOCHILA FUNDAMENTAL	UND	1	



5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART.18º, §1º, INCISO V DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

O levantamento de mercado foi realizado com base na análise de contratações semelhantes realizadas por administrações públicas, bem como na observação das práticas adotadas no mercado fornecedor de materiais escolares. Verifica-se que a aquisição de kits escolares é prática amplamente utilizada por órgãos públicos como estratégia de apoio às políticas educacionais, especialmente para garantir igualdade de condições no acesso aos materiais necessários ao desenvolvimento das atividades pedagógicas. Em geral, essas contratações são realizadas por meio de processos licitatórios na modalidade pregão, frequentemente utilizando o Sistema de Registro de Preços, em razão da necessidade de fornecimento parcelado e da possibilidade de variação nas quantidades demandadas ao longo do período de atendimento.

No mercado fornecedor, identificam-se diferentes formas de atendimento dessa demanda. A primeira consiste na aquisição individualizada dos itens escolares, em que cada material é licitado separadamente e posteriormente organizado pela própria Administração em kits. A segunda alternativa refere-se à aquisição de kits escolares previamente montados pelo fornecedor, contendo todos os itens necessários conforme especificação do edital. Há ainda fornecedores especializados na produção personalizada de kits escolares, incluindo materiais com identidade visual institucional, mochilas personalizadas e organização prévia dos itens dentro das embalagens definidas pela Administração.

A análise comparativa dessas soluções demonstra que a aquisição de kits escolares previamente montados pelo fornecedor apresenta maior eficiência operacional para a Administração Pública. Essa solução reduz significativamente a necessidade de atividades logísticas internas, como armazenamento, separação e montagem dos kits, além de diminuir riscos de erros na composição

[Handwritten signatures and initials]

dos materiais destinados a cada etapa de ensino. Ademais, a contratação do kit completo facilita o controle de qualidade e permite maior padronização dos materiais distribuídos aos alunos.

Do ponto de vista econômico e administrativo, a contratação por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços revela-se a alternativa mais adequada, pois amplia a competitividade entre fornecedores, possibilita melhores condições de preço e permite que a Administração realize aquisições conforme sua necessidade ao longo da vigência da ata. Considerando ainda a natureza recorrente da demanda, vinculada aos anos letivos, e a necessidade de planejamento prévio para atendimento aos estudantes da rede municipal, conclui-se que a solução mais vantajosa consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de kits escolares completos e previamente montados, conforme especificações definidas pela Secretaria de Educação do Município de Aquiraz.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO VI DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

A análise de mercado foi realizada em conformidade com o procedimento administrativo de coleta de preços, proferida pela Comissão de Compras, designadas especificamente a este fim.

Nos termos do Decreto Municipal n.º 005/2023 de 30 de janeiro de 2023, o procedimento de coleta de preços deve obedecer a regramento específico no que tange as formalidades, meios, ordem e mecanismos de coleta, cabendo à Comissão de Compras, por ser o ente designado a este fim, a observância a estes procedimentos mínimos.

A estimativa do valor da contratação foi realizada a partir do levantamento da composição de cada kit escolar, conforme especificações técnicas detalhadas, e da quantidade total de kits prevista para o período de dois anos (2025 a 2026).

Para fins de estimativa, foram considerados os valores unitários médios apurados na pesquisa de mercado, aplicados aos quantitativos projetados para atendimento da rede pública municipal de ensino, conforme memorial de cálculo das quantidades elaborado pela Secretaria de Educação. A composição dos valores levou em consideração todos os custos envolvidos no fornecimento da solução, incluindo produção, personalização, montagem dos kits, embalagem, transporte e entrega dos materiais, conforme especificações técnicas estabelecidas para cada item integrante dos kits escolares.

A contratação encontra-se estruturada em dois lotes, agrupados de acordo com as etapas de ensino atendidas, visando garantir eficiência logística na montagem dos kits e compatibilidade entre os itens que compõem cada conjunto pedagógico. Com base na pesquisa de preços realizada, foram obtidas as seguintes estimativas médias:

Lote	Descrição	Valor Médio Estimado
LOTE 01	Kit Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais (1º ao 9º ano)	R\$ 5.803.623,95
LOTE 02	Kit Educação Infantil (Infantil I ao V)	R\$ 3.329.357,46

Deste modo, após o procedimento de coleta de preços, originou-se o mapa de preços conforme abaixo, apresentando-se, assim, a estimativa para o objeto, de modo que este será o parâmetro a ser seguido para fins de limite do gasto e para balizamento quando do julgamento do certame.

PESQUISA N°: 202602240001

DADOS DO SISTEMA DE COLETA:

DADOS COLETADOS NO SISTEMA ELETRÔNICO DE COLETA DE PREÇOS M2A TECNOLOGIA, ATRAVÉS DO LINK:

http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br/preco_de_referencia/cotacao/171261/#item_cotacao

EMP.	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	DOMÍNIO
1	SISTEMA ELETRÔNICO DE COLETA DE PREÇOS M2A TECNOLOGIA	19.337.907/0001-79	http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br/preco_de_referencia

LOTE 01 - KIT ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E FINAIS (1º AO 9º ANO)					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTE	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO GLOBAL
1	AGENDA ESCOLAR ANOS INICIAIS: CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: PERSONALIZADA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO, NA PRIMEIRA PÁGINA, LOCAL PARA COLOCAR DADOS PESSOAIS, REDES SOCIAIS E SAÚDE. CAPA: 17,5X24,5CM, 4X1 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHÊ FOSCO 150G. SAÍDA EM CTP. PROVA DIGITAL, Nº DE PROVAS: 1. PAPELÃO: 17X24CM, SEM IMPRESSÃO EM PAPELÃO PARDOS 1150G, 1.9MM 400G. SEM IMPRESSÃO EM PAPEL OFFSET 120G. MIOLO: 196 PÁGINAS IGUAIS, 17,5X24,5CM, 1 COR, TINTA EM PAPEL OFFSET 63G. SAÍDA EM CTP. COM WIRE-O, LAMINAÇÃO BOPP FOSCA, Nº DE LADOS 1 (CAPA), COM FURO, COLAGEM CAPA/CONTRA CAPA. MIOLO IGUAL COM FOLHAS PAUTADAS COM A LOGO DA PREFEITURA EM TODAS AS PÁGINAS. PERSONALIZADA COM A LOGO E INFORMAÇÕES ENVIADAS PELA SME CONFORME ANEXO I. APONTADOR DE LÁPIS: EM PLÁSTICO DUPLO EM FORMATO BOX E TAMPA HIGIÊNICA.	UNIDADE	12.608	45,69	R\$ 576.059,52
2	APONTA LÁPIS COMUM E BIG. ATÓXICO. COMPOSIÇÃO RESINA TERMOPLÁSTICA E LÂMINA EM AÇO INOX. CORES VARIADAS. BORRACHA PLÁSTICA - ESPECIFICAÇÃO: BORRACHA PLÁSTICA NA COR AZUL MEDINDO: 44MM X 26MM X 13MM. NÃO SUJA E NÃO ENRUGA O PAPEL, ISENTA DE PVC, CARGA INERTE E PIGMENTOS ATÓXICOS. COM CINTA AZUL EM RESINA TERMOPLÁSTICA E PIGMENTOS ATÓXICOS.	UNIDADE	22.034	4,15	R\$ 91.441,10
3		UNIDADE	22.034	8,92	R\$ 196.543,28





- CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 X 1 200
FOLHAS CAPA DURA :CADERNO
UNIVERSITÁRIO ESPIRALADO, 200 FOLHAS
ÚTEIS (NÃO SENDO CONTADAS AS
DIVISÓRIAS), 10 MATÉRIAS, PAUTADO
FRENTE E VERSO COM CAPA E CONTRACAPA.
MÍNIMO DE 27 PAUTAS POR PÁGINA, COM
CABEÇALHO E RODAPÉ OU PAUTA
CONTINUA. LINHAS COINCIDENTES EM
AMBAS AS FACES. FORMATO APROXIMADO
200MM X 275MM; C/ ESPIRAL; PAUTADAS
EM PAPEL OFFSET MÍNIMO 50 GR/M2, CAPA
DURA: PAPELÃO COM GRAMATURA MÍNIMA
DE 680 G/M2, REVESTIDO DE PAPEL COUCHE
BRILHO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115
G/M2. O PAPEL DE REVESTIMENTO DA
GUARDA DEVE SER DE GRAMATURA MÍNIMA
DE 120 G/M2 A ILUSTRAÇÃO DA
CAPA/CONTRACAPA DEVERÁ TER TEMÁTICA
UNISSEX E COERENTE COM A SÉRIE QUE SE
DESTINA O OBJETO. ACABAMENTO DA CAPA:
PLASTIFICAÇÃO OU VERNIZ UV; DIVISÓRIAS:
OFF-SET GRAMATURA MÍNIMA DE 63G/M²,
A CADA 20 FOLHAS IMPRESSAS A UMA COR
ESPIRAL: ARAME REVESTIDO EM NYLON
(PRETO) DE 1,20MM SENDO QUE O
ACABAMENTO DADO NAS EXTREMIDADES
DAS ESPIRAIS METÁLICAS DEVE FORMAR
TRAVAS QUE IMPOSSIBILITEM A FORMAÇÃO
DE PONTAS AGUDAS. DEVERÃO CONSTAR AS
INFORMAÇÕES ABAIXO RELACIONADAS: -
CADERNO UNIVERSITÁRIO - 200 FOLHAS -
FORMATO: 20,0 CM X 27,5 CM - NBR:
15733:2012 - NOME DO FABRICANTE -
CERTIFICAÇÃO FSC. ARTE FORNECIDA PELA
SME CONFORME ANEXO.
- 4 UNIDADE 9.426 36,68 R\$ 345.745,68
- CADERNO BROCHURÃO: GRAMPEADO 80
FOLHAS CAPA FLEXÍVEL CADERNO
BROCHURÃO - ESPECIFICAÇÃO:
GRAMPEADO, 80 FOLHAS ÚTEIS, PAUTADO
FRENTE E VERSO, COM CABEÇALHO E
RODAPÉ OU PAUTA CONTINUA. LINHAS
COINCIDENTES EM AMBAS AS FACES.
FORMATO APROXIMADO 200MM X 275MM;
PAUTADAS EM PAPEL OFFSET MÍNIMO 50
GR/M2, CAPA E CONTRACAPA FLEXÍVEL:
CAPA DE CARTÃO DUPLEX COM
GRAMATURA NOMINAL MÍNIMA DE 225
G/M2, A ILUSTRAÇÃO DA
CAPA/CONTRACAPA DEVERÁ TER TEMÁTICA
UNISSEX E COERENTE COM A SÉRIE QUE SE
DESTINA O OBJETO. GRAMPO EM ARAME
GALVANIZADO DE 0,70MM (MÍNIMO).
DEVERÃO CONSTAR AS INFORMAÇÕES
ABAIXO RELACIONADAS: - CADERNO
BROCHURÃO GRAMPEADO FLEXÍVEL - 80
FOLHAS - FORMATO: 20,0 CM X 27,5 CM -
NBR 15733:2012 - NOME DO FABRICANTE E
SELO FSC.ARTE FORNECIDA PELA SME
CONFORME ANEXO.
- 5 UNIDADE 12.608 15,43 R\$ 194.541,44

Ref



CADERNO DE CARTOGRAFIA GRANDE CAPA DURA: ESPECIFICAÇÃO: MEDIDAS APROXIMADAS DE 275 MM X 200 MM, ESPIRALADO, COM 96 FOLHAS DE PAPEL OFFSET COM GRAMATURA MÍNIMA DE 56 G/M², ISENTAS DE IMPRESSÃO. CAPA E CONTRACAPA EM PAPELÃO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 680 G/M², REVESTIDO COM PAPEL COUCHE BRILHO DE GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M². O PAPEL DE REVESTIMENTO DA GUARDA DEVE TER GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M². ESPIRAL EM ARAME REVESTIDO DE NYLON

6 PRETO COM ESPESSURA DE 1,10 MM, COM EXTREMIDADES DAS ESPIRAIS METÁLICAS ACABADAS DE FORMA A EVITAR PONTAS AGUDAS. A ILUSTRAÇÃO DA CAPA E CONTRACAPA DEVE TER TEMÁTICA UNISSEX, ADEQUADA À SÉRIE DO CADERNO. O ACABAMENTO DA CAPA PODE SER PLASTIFICAÇÃO OU VERNIZ UV. DEVEM CONSTAR AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: CADERNO DE CARTOGRAFIA – 96 FOLHAS - FORMATO: 27,5 CM X 20,0 CM E NOME DO FABRICANTE E SELO FSC.ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.

UNIDADE 12.608 22,87 R\$ 288.344,96

CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL: MATÉRIA-PRIMA POLIESTIRENO OU POLÍMERO TRANSPARENTE; DIMENSÕES

APROXIMADAS: DIÂMETRO MÍNIMO DO CORPO: 7 MM. COMPRIMENTO MÍNIMO COM TAMP: 14,5 CM. TAMP: MATÉRIA-PRIMA POLIPROPILENO REMOVÍVEL COM HASTE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO. DA

7 MESMA COR DA TINTA. ESFERA TUNGSTÊNIO COM DIÂMETRO DE 1.0 MM. CARGA: TUBO EM POLIPROPILENO SEXTAVADO TRANSPARENTE. PREENCHIMENTO DE TINTA: MÍNIMO DE 110 MM, MEDIDO DA PONTA. TINTA ATÓXICA. DESEMPENHO DE ESCRITA: AS CANETAS DEVERÃO APRESENTAR ESCRITA UNIFORME E MACIA.

UNIDADE 18.852 1,37 R\$ 25.827,24

CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA: MATÉRIA-PRIMA POLIESTIRENO OU POLÍMERO TRANSPARENTE; DIMENSÕES

APROXIMADAS: DIÂMETRO MÍNIMO DO CORPO: 7 MM. COMPRIMENTO MÍNIMO COM TAMP: 14,5 CM. TAMP: MATÉRIA-PRIMA POLIPROPILENO REMOVÍVEL COM HASTE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO. DA

8 MESMA COR DA TINTA. ESFERA TUNGSTÊNIO COM DIÂMETRO DE 1.0 MM. CARGA: TUBO EM POLIPROPILENO SEXTAVADO TRANSPARENTE. PREENCHIMENTO DE TINTA: MÍNIMO DE 110 MM, MEDIDO DA PONTA. TINTA ATÓXICA. DESEMPENHO DE ESCRITA: AS CANETAS DEVERÃO APRESENTAR ESCRITA UNIFORME E MACIA.

UNIDADE 9.426 1,35 R\$ 12.725,10

Paul



9	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA: MATÉRIA-PRIMA POLIESTIRENO OU POLÍMERO TRANSPARENTE; DIMENSÕES APROXIMADAS: DIÂMETRO MÍNIMO DO CORPO: 7 MM. COMPRIMENTO MÍNIMO COM TAMPA: 14,5 CM. TAMPA: MATÉRIA-PRIMA POLIPROPILENO REMOVÍVEL COM HASTE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO. DA MESMA COR DA TINTA. ESFERA TUNGSTÊNIO COM DIÂMETRO DE 1.0 MM. CARGA: TUBO EM POLIPROPILENO SEXTAVADO TRANSPARENTE. PREENCHIMENTO DE TINTA: MÍNIMO DE 110 MM, MEDIDO DA PONTA. TINTA ATÓXICA. DESEMPENHO DE ESCRITA: AS CANETAS DEVERÃO APRESENTAR ESCRITA UNIFORME E MACIA.	UNIDADE	9.426	1,37	R\$ 12.913,62
10	COLA BRANCA 90G: ESPECIFICAÇÃO: CARACTERÍSTICAS: LÍQUIDA; PLASTIFICANTE; ALTO PODER DE COLAGEM; NÃO ATÓXICO; COMPOSIÇÃO: BASE EM ACETATO DE POLIVINILA (PVA) DISPERSO EM SOLUÇÃO AQUOSA; EMBALAGEM DO RODUTO: POSSUI TRAVA DE PROTEÇÃO E UMA ESPÁTULA ESPALHADORA PARA FACILITAR APLICAÇÃO.FORMATO DO FRASCO RECICLAVEL, RÓTULOS DE ACORDO COM OS PADRÕES DO FABRICANTE. SELO DO INMETRO.	UNIDADE	22.034	4,00	R\$ 88.136,00
11	ESTOJO ESCOLAR: EM NYLON 420 IMPERMEÁVEL NA COR AZUL MARINHO NO TAMANHO APROXIMADO DE 21CM LARGURA X 9CM ALTURA X 6CM PROFUNDIDADE, CONTENDO 2 DIVISÓRIA EXTERNAS, UMA LOCALIZADA NA PARTE SUPERIOR COM ZÍPER N°08 NA COR BRANCA E CURSOR NIQUELADO N°08, E OUTRA NA PARTE FRONTAL COM O MESMO ZIPER E CURSOR DA PARTE SUPERIOR, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS NA PARTE FRONTAL, ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.	UNIDADE	22.034	24,87	R\$ 547.985,58
12	KIT GEOMÉTRICO: COMPOSTO POR 01 RÉGUA 30 CM, 01 ESQUADRO 45º, 01 ESQUADRO 60º, 01 TRANSFERIDOR 180º - DESCRIÇÃO DOS ITENS: RÉGUA 30 CM CONFECCIONADA EM PLÁSTICO NA COR AZUL., ESQUADRO DE 45º CONFECCIONADA EM PLÁSTICO. ESQUADRO DE 60º CONFECCIONADA EM PLÁSTICO. TRANSFERIDOR DE 180º CONFECCIONADA EM PLÁSTICO. O KIT DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM PLASTICA.	KIT	9.426	20,39	R\$ 192.196,14
13	LÁPIS DE COR, SEXTAVADO: LÁPIS DE COR 12 CORES VIVAS E INTENSAS, MADEIRA REFLORESTADA. COMPOSIÇÃO: MADEIRA REFLORESTADA, PIGMENTOS, AGLUTINANTES E CERA. COMPRIMENTO APROXIMADO DE 170 MM.	CAIXA	22.034	20,38	R\$ 449.052,92



Pei



- LÁPIS GRAFITE: CORPO: MATÉRIA PRIMA: FORMATO SEXTAVADO. ATÓXICO. COMPOSIÇÃO LÁPIS EM MADEIRA, MINA DE CERA E PIGMENTOS. MEDIDAS APROXIMADAS: 17,5 CM ALTURA. DIÂMETRO: 7 MM. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO E FSC.
- 14 MOCHILA FUNDAMENTAL (ANOS INICIAS E ANOS FINAIS) ESPECIFICAÇÃO: MOCHILA NA COR AZUL MARINHO COM FRISO EM TODA SUA EXTENSÃO NA COR AZUL MARINHO. MEDIDAS: 32 CM LARGURA: X 41 CM ALTURA X 12 CM PROFUNDIDADE; MATERIAL: NYLON 420 IMPERMEÁVEIS. PARTE INTERNA: ALMOFADADA NAS COSTAS PARA MAIOR CONFORTO. COM ESPUMA APROXIMADAMENTE DE 6MM, FORRADA EM TECIDO EM ALTA DEFINIÇÃO 6800 FIOS 100% POLIÉSTER COM BRASÃO DO MUNICÍPIO EM FIOS COM EFEITO MARCA D'ÁGUA COM AS MEDIDAS DE 7,5X6,5 NO SENTIDO VERTICAL, NA COR CINZA E COSTURADA PARA MELHOR FIXAÇÃO. BOLSO EXTERNO: NA FRENTE COM ABERTURA VERTICAL EM ZÍPER BRANCO Nº 08, 01 BOLSO NA HORIZONTAL COM ZÍPER BRANCO E ABAIXO DETALHES EM ZIGZAG COM CORDÃO 5/2 NA COR BRANCO; ALÇA DE MÃO: COM FITA EM POLIPROPILENO MEDINDO 3 CM COM PUXADOR DE MÃO EM PLÁSTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 12,5 CM NA COR PRETA. ALÇA DE COSTAS: ALÇAS SUPERIOR ACOLCHADAS COM ESPUMA DE 6MM E REVESTIDA COM FITA POLIPROPILENO 2,5CM NA COR AZUL MARINHO, COM REGULADOR DE TAMANHO, ALÇA INFERIOR EM FITA POLIPROPILENO MEDINDO APROXIMADAMENTE 3 CM DE LARGURA X 43 CM DE COMPRIMENTO COR AZUL; BOLSO PRINCIPAL : ZÍPER GRANDE Nº 8 REFORÇADO NA COR BRANCA, COBERTOS PARA MAIOR SEGURANÇA ACABAMENTO INTERNO: EM VIÉS NA COR AZUL MARINHO, COBRINDO TODAS AS EMENDAS. BOLSOS LATERAIS: EM TELA SPECY ACOLCHOADA NA COR PRETA COM ELÁSTICO DE 2,5 CM NA COR PRETA, ETIQUETA: NA PARTE FRONTAL EM TECIDO TAFETÁ EM ALTA DEFINIÇÃO, TERMOCOLANTE, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 5CM DE LARGURA X 5CM DE ALTURA CONTORNADA COM BORDADO COMPUTADORIZADO NA COR BRANCA. ETIQUETA INTERNA: COM CNPJ, COMPOSIÇÃO, INSTRUÇÕES DE LAVAGEM E NOME DO FABRICANTE. AS MOCHILAS DEVEM VIR EMBALADAS EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE DEVIDAMENTE LACRADOS PARA TRANSPORTE E MANUSEIO. CONFORME LAYOUT EM ANEXO
- | Item | UNIDADE | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------|---------|------------|----------------|------------------|
| 14 | 44.068 | 2,03 | | R\$ 89.458,04 |
| 15 | 22.034 | 99,59 | | R\$ 2.194.366,06 |



Pal



DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

RÉGUA 30CM: ESPECIFICAÇÃO: POLIESTIRENO CRISTAL, POSSUINDO DOIS CHANFROS, UM EM CADA BORDA CONTENDO DUAS ESCALAS, DEVERÁ CONTER UMA TARJA AMARELA, JUNTAMENTE DAS ESCALAS, PARA DIFERENCIAÇÃO. A IMPRESSÃO DAS ESCALAS, SERÁ EM CENTÍMETROS, NA COR PRETA E FEITAS PELO PROCESSO DE TAMPOGRAFIA. DIMENSÕES APROXIMADAS (VARIAÇÃO PERMITIDA DE 5%): 310 MM COMPRIMENTO X 40MM LARGURA X 04MM ESPESSURA MAIOR E A MENOR 1,5MM (PONTA DE CADA CHANFRO).

16

UNIDADE 15.253

5,49

R\$ 83.738,97

SQUEEZE COM TAMPA 500 ML: ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL RESISTENTE E FLEXÍVEL, COM TAMPA ESTILO MOSQUETÃO E DESIGN ANATÔNICO NA COR AZUL, ALTURA 21CM COM A TAMPA, DIÂMETRO 23CM BASE, LARGURA 7CM BASE, PESO 45,2G, TEM A RESISTÊNCIA A TEMPERATURA DE ATÉ 100 °C. FABRICADO EM MATERIAL POLIETILENO E PEAD ATÓXICO, LIVRE DE BISFENOLA (BPAFREE) FABRICADO EM POLIETILENO ATÓXICO LIVRE DE BISFENOL A VIRGEM DE 1º USO; PAREDES INTERNAS E EXTERNAS LISAS; SEM REENTRÂNCIAS OU RESSALTOS; FORMATO ARREDONDADO (PARA NÃO POSSIBILITAR O ACÚMULO DE RESÍDUOS); PIGMENTAÇÃO ATÓXICA E HOMOGÊNEA EM TODA A PEÇA, CONFORME NORMAS DA ANVISA QUANTO A METAIS PESADOS; RESISTENTE À TEMPERATURA DE 100º CELSIUS PODE SER RECICLADO MECANICAMENTE AO FIM DE SUA VIDA ÚTIL. COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO COM SUAS CORES ORIGINAIS NA TÉCNICA EM PINTURA TRANSFER. TAMANHO DA IMPRESSÃO MÍNIMO DE: 7CM DE ALTURA E 7CM DE LARGURA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. CONFORME LAYOUT EM ANEXO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

17

UNIDADE 22.034

13,75

R\$ 302.967,50

TESOURA SEM PONTA: TESOURA PARA CORTE DE PAPEL E MASSA DE MODELAR SEM LÂMINA, 100% PLÁSTICO. CABO E LÂMINA EM RESINA TERMOPLÁSTICA ATÓXICA COM MOLA NO CABO. APROXIMADAMENTE NO MÍNIMO 12 CM.

18

UNIDADE 12.608

8,85

R\$ 111.580,80

VALOR TOTAL LOTE 01

R\$ 5.803.623,95

LOTE 02 - EDUCAÇÃO INFANTIL (INFANTIL I AO V)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTE	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO GLOBAL
1	AGENDA ESCOLAR INFANTIL: CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: PERSONALIZADA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO, NA	UNIDADE	9.426	44,92	R\$ 423.415,92



<p>PRIMEIRA PÁGINA, LOCAL PARA COLOCAR DADOS PESSOAIS, REDES SOCIAIS E SAÚDE. CAPA: 17,5X24,5CM, 4X1 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHÊ FOSCO 150G. SAÍDA EM CTP. PROVA DIGITAL, Nº DE PROVAS: 1. PAPELÃO: 17X24CM, SEM IMPRESSÃO EM PAPELÃO PARDOS 1150G, 1.9MM 400G. GUARDA: 17X24CM, SEM IMPRESSÃO EM PAPEL OFFSET 120G. MIOLO: 196 PÁGINAS IGUAIS, 17X24CM, 1 COR, TINTA EM PAPEL OFFSET 63G. SAÍDA EM CTP. COM WIRE-O, LAMINAÇÃO BOPP FOSCA, Nº DE LADOS 1 (CAPA), COM FURO, COLAGEM CAPA/CONTRA CAPA. MIOLO IGUAL COM FOLHAS PAUTADAS COM A LOGO DA PREFEITURA EM TODAS AS PÁGINAS. PERSONALIZADA COM A LOGO E INFORMAÇÕES ENVIADAS PELA SME CONFORME ANEXO II.</p>					
2	<p>APONTADOR C/ DEPÓSITO JUMBO: APONTADOR DE LÁPIS DUPLO, COM DOIS FUROS PARA APONTAR: LÁPIS CONVENCIONAL E JUMBO. LÂMINAS COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, PARA LÁPIS DE GRAFITE E DE COR GROSSOS, APONTADOR METÁLICO INSERIDO E DEPOSITO COM CORES VARIADAS. MEDINDO APROXIMADAMENTE: 5 CM DE ALTURA x 5 CM DE DIÂMETRO.</p>	UNIDADE	18.852	3,82	R\$ 72.014,64
3	<p>AQUARELA 12 CORES: LAVÁVEL. ACOMPANHA PINCEL. SOLÚVEL EM ÁGUA. ATÓXICO. PASTILHAS APROXIMADAMENTE CO M 28MM DE DIÂMETRO. COMPOSIÇÃO RESINA TERMOPLÁSTICA, TINTA, CARBONATO DE CÁLCIO E GOMA DE PÊSSEGO. PINCEL: CABO PLÁSTICO, VIROLA DE ALUMÍNIO E CERDAS SINTÉTICAS.</p>	UNIDADE	9.426	14,42	R\$ 135.922,92
4	<p>AVENTAL INFANTIL: ALTURA 49,5CM X LARGURA 39,5CM POLIETILENO À PROVA D'ÁGUA PROTEGE A ROUPA FÁCIL DE LIMPAR IMPERMEÁVEL.</p>	UNIDADE	9.426	15,18	R\$ 143.086,68
5	<p>BORRACHA PLÁSTICA - ESPECIFICAÇÃO: BORRACHA PLÁSTICA NA COR AZUL MEDINDO: 44MM X 26MM X 13MM. NÃO SUJA E NÃO ENRUGA O PAPEL, ISENTA DE PVC, CARGA INERTE E PIGMENTOS ATÓXICOS. COM CINTA AZUL EM RESINA TERMOPLÁSTICA E PIGMENTOS ATÓXICOS.</p>	UNIDADE	9.426	8,92	R\$ 84.079,92
6	<p>CADERNO DE CARTOGRAFIA GRANDE CAPA DURA: ESPECIFICAÇÃO: MEDIDAS APROXIMADAS DE 275 MM X 200 MM, ESPIRALADO, COM 96 FOLHAS DE PAPEL OFFSET COM GRAMATURA MÍNIMA DE 56 G/M², ISENTAS DE IMPRESSÃO. CAPA E CONTRACAPA EM PAPELÃO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 680 G/M², REVESTIDO COM PAPEL COUCHE BRILHO DE GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M². O PAPEL DE REVESTIMENTO DA GUARDA DEVE</p>	UNIDADE	9.426	22,87	R\$ 215.572,62

Pei



TER GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M².
ESPIRAL EM ARAME REVESTIDO DE NYLON
PRETO COM ESPESSURA DE 1,10 MM, COM
EXTREMIDADES DAS ESPIRAIS METÁLICAS
ACABADAS DE FORMA A EVITAR PONTAS
AGUDAS. A ILUSTRAÇÃO DA CAPA E
CONTRACAPA DEVE TER TEMÁTICA UNISSEX,
ADEQUADA À SÉRIE DO CADERNO. O
ACABAMENTO DA CAPA PODE SER
PLASTIFICAÇÃO OU VERNIZ UV. DEVEM
CONSTAR AS SEGUINTE INFORMações:
CADERNO DE CARTOGRAFIA – 96 FOLHAS -
FORMATO: 27,5 CM X 20,0 CM E NOME DO
FABRICANTE E SELO FSC.ARTE FORNECIDA
PELA SME CONFORME ANEXO.

COLA BRANCA 90G: ESPECIFICAÇÃO:
CARACTERÍSTICAS: LÍQUIDA; PLASTIFICANTE;
ALTO PODER DE COLAGEM; NÃO ATÓXICO;
COMPOSIÇÃO: BASE EM ACETATO DE
POLIVINILA (PVA) DISPERSO EM SOLUÇÃO
AQUOSA; EMBALAGEM DO RODUTO:
POSSUI TRAVA DE PROTEÇÃO E UMA
ESPÁTULA ESPALHADORA PARA FACILITAR
APLICAÇÃO.FORMATO DO FRASCO
RECICLAVEL, RÓTULOS DE ACORDO COM OS
PADRÕES DO FABRICANTE. SELO DO
INMETRO.

ESTOJO ESCOLAR: EM NYLON 420
IMPERMEÁVEL NA COR AZUL MARINHO NO
TAMANHO APROXIMADO DE 21CM
LARGURA X 9CM ALTURA X 6CM
PROFUNDIDADE, CONTENDO 2 DIVISÓRIA
EXTERNAS, UMA LOCALIZADA NA PARTE
SUPERIOR COM ZÍPER Nº08 NA COR BRANCA
E CURSOR NIQUELADO Nº08, E OUTRA NA
PARTE FRONTAL COM O MESMO ZÍPER E
CURSOR DA PARTE SUPERIOR, CONTENDO O
BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES
ORIGINAIS NA PARTE FRONTAL, ARTE
FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.

GIZ DE CERA: MATÉRIA-PRIMA: CERAS E
PIGMENTOS NÃO TÓXICO (PIGMENTOS
ORGÂNICOS) GROSSO, GIZ DE CERA BIG NO
FORMATO REDONDO, NÃO TÓXICO, CAIXA
COM 12 UNIDADES.

LÁPIS DE COR BIG TRIANGULAR COM 12
CORES: CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:
LÁPIS DE COR, BIG 12 CORES VIVAS E
INTENSAS, ALTURA APROXIMADA 17,5CM.
CONFECCIONADO EM RESINAS PLÁSTICAS E
PIGMENTOS. NÃO TÓXICO. TODOS
APONTADOS, ACOMPANHA APONTADOR
DENTRO EM RESINA TERMOPLÁSTICA E
LÂMINA EM AÇO INOX, APONTADOR
DEVERÁ VIM DENTRO DA CAIXA DO
PRODUTO. CAIXA 9426

LÁPIS PRETO TRIANGULAR JUMBO Nº 2:
COM DIÂMETRO DE APROXIMADAMENTE
10MM, COMPRIMENTO APROXIMADO DE
175MM.

7	UNIDADE	9.426	4,00	R\$ 37.704,00
8	UNIDADE	9.426	24,87	R\$ 234.424,62
9	CAIXA	9.426	14,65	R\$ 138.090,90
10	CAIXA	9.426	25,05	R\$ 236.121,30
11	UNIDADE	18.852	2,50	R\$ 47.130,00



Pal



12 MASSA DE MODELAR: CAIXA COM 6 UNIDADES COM CORES DIFERENTES; PESO: CAIXA COM, NO MÍNIMO, 90 G. COMPOSIÇÃO: PIGMENTOS, ÁGUA, CARBOIDRATO DE CEREAIS, GLÚTEN, CLORETO DE SÓDIO, CONSERVANTES, AROMA E ADITIVOS. CARACTERÍSTICAS: APRESENTAÇÃO: PRODUTO ATÓXICO. CORES PRETO, BRANCO, AMARELO, VERMELHO, AZUL E VERDE.

UNIDADE	9.426	5,88	R\$ 55.424,88
---------	-------	------	---------------



13 MOCHILA INFANTIL: MOCHILA NA COR AZUL MARINHO COM FRISO EM TODA SUA EXTENÇÃO NA COR BRANCA, MEDINDO 29CM DE LARGURA X 35CM DE ALTURA X 12CM DE PROFUNDIDADE MATERIAL COURO SINTÉTICO, IMPERMEÁVEL E ALMOFADAS NAS COSTAS PARA MAIOR CONFORTO E ISOLANTE CONTRA IMPACTOS COM ESPUMA DE 6MM FORRADA EM TECIDO EM ALTA DEFINIÇÃO 6800 FIOS 100% POLIÉSTER COM BRASÃO DO MUNICÍPIO EM FIOS COM EFEITO MARCA D'AGUA COM AS MEDIDAS DE 7,5CMX6,5CM NO SENTIDO VERTICAL, NA COR CINZA E COSTURADA PARA MELHOR FIXAÇÃO; BOLSO EXTERNO; 01 FRENTE COM ABERTURA NA PARTE SUPERIOR DO BOLSO EM ZÍPER Nº 08 NA COR BRANCA; ALÇA DE MÃO EM CADARÇO DE 3CM COM REFORÇO NAS LATERAIS ; ALÇA DE COSTAS: ALÇAS SUPERIOR ACOCHOADAS COM ESPUMA DE 6MM E REVESTIDA COM FITA POLIPROPILENO 2,5CM, COM REGULADOR DE TAMANHO, ALÇA INFERIOR EM FITA POLIPROPILENO MEDINDO APROXIMADAMENTE 3 CM DE LARGURA X 43 CM DE COMPRIMENTO, EM ZÍPER Nº 08 NA COR BRANCA, REFORÇADO; EXTREMIDADE DO PUXADOR COM FIXAÇÃO RESISTENTE; ACABAMENTO INTERNO EM VIÉS, COBRINDO TODAS AS EMENDAS, COM BOLSO NAS LATERAIS EM TELA SPECY ACOCHOADA NA COR PRETA COM ELASTICO DE 2,5 NA COR PRETO; CARRINHO TRAVA UNIVERSAL, ALÇA DE TRANSPORTE, AJUSTE DE ALTURA HASTES ALUMÍNIO E RODAS SILICONE; PERSONALIZAÇÃO FRONTAL EM SUBLIMAÇÃO E APLICAÇÃO DE PATCH EM TECIDO TAFETÁ DE ALTA RESOLUÇÃO NA PARTE SUPERIOR FRONTAL, CONTORNADO POR BORDADO NO TAMANHO 5CM X 5CM; PORTA CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO EM PLÁSTICO CRISTAL MEDINDO 10CMX7CM. A MOCHILA DEVERÁ CONTER ETIQUETA DO FABRICANTE CONTENDO COMPOSIÇÃO E CNPJ DO FABRICANTE CONFORME LAYOUT EM ANEXO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

UNIDADE	9.426	130,50	R\$ 1.230.093,00
---------	-------	--------	------------------

14 PASTA PLÁSTICA TRANSPARENTE COM ELÁSTICO: PASTA COM ELÁSTICO; MATERIAL:

UNIDADE	9.426	6,71	R\$ 63.248,46
---------	-------	------	---------------

Pal



- POLIPROPILENO; TRANSPARENTE EM CORES SORTIDAS; ESPESSURA DO PLÁSTICO: MÍNIMO DE 0,80 MM; NÃO TÓXICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: LXAXP: 33,5 X 23,5 X 40.
- SQUEEZE COM TAMPA 500 ML: ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL RESISTENTE E FLEXÍVEL, COM TAMPA ESTILO MOSQUETÃO E DESIGN ANATÔNICO NA COR AZUL, ALTURA 21CM COM A TAMPA, DIÂMETRO 23CM BASE, LARGURA 7CM BASE, PESO 45,2G, TEM A RESISTÊNCIA A TEMPERATURA DE ATÉ 100 °C. FABRICADO EM MATERIAL POLIETILENO E PEAD ATÓXICO, LIVRE DE BISFENOLA (BPAFREE) FABRICADO EM POLIETILENO ATÓXICO LIVRE DE BISFENOL A VIRGEM DE 1º USO; PAREDES INTERNAS E EXTERNAS LISAS; SEM REENTRÂNCIAS OU RESSALTOS; FORMATO ARREDONDADO (PARA NÃO POSSIBILITAR O ACÚMULO DE RESÍDUOS); PIGMENTAÇÃO ATÓXICA E HOMOGÊNEA EM TODA A PEÇA, CONFORME NORMAS DA ANVISA QUANTO A METAIS PESADOS; RESISTENTE À TEMPERATURA DE 100º CELSIUS PODE SER RECICLADO MECANICAMENTE AO FIM DE SUA VIDA ÚTIL. COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO COM SUAS CORES ORIGINAIS NA TÉCNICA EM PINTURA TRANSFER. TAMANHO DA IMPRESSÃO MÍNIMO DE: 7CM DE ALTURA E 7CM DE LARGURA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. CONFORME LAYOUT EM ANEXO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
- TESOURA SEM PONTA: TESOURA PARA CORTE DE PAPEL E MASSA DE MODELAR SEM LÂMINA, 100% PLÁSTICO. CABO E LÂMINA EM RESINA TERMOPLÁSTICA ATÓXICA COM MOLA NO CABO. APROXIMADAMENTE NO MÍNIMO 12 CM.
- | | | | | |
|----|---------|-------|-------|----------------|
| 15 | UNIDADE | 9.426 | 13,75 | R\$ 129.607,50 |
| 16 | UNIDADE | 9.426 | 8,85 | R\$ 83.420,10 |

VALOR TOTAL LOTE 02	R\$ 3.329.357,46
VALOR MÉDIO GLOBAL	R\$ 9.132.981,41

VALOR MÉDIO GLOBAL R\$ 9.132.981,41 (NOVE MILHÕES, CENTO E TRINTA E DOIS MIL, NOVECIENTOS E OITENTA E UM REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS)

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART.18º, §1º, INCISO VII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021), conforme informações gerais a serem seguidas quanto ao procedimento:

MODALIDADE	Pregão Eletrônico para Registro De Preços
TIPO	Menor Preço
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Por Lote
FORMA DE FORNECIMENTO	De forma fracionada, conforme demanda.

A solução proposta consiste na realização de registro de preços para futura e eventual aquisição de kits escolares didáticos completos, destinados aos estudantes da rede pública municipal de ensino do Município de Aquiraz-CE, abrangendo as etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Ensino Fundamental – Anos Finais. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, permitindo que a Administração adquira os kits conforme a necessidade ao longo do período de vigência da ata, garantindo flexibilidade administrativa, eficiência logística e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

Os kits escolares deverão ser fornecidos previamente montados pelo fornecedor, contendo todos os itens definidos nas especificações técnicas estabelecidas pela Secretaria de Educação, incluindo materiais pedagógicos, mochilas, estojos e demais componentes necessários ao desenvolvimento das atividades escolares. Cada kit será estruturado conforme a etapa de ensino a que se destina, assegurando adequação pedagógica e funcional aos diferentes níveis de aprendizagem dos alunos da rede municipal. Os materiais deverão possuir qualidade compatível com os padrões de mercado, observando normas técnicas e certificações aplicáveis, especialmente no que se refere à segurança e atoxicidade dos produtos destinados ao público infantil.

A solução contempla ainda a personalização de determinados itens, como mochilas, agendas e outros materiais definidos pela Administração, contendo a identidade visual institucional do Município de Aquiraz, conforme layouts fornecidos pela Secretaria de Educação. Os kits deverão ser acondicionados na própria mochila correspondente, devidamente embalados em sacos plásticos transparentes e identificados com informações sobre o tipo de kit, composição dos itens, identificação do processo licitatório e logomarca institucional, facilitando o controle, armazenamento e distribuição nas unidades escolares.

Quanto à execução do objeto, caberá ao fornecedor realizar a produção, fornecimento, montagem, embalagem, identificação e entrega dos kits escolares completos, conforme especificações estabelecidas no edital e seus anexos. As entregas deverão ocorrer de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria de Educação, em locais previamente indicados pela Administração. O fornecedor deverá assegurar a substituição de quaisquer itens que apresentem defeitos de fabricação, avarias no transporte ou divergências em relação às especificações técnicas exigidas, garantindo a plena adequação dos materiais fornecidos às necessidades da rede municipal de ensino.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO VIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

A contratação proposta será realizada de forma parcelada por lote, considerando a natureza do objeto e as características dos kits escolares destinados às diferentes etapas de ensino da rede pública municipal de Aquiraz. O parcelamento da solução busca ampliar a competitividade do certame, permitindo a participação de um maior número de fornecedores, inclusive empresas que possuam capacidade produtiva especializada em determinados tipos de materiais ou kits pedagógicos.

A divisão do objeto em lotes foi estruturada considerando critérios de similaridade pedagógica, composição dos kits e logística de fornecimento, resultando na seguinte organização: Lote 01 – Kits destinados ao Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) e Lote 02 – Kits destinados à Educação Infantil. Essa estrutura permite que os fornecedores apresentem propostas para conjuntos de itens que possuem características semelhantes quanto à composição, faixa etária dos alunos e especificações técnicas, o que contribui para maior eficiência na montagem, padronização e entrega dos kits.

Além disso, o parcelamento por lote favorece a diversificação de fornecedores, reduzindo o risco de concentração de mercado e aumentando a competitividade do processo licitatório, o que pode resultar em propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Essa estratégia também contribui para mitigar riscos operacionais, uma vez que possibilita que diferentes fornecedores assumam responsabilidades distintas no fornecimento dos kits escolares, evitando dependência exclusiva de um único contratado.

Ressalta-se ainda que o parcelamento adotado mantém a eficiência na execução contratual, pois cada lote contempla kits completos e previamente estruturados, evitando fragmentação excessiva do objeto e preservando a integridade logística necessária à montagem e distribuição dos materiais escolares. Dessa forma, a solução proposta encontra-se alinhada aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e planejamento das contratações públicas, conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART.18º, §1º, INCISO IX DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

Com a aquisição dos kits escolares completos, a Secretaria Municipal de Educação de Aquiraz-CE pretende alcançar resultados concretos em termos de eficiência administrativa, equidade educacional e valorização do ensino público. A entrega dos kits permitirá o acesso universal e igualitário aos materiais escolares, promovendo a inclusão social e educacional, especialmente entre os alunos em situação de vulnerabilidade.

Do ponto de vista econômico, a contratação via registro de preços e a aquisição em escala contribuem para a redução de custos unitários, otimizando os recursos públicos disponíveis. A padronização dos itens favorece o controle de qualidade e simplifica a gestão logística e pedagógica nas escolas.

Além disso, espera-se melhor aproveitamento dos recursos humanos, uma vez que os servidores das unidades escolares e da Secretaria não precisarão realizar aquisições fracionadas ou operacionais, podendo dedicar-se mais às atividades pedagógicas e de gestão educacional. A medida também fortalece a permanência e o engajamento dos estudantes, refletindo positivamente nos índices de frequência, rendimento e conclusão escolar.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE

EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART.18º, §1º, INCISO X DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

Antes da celebração do contrato decorrente do registro de preços, a Administração adotará as seguintes providências:

- Conferência da disponibilidade orçamentária, com a devida indicação da dotação no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento;
- Revisão técnica e jurídica do edital e seus anexos, garantindo aderência à Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis;
- Definição e qualificação da equipe responsável pela fiscalização do contrato, incluindo servidores da Secretaria Municipal de Educação capacitados para acompanhar a entrega, a montagem dos kits e o cumprimento das condições pactuadas;
- Preparação das unidades escolares para recebimento dos materiais, incluindo organização dos espaços de armazenamento temporário;
- Divulgação interna do cronograma de distribuição dos kits, com o envolvimento das gestões escolares e coordenações pedagógicas.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART.18º, §1º, INCISO XI).

A contratação dos kits escolares, objeto deste Estudo Técnico Preliminar, não depende de contratações correlatas ou interdependentes para sua execução plena. Todos os itens que compõem os kits serão fornecidos de forma consolidada pelo (s) fornecedor (es) contratados, incluindo a personalização, montagem, acondicionamento nas mochilas e entrega nas unidades escolares, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Entretanto, a Secretaria de Educação poderá, eventualmente, realizar contratações complementares relacionadas à logística interna de distribuição, como transporte secundário até pontos específicos ou apoio operacional para organização dos materiais nas escolas. Tais contratações, caso ocorram, são autônomas e não interdependentes, e não comprometem a execução do objeto principal ora analisado.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (ART.18º, §1º, INCISO XII).

A contratação para fornecimento de kits escolares destinados aos alunos da rede pública municipal de ensino de Aquiraz-CE apresenta baixo potencial de impacto ambiental, considerando que se trata predominantemente da aquisição de materiais escolares de uso cotidiano. Ainda assim, durante o processo de produção, embalagem, transporte e descarte dos materiais ao final de sua vida útil, podem ocorrer impactos ambientais relacionados ao consumo de recursos naturais e à geração de resíduos sólidos.

Entre os possíveis impactos ambientais associados ao objeto da contratação, destacam-se o uso de matérias-primas na fabricação de itens como papel, plástico e madeira, bem como a geração

de resíduos provenientes das embalagens utilizadas no acondicionamento e transporte dos materiais escolares. Além disso, alguns produtos podem demandar processos industriais que utilizam energia e insumos químicos, o que exige a observância de práticas de produção responsáveis por parte dos fabricantes.

Com o objetivo de mitigar tais impactos, a Administração adotará critérios e requisitos de sustentabilidade na definição das especificações técnicas dos materiais, tais como: priorização de produtos confeccionados com madeira proveniente de reflorestamento ou manejo florestal sustentável, utilização de materiais atóxicos e seguros para uso infantil, bem como exigência de certificações ou selos de qualidade quando aplicáveis, como certificações ambientais ou de conformidade com normas técnicas. Também será incentivada a utilização de embalagens recicláveis ou de menor impacto ambiental, sempre que possível.

Adicionalmente, recomenda-se que os fornecedores adotem boas práticas de produção sustentável, incluindo o uso racional de recursos naturais, a redução de desperdícios no processo produtivo e a destinação ambientalmente adequada de resíduos industriais. Ao final da vida útil dos materiais, a Administração poderá orientar as unidades escolares quanto ao descarte correto dos resíduos recicláveis, contribuindo para práticas de educação ambiental e gestão responsável de resíduos no ambiente escolar.

13. JUSTIFICATIVAS:

a) Justificativa quanto as amostras

A exigência de apresentação de amostras no presente processo licitatório justifica-se pela natureza do objeto a ser contratado, consistente no fornecimento de kits escolares compostos por diversos materiais pedagógicos e itens de uso diário pelos estudantes da rede pública municipal de ensino. Considerando que tais produtos serão destinados diretamente ao público infantil e juvenil, torna-se indispensável que a Administração Pública verifique previamente a qualidade, conformidade técnica, segurança e adequação dos materiais ofertados, de modo a assegurar que os itens atendam integralmente às especificações estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

A análise das amostras constitui instrumento técnico de verificação da compatibilidade entre os produtos ofertados pelo licitante e as especificações exigidas no edital, permitindo avaliar aspectos que não podem ser plenamente aferidos apenas por meio da documentação ou da descrição constante na proposta comercial. Entre esses aspectos destacam-se características como qualidade dos materiais, acabamento, resistência, ergonomia, fidelidade às especificações técnicas e conformidade com os requisitos de personalização, especialmente em itens como mochilas e estojos escolares.

No presente certame, a exigência de amostras será aplicada exclusivamente ao licitante provisoriamente declarado vencedor, após a fase de lances, o que garante a observância dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, evitando a imposição de ônus desnecessário aos demais participantes do processo licitatório. Tal procedimento encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, que reconhecem a legitimidade da exigência de amostras quando esta se mostra necessária à verificação da qualidade e da adequação do objeto contratado.

Além da apresentação das amostras físicas, será exigida a apresentação de laudo técnico emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, em nome do fabricante, para os itens mochilas e estojos escolares, com análise dos seguintes critérios técnicos: composição qualitativa e quantitativa de fibras, gramatura, resistência à tração (urdume e trama) e repelência à água. A exigência desses laudos técnicos visa assegurar que os materiais utilizados na fabricação dos produtos possuam resistência, durabilidade e desempenho adequados ao uso escolar cotidiano, reduzindo o risco de fornecimento de produtos de baixa qualidade ou inadequados à finalidade educacional.

Ressalta-se que a exigência de amostras também contribui para a proteção do interesse público, uma vez que os materiais serão distribuídos a milhares de estudantes da rede municipal de ensino, sendo imprescindível garantir que os produtos adquiridos apresentem padrão mínimo de qualidade, segurança e durabilidade, evitando desperdício de recursos públicos e eventuais prejuízos decorrentes do fornecimento de materiais inadequados.

Adicionalmente, a retenção das amostras aprovadas pela Administração permitirá que estas sejam utilizadas como parâmetro de comparação para os produtos que serão entregues durante a execução contratual, contribuindo para o controle de qualidade e para a fiscalização do contrato.

Dessa forma, a exigência de amostras mostra-se tecnicamente necessária, juridicamente admissível e administrativamente adequada, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, constituindo medida preventiva destinada a assegurar a adequada execução do objeto contratado.

b) Justificativa quanto a subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto, haja vista que, considerando a natureza sintética do objeto, não haverá ganho para o presente objeto em relação a eventual subcontratação, sobretudo, pela necessidade de fornecimento constante, conforme demanda, o qual deverá se dar de forma direta aos órgãos interessados, garantindo um melhor acompanhamento do objeto por parte da Administração e, por conseguinte, maior eficiência na contratação.

Entende-se que a subcontratação se mostra cabível quando o objeto a ser licitado requer execução complexa, de modo que alguma fase/etapa exija a participação de terceiros no fornecimento, haja vista os princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso.

A presente vedação encontra fundamento no §2º do art. 122 da Lei Federal n.º 14.133/21, qual seja:

Art. 122.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Neste sentido, considerando a faculdade legal e a justificativa acima apresentada, entendemos que a subcontratação em questão não é viável.

c) Justificativa quanto a adoção do SRP:

Quanto ao prazo, há a possibilidade de utilização de instrumento, qual seja a ata de registro de preços, a qual garantirá a permanência fixa pelo período de 01 (um) ano, podendo, ainda, ser prorrogado por mais 01 (um) ano, nos seguintes termos:

LEI N.º 14.133/21

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

O SRP, segundo Marçal Justen Filho, “apresenta diversas virtudes, propiciando a redução de formalidades e a obtenção de ganhos econômicos para a Administração Pública”. Tal o é que, diante de situação que se amolde às hipóteses previstas no art. 3º do Regulamento, a adoção do Sistema de Registro de Preços constitui-se em verdadeira obrigação para o gestor, devendo apresentar justificativa em caso de não adoção.

Ademais, a utilização do SRP também se demonstra vantajosa pela natural centralização de demandas, sobretudo pela realização e procedimento de intenção de registro de preços, onde, há a consolidação de toda a estimativa para o objeto pelos mais diversos órgãos participantes, culminando, assim, na redução de procedimentos licitatórios distintos, o que propicia o princípio da eficiência, os quais podem gerar riscos de preços mais elevados e, ainda, possibilita a economia de escada quando do certame, posto que as propostas dos fornecedores serão elaboradas de acordo com a previsão total estipulada, ampliando o princípio da economicidade.

Outrossim, a adoção do Sistema de Registro de Preço possibilita o aumento na competitividade porquanto possibilita a participação das pequenas e médias empresas nas Licitações, levando em conta a possibilidade de parcelamento das compras, obras e serviços a serem viabilizados, de modo que “a adoção do SRP determina, com absoluta certeza, flagrante economia, além do ganho em agilidade e segurança, com pleno atendimento ao princípio da eficiência, recentemente elevado a princípio constitucional da Administração Pública”. (BITTENCOURT, 2003, p. 48).

Por fim, outro ponto a que se merece destaque é o fato de a utilização do SRP não vincula a necessidade de existência de orçamento prévio por parte da Administração, posto que a garantia do preço será fixada pelo período de vigência da ata e, somente em havendo necessidade, realizar-se-á a devida contratação específica.

Logo, entende-se que a utilização do Sistema de Registro de Preço demonstra-se viável ao objeto.

g) justificativa quanto ao critério de julgamento por lote

O critério de julgamento adotado para o presente processo licitatório será o menor preço por lote, considerando a forma de organização do objeto e as características dos kits escolares destinados às diferentes etapas da rede municipal de ensino.

A opção pelo julgamento por lote decorre da necessidade de manter a integridade pedagógica e funcional dos kits escolares, os quais são compostos por diversos itens que, quando reunidos, formam um conjunto padronizado destinado a atender adequadamente os alunos de cada etapa de ensino. A aquisição de todos os itens que compõem cada kit por um único fornecedor permite garantir padronização, uniformidade de qualidade e compatibilidade entre os materiais, além de facilitar o controle e a gestão da distribuição dos kits nas unidades escolares.

Adicionalmente, a contratação por lote proporciona ganhos de eficiência logística, uma vez que os kits serão fornecidos previamente montados pelo fornecedor, contendo todos os itens especificados pela Administração. Caso os itens fossem licitados de forma individualizada, seria necessário que a Administração realizasse a montagem interna dos kits, o que demandaria maior estrutura operacional, espaço para armazenamento, mão de obra adicional e maior risco de inconsistências na composição dos materiais destinados aos estudantes.

Outro fator relevante diz respeito à economicidade da contratação. O agrupamento dos itens em lotes permite que os fornecedores apresentem propostas considerando o fornecimento completo dos kits, incluindo custos de produção, personalização, montagem, embalagem e logística de entrega. Essa abordagem tende a gerar ganhos de escala, reduzindo custos operacionais e resultando em propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

Ressalta-se ainda que o agrupamento por lote foi estruturado de forma razoável e proporcional, considerando a similaridade dos itens e sua destinação pedagógica, não configurando restrição indevida à competitividade. Ao contrário, a divisão em dois lotes distintos — Lote 01 (Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais) e Lote 02 (Educação Infantil) — amplia a possibilidade

de participação de fornecedores especializados em diferentes segmentos do mercado de materiais escolares e kits educacionais.

Dessa forma, o critério de julgamento pelo menor preço por lote revela-se tecnicamente adequado, garantindo equilíbrio entre competitividade, eficiência administrativa, economicidade e qualidade do fornecimento, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas e com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

h) Justificativa quanto à Equalização de Preços Unitários entre Lotes

A equalização de preços unitários entre lotes no presente processo licitatório justifica-se pela necessidade de assegurar isonomia entre os licitantes, coerência na formação de preços e maior racionalidade econômica na contratação pública, especialmente considerando que determinados itens possuem características técnicas idênticas e são utilizados em mais de um lote da licitação.

No caso específico da contratação de kits escolares destinados às diferentes etapas da rede municipal de ensino, verifica-se que alguns materiais que compõem os kits apresentam especificações técnicas equivalentes, como ocorre com itens de uso comum, a exemplo de estojos escolares, mochilas, colas, lápis, borrachas e outros materiais pedagógicos. Assim, permitir que tais itens sejam cotados com valores unitários significativamente distintos entre lotes poderia gerar distorções na formação dos preços, comprometendo a economicidade e a transparência do processo licitatório.

A adoção do critério de equalização dos preços unitários para itens equivalentes entre os lotes tem por finalidade evitar práticas de desequilíbrio artificial de preços, em que determinados itens são cotados com valores excessivamente baixos em um lote e compensados por valores elevados em outro, o que poderia prejudicar a análise comparativa das propostas e gerar riscos à adequada execução contratual.

Além disso, a equalização contribui para garantir maior equilíbrio econômico entre as propostas apresentadas, permitindo que a Administração Pública realize uma avaliação mais precisa da vantajosidade da contratação, considerando parâmetros de mercado coerentes para itens com características semelhantes. Essa prática também reforça os princípios da economicidade, eficiência, transparência e julgamento objetivo, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Ressalta-se que a equalização de preços unitários será aplicada exclusivamente aos itens que possuam especificações técnicas equivalentes entre os lotes, não afetando a liberdade de formação de preços dos licitantes para itens que apresentem características distintas. Dessa forma, preserva-se a competitividade do certame e a autonomia dos fornecedores na composição de suas propostas, ao mesmo tempo em que se assegura maior consistência técnica e econômica na análise das propostas apresentadas.



Portanto, a adoção do mecanismo de equalização de preços unitários entre itens equivalentes dos lotes revela-se medida técnica adequada e necessária para garantir maior transparência, equilíbrio e eficiência na contratação, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e para a correta aplicação dos recursos públicos.

i) Justificativa quanto à permissão de participação de consórcio

A participação de empresas reunidas em consórcio no presente processo licitatório é admitida com o objetivo de ampliar a competitividade do certame e possibilitar a participação de diferentes agentes econômicos, especialmente considerando a abrangência do objeto e a diversidade de itens que compõem os kits escolares destinados aos estudantes da rede pública municipal de ensino.

O objeto da contratação envolve o fornecimento de kits escolares completos, compostos por diversos materiais pedagógicos e itens de natureza distinta, incluindo produtos de papelaria, itens plásticos, materiais de escrita, mochilas e estojos escolares. Tais itens podem demandar cadeias produtivas diferentes, envolvendo fornecedores especializados em segmentos distintos do mercado, como indústria gráfica, fabricantes de materiais escolares, indústria têxtil e empresas de montagem e logística de kits educacionais.

Nesse contexto, a possibilidade de participação em consórcio permite que empresas com competências complementares possam se associar para apresentar proposta conjunta, reunindo capacidades técnicas, produtivas e logísticas necessárias ao atendimento integral do objeto licitado. Essa medida contribui para estimular a concorrência e ampliar o universo de participantes, possibilitando que empresas que, individualmente, não teriam capacidade de executar todas as etapas do fornecimento possam participar do certame em conjunto com outras empresas.

Adicionalmente, a permissão de participação em consórcio pode favorecer a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, uma vez que possibilita a formação de soluções integradas envolvendo diferentes especialidades do mercado fornecedor, aumentando a eficiência produtiva e potencialmente reduzindo custos operacionais.

Ressalta-se que a participação em consórcio observará as condições e exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à responsabilidade solidária das empresas consorciadas, à indicação da empresa líder responsável pela representação do consórcio perante a Administração e ao cumprimento dos requisitos de habilitação exigidos no edital.

Dessa forma, a permissão de participação de empresas em consórcio revela-se medida compatível com os princípios da competitividade, da isonomia e da busca da proposta mais vantajosa para a

Administração Pública, contribuindo para ampliar as possibilidades de participação no certame e fortalecer a disputa entre os licitantes.

j) Justificativa técnica para não divisão dos lotes em lotes de ampla participação e cota reservada.

A opção por não realizar a divisão dos lotes em cota de ampla participação e cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte foi adotada com base nas características técnicas e operacionais do objeto da contratação, bem como na necessidade de preservar a eficiência logística, a padronização dos kits escolares e a economicidade da contratação.

O objeto da licitação consiste no fornecimento de kits escolares completos, previamente montados pelo fornecedor, contendo diversos itens que compõem um conjunto pedagógico destinado a atender estudantes da rede pública municipal de ensino. A estrutura do fornecimento exige padronização, uniformidade dos materiais e integração entre os itens que compõem cada kit, de modo a garantir qualidade, organização e facilidade na distribuição dos materiais nas unidades escolares.

A eventual divisão dos lotes em cotas distintas poderia comprometer essa padronização, uma vez que diferentes fornecedores poderiam fornecer kits com características, acabamentos, tonalidades ou padrões de fabricação distintos, especialmente em itens personalizados como mochilas e estojos escolares. Tal situação poderia gerar heterogeneidade nos materiais distribuídos aos alunos, dificultando o controle de qualidade e a gestão logística da distribuição dos kits.

Além disso, a divisão em cotas poderia gerar impactos operacionais relevantes, como a necessidade de recebimento, conferência, armazenamento e distribuição de produtos provenientes de diferentes fornecedores para o mesmo tipo de kit escolar, aumentando a complexidade administrativa, os custos logísticos e os riscos de inconsistência na composição dos kits.

Outro aspecto relevante refere-se à viabilidade econômica da contratação. O agrupamento dos itens em kits completos permite que os fornecedores realizem a produção, montagem e logística de forma integrada, possibilitando ganhos de escala e redução de custos operacionais. A fragmentação do fornecimento poderia comprometer tais ganhos e resultar em propostas menos vantajosas para a Administração Pública.

Ressalta-se ainda que, apesar de não haver divisão em cotas reservadas, a estrutura da licitação não impede a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, as quais podem

participar normalmente do certame e usufruir dos benefícios previstos na legislação vigente, especialmente aqueles estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006.

Dessa forma, considerando a natureza do objeto, a necessidade de padronização dos kits escolares, a eficiência logística e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, conclui-se que a não divisão dos lotes em cotas de ampla participação e cota reservada mostra-se tecnicamente justificada e compatível com o interesse público.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART.18º, §1º, INCISO XIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).



Com base nas análises realizadas nas seções anteriores deste Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação destinada ao registro de preços para aquisição de kits escolares didáticos mostra-se plenamente adequada para atender às necessidades da rede pública municipal de ensino de Aquiraz-CE. A solução proposta foi estruturada a partir da identificação da demanda educacional, da análise das alternativas disponíveis no mercado e da definição de requisitos técnicos compatíveis com os padrões de qualidade necessários ao ambiente escolar, garantindo a disponibilização de materiais pedagógicos essenciais para o desenvolvimento das atividades educacionais.

A adoção do Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços demonstra-se como a alternativa mais eficiente sob os aspectos técnico, administrativo e econômico, pois possibilita maior competitividade entre fornecedores, flexibilidade na aquisição conforme a demanda da Administração e melhor gestão dos recursos públicos. Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida atende ao interesse público, contribui para a promoção da equidade no acesso aos materiais escolares, fortalece as políticas educacionais do município e está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e transparência, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

15. RELAÇÃO DE ANEXOS:

- a) Layout gráfico – KIT ALUNOS;

Aquiraz – CE, 09 de março de 2026.

UNIDADE TÉCNICA/RESPONSÁVEL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO:  Pedro Xavier Filho Coordenador da Gestão de Materiais SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	RESPONSÁVEL/AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO:  Carlos Robson Soares Leite Secretário de Educação PREFEITURA MUNICIPAL DE AQIRAZ

A) Layout gráfico – KIT ALUNOS.









Praça das Flores - Rua Francisco Câmara, 332, Centro - Aquiraz-CE | CEP 61.700-000

☎ 85 4062.8090 ✉ educacao@aquiraz.ce.gov.br 🌐 www.aquiraz.ce.gov.br

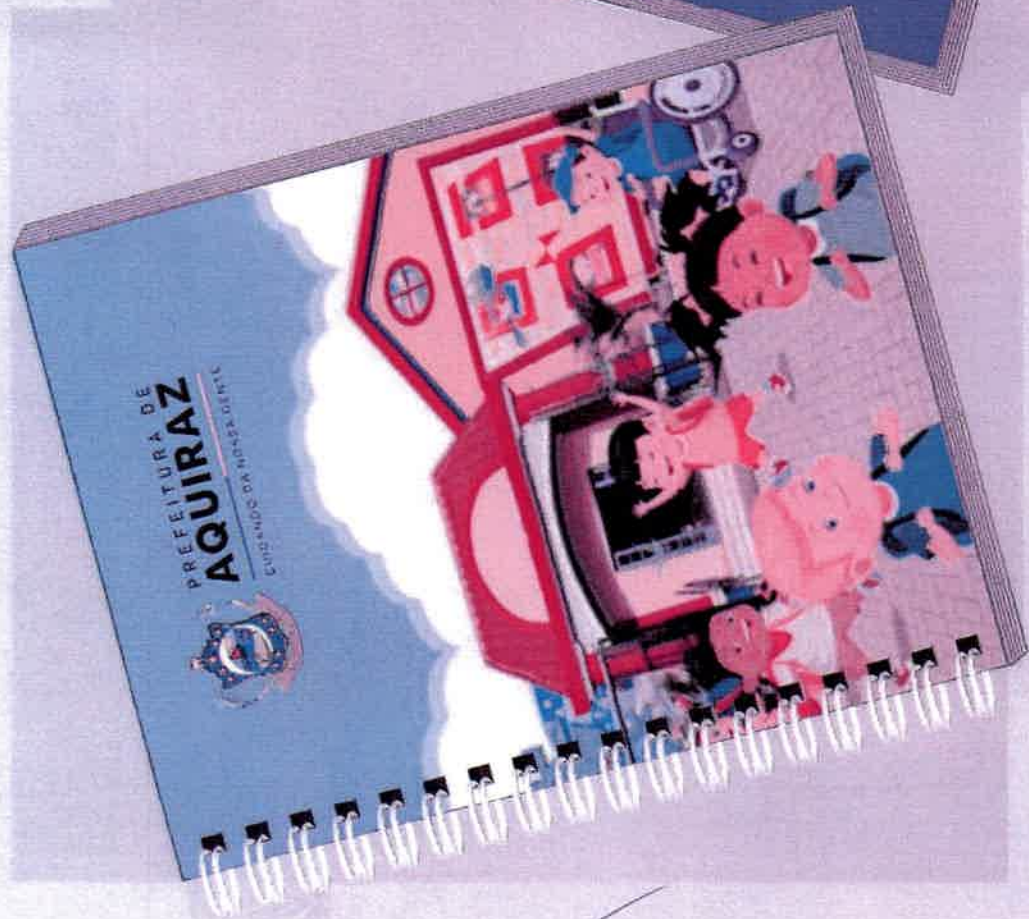


Pal



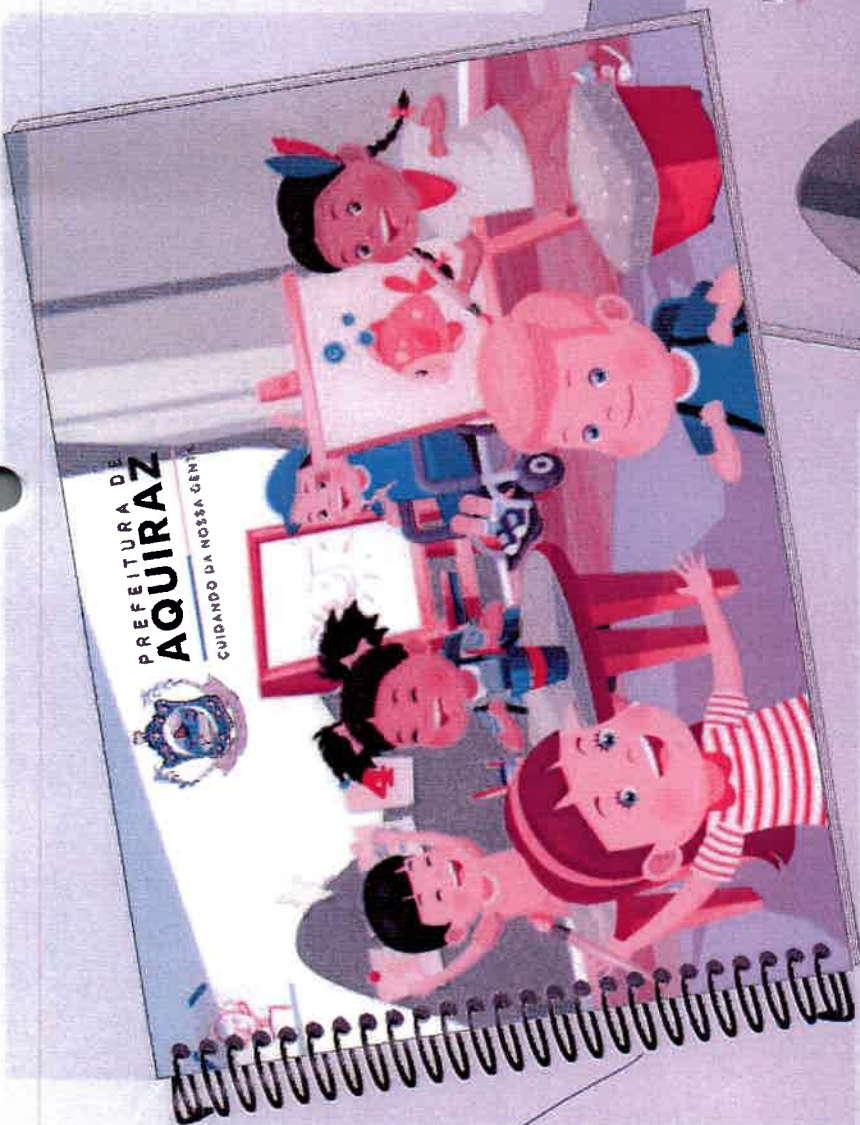
Prefeitura Municipal de Aquiraz
Fls. 99
Rubrica: X
Comissão de Pregão

Prefeitura Municipal de Aquiraz
Fls. 290
Rubrica: X
Comissão de Pregão



Ref





Pal





Red



PREFEITURA DE
AQUIRAZ



Prefeitura Municipal de Aquiraz
Fls. 107
Rubrica: X
Comissão de Pregão

Prefeitura Municipal de Aquiraz
Fls. 294
Rubrica: X
Comissão de Pregão



Paul

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº 2026.03.10.01 - TR.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo

Este Termo de Referência tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes, os quais, baseados nos dados constantes dos estudos técnicos preliminares acostados aos autos, servirão para realização de procedimento administrativo, cujas especificações técnicas e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, conforme disposto nos arts. 6º, incs. X, XIII e XXIII, 18, 23, 40, 41 e 82, da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 052/2023 de 06 de julho de 2023.

2.2. Integram o presente Termo de Referência como se nele estivessem escritos, os seguintes documentos:

- I) Definição dos Lotes/Itens e especificações dos produtos; e
- II) Relação dos documentos de habilitação para o procedimento;


Fis. 116
Rubrica: *[assinatura]*
Assão de Pregão

2. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS, EXPOSIÇÃO DE NECESSIDADE, DETALHAMENTO E PLANEJAMENTO DO OBJETO.

2.1. Órgão interessado:

Secretaria de Educação

2.2. Objeto:

Registro de preços para aquisição de kits escolares didáticos de interesse da Secretaria de Educação do Município de Aquiraz-CE.

2.3. Justificativa:

A justificativa da necessidade do objeto e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente documento.

2.4. Do Plano de Contratação Anual - PCA:

Número do Plano de Contratação Anual – PCA 2026: A DFD que embasam a presente solicitação foram extraídas do Plano de Contratação Anual – PCA para o exercício de 2026 de n. 29987149000198-0-000001/2026.

Documentos de Formalização da Demanda - DFD's relacionadas ao objeto: A presente solicitação foi confeccionada com base na DFD de n.º 25.08.11.DAF-16 constante do Plano de Contratação Anual – PCA constante do item - Link <https://pnpc.gov.br/app/pca/29987149000198/2026>.

2.5. Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto:

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente procedimento administrativo.

3. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS RECURSOS FINANCEIROS E ESTIMATIVA DA DESPESA

3.1. Não há classificação orçamentária para o presente objeto, haja vista se tratar de procedimento mediante Sistema de Registro de Preços – SRP, onde a finalidade primária é a fixação dos preços pelo período de registro. Por sua vez, a fixação de créditos orçamentários se dará quando do momento específico da contratação.

3.2. Valor global estimado:

R\$ 9.132.981,41 (nove milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e oitenta e um reais e quarenta e um centavos).

3.3. Metodologia do orçamento:

Orçamento baseado em pesquisas de preços realizadas pelo Setor de Compras do município, conforme Mapa comparativo de preços em anexo aos autos.

4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade serão aqueles que, eventualmente, estarão descritos na descrição da especificação dos itens do objeto, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. No mais, o município ainda não dispõe de norma própria correspondente a tal temática, limitando-se tais exigências a construção das especificações, quando for o caso e ou as rotinas de fiscalização e padrões de desempenho, as quais analisarão tais requisitos, quando exigidos.

4.2. Da exigência de amostra:

4.2.1. A justificativa para fins de exigência de amostras é aquela constante do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

4.2.2. Procedimentos:

4.4.2.1. Ultrapassada a fase de lances, a pregoeira comunicará aos participantes quanto a abertura da fase de apresentação de amostras, onde, **O LICITANTE DECLARADO PROVISORIAMENTE VENCEDOR**, deverá apresentar 01 (uma) amostra de **TODOS OS ITENS DO LOTE 01 – KIT ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E FINAIS (1º AO 9º ANO)**, e **LOTE 02 – EDUCAÇÃO INFANTIL (INFANTIL I AO V)**, sob pena de desclassificação.

4.4.2.2. Será solicitado Laudo de análise de laboratório acreditado pelo INMETRO, no nome do fabricante, comprovando critérios para aceitabilidade do produto nos quesitos: Qualitativa e quantitativa de Fibras; Gramatura; Resistência à tração URDUME/TRAMA e repelência a água, para os itens:



LOTE 01 – KIT ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E FINAIS (1º AO 9º ANO)

ITEM 11: Estojo escolar;

ITEM 15: Mochila grande

LOTE 02 – EDUCAÇÃO INFANTIL (INFANTIL I AO V)

ITEM 08: Estojo escolar;

ITEM 15: Mochila infantil.

4.4.2.3. Os mencionados laudos técnicos deverão estar datados e dentro da vigência mínima de 12 (doze) meses;

4.4.2.4. As amostras deverão ser enviadas no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, para o endereço, Rua Francisco Câmara, 332, Centro- Aquiraz- CE, sede da Secretaria Municipal da Educação, em dia e hora previamente agendados, de segunda-feira a sexta-feira de 08:00 as 12:00h.



4.4.2.5. Posteriormente, será iniciada a etapa de averiguação das amostras dos produtos, onde, somente serão verificados do licitante provisoriamente declarado vencedor (primeiro classificado) de cada LOTE, em ordem de classificação, até que haja o atendimento deste requisito pelos interessados.

4.4.2.6. A análise das amostras, consiste na avaliação das condições mínimas de apresentação do produto, verificadas as demais exigências inerentes à descrição de cada item objeto do Termo de Referência;

4.4.2.7. Após o recebimento e conferência das amostras, não será permitido substituí-las, sendo analisadas somente as que forem recebidas no dia e hora marcados, conforme informações, marcas e demais características constantes em sua proposta de preços.

4.4.2.8. A entrega das amostras deverá acontecer com a unidade de cada produto devidamente identificada com o nome da empresa, nome e marca do produto e número do item e lote pertencente.

4.4.2.9. Durante a entrega das amostras, será preenchido um recibo em duas vias, onde uma ficará em posse do fornecedor e a outra em posse da Comissão da SME.

4.4.2.10. As amostras, colocadas à disposição da administração, serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito ao ressarcimento;

4.4.2.11. As amostras dos produtos aferidos não serão devolvidas, haja vista que serão submetidas aos testes de qualidade.

4.4.2.11.1. Serão rejeitadas as amostras que:

4.4.2.11.2. Apresentarem defeitos durante a análise técnica;

- 4.4.2.11.3. Apresentarem divergência a menor em relação às especificações técnicas da proposta;
- 4.4.2.11.4. Apresentarem qualidade inferior em relação às especificações constantes da proposta;
- 4.4.2.11.5. Divergirem dos requisitos de personalização solicitados nas descrições dos itens ou não apresentarem os laudos solicitados;
- 4.4.2.11.6. Não será feito qualquer pagamento ou indenização referente às amostras, independentemente de aceitar ou não a proposta. Caso a proposta seja aceita, a amostra ficará retida na Secretaria Municipal da Educação – SME para comparação de qualidade com as demais unidades a serem adquiridas;
- 4.4.2.11.7. Poderá ainda a Secretaria Municipal da Educação – SME solicitar, a qualquer momento durante a execução do objeto contratado, novas amostras, para o fim de comparar com os produtos que serão entregues, podendo estas amostras ser sujeitas às mesmas análises acima já especificadas.

4.3. Da subcontratação:

- 4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme previsão constante do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

5. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA/FORNECIMENTO

5.1.1. Os itens deverão ser entregues no local discriminado na ORDEM DE COMPRA ou nota de empenho emitida pela Unidade Gestora; será acompanhado por servidor da instituição de ensino, o qual deverá receber os itens de acordo com a quantidade de kits definida em cronograma elaborado pela Secretaria de Educação.

5.1.2. O prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento, pelo fornecedor, da Ordem de Compra e/ou nota de empenho, conforme relação integrante deste Termo de Referência.

5.1.3. DA ANÁLISE POR AMOSTRAGEM DOS KITS PARA ENTREGA: Acontecerá na Secretaria Municipal de Educação, localizado na Rua Francisco Câmara, 332, Centro, Aquiraz – CE, obedecendo o horário de 08:00 as 12:00 e de 13:00 as 16:00 h, considerando dias úteis.

5.1.4. DA FINALIZAÇÃO DE ENTREGA: Os itens deverão ser entregues nas escolas da Rede pública de Aquiraz-CE, obedecendo ao horário de 08:30h as 10:30h e das 13:00h as 16:30h, conforme o cronograma de solicitação disponibilizado pela Secretaria de Educação.

5.2. Relação das unidades de ensino:

Nº	UNIDADES ESCOLARES
01	CEI ALDENORA CARDOSO PORTO RUA JOSÉ AMORA MOREIRA, S/N - CAMARÁ - AQUIRAZ
02	CEI CRIANÇA FELIZ RUA JOÃO LIMA, S/N – CENTRO - AQUIRAZ
03	CEI - EDILCÉLIA FREITAS VASCONCELOS AV JOSÉ ALVES MAGALHÃES, S/N – BAIXA GRANDE - AQUIRAZ



PREFEITURA DE

AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

**Secretaria de
Educação**Municipal de Aquiraz
299
Rubrica: R

04	CEI FERNANDA DE BRITO RUA JOSILEUDO LEITE, S/N - CHACARA DA PRAINHA - AQUIRAZ
05	CEI JOSÉ NICODEMOS ASSUNÇÃO RUA RAIMUNDO NONATO ASSUNÇÃO, S/N - JUSTINIANO DE SERPA - AQUIRAZ
06	CEI LUIZ SIMEÃO DA COSTA AV. DAMIÃO TAVARES DE SOUSA, S/N - PRAINHA - AQUIRAZ
07	CEI MARIA BEZERRA DE OLIVEIRA RUA BRUNO LOPES DE QUEIROZ, S/N - IGUAPE - AQUIRAZ
08	CEI MARIA ELCIR DE BRITO LIMA RUA JOÃO DE CASTRO, S/N - DIVINEIA - SEDE - AQUIRAZ
09	CEI RAIMUNDA FREITAS FAÇANHA RUA JOSILEUDO LEITE, S/N - CHACARA DA PRAINHA - AQUIRAZ
10	CEC MANUEL ASSUNÇÃO PIRES RUA PRINCIPAL DE JENIPAPEIRO, S/N - JENIPAPEIRO - AQUIRAZ
11	CEC MARIA DE CASTRO BERNADO RUA JOSÉ ADAMOR ABREU, S/N - JOÃO DE CASTRO - AQUIRAZ
12	CEM FERDINANDO TANZI RUA DOS BANDEIRANTES, S/N - PIAU - AQUIRAZ
13	EMEF ALOÍSIO BERNARDO DE CASTRO RUA CORAÇÃO DE JESUS, Nº 100 - BAIXA GRANDE - JOÃO DE CASTRO - AQUIRAZ
14	EMEF ANTONIO DE BRITO LIMA RUA TOMAZ HOMEM, S/N - JUSTINIANO DE SERPA - AQUIRAZ
15	EMEF BATOQUE RUA JOSÉ AVENTURINO MIRANDA, Nº 53 - JACAÚNA - AQUIRAZ
16	EMEF CLARÊNCIO CRISÓSTOMO DE FREITAS RUA SÍTIO MEU CANTINHO, S/N - PATACAS - AQUIRAZ
17	EMEF CORONEL FRANCISCO GOMES FARIAS RUA SÍTIO CARACARÁ, S/N - JACAÚNA - AQUIRAZ
18	EMEF DIONÍSIA GUERRA ESTRADA NOVA DE CROATÁ, S/N - JUSTINIANO DE SERPA - AQUIRAZ
19	EMEF ERNESTO GURGEL VALENTE RUA FRANCISCO CAMARA COELHO, S/N - CENTRO - AQUIRAZ
20	EMEF FRANCISCA MONTEIRO DA SILVA RUA POVOADO DO LAMEIRÃO, S/N - AQUIRAZ
21	EMEF FRANCISCO DA SILVA SAMPAIO RUA TUPUIU, S/N - SEDE - AQUIRAZ
22	EMEF GUILHERME JANJA RODOVIA CE 0040, KM 18, S/N - MACHUCA - AQUIRAZ
23	EMEF HENRIQUE GONÇALVES DA JUSTA FILHO RUA ANTONIO MEOQUIDES LIMA, S/N - JACUNDÁ - SEDE - AQUIRAZ
24	EMEF ISIDORO DE SOUSA ASSUNÇÃO RUA RUFINO CORREIA DE ASSUNÇÃO, Nº 70 - SERPA - AQUIRAZ
25	EMEF JOÃO JAIME GADELHA RUA AROEIRA, S/N - JUSTINIANO DE SERPA - AQUIRAZ
26	EMEF JOÃO PIRES CARDOSO RUA ALDENORA CARDOSO PORTO, Nº 332 - CAMARÁ - AQUIRAZ
27	EMEF JOAQUIM DE SOUSA TAVARES RUA BOA VISTA, S/N - JUSTINIANO DE SERPA - AQUIRAZ
28	EMEF JOSÉ ALMIR DA SILVA AV. SÃO JOÃO, S/N - NOVO IGUAPE - JACAÚNA - AQUIRAZ
29	EMEF JOSÉ CÂMARA DE ALMEIDA

Municipal de Aquiraz
120
Rubrica: R
Comissão de Pregão

Praça das Flores - Rua Francisco Câmara, 332. Centro - Aquiraz-CE | CEP 61.700-000

☎ 85 4062-0090

✉ educacao@aquiraz.ce.gov.br

🌐 www.aquiraz.ce.gov.br



	RUA PAU POMBO, S/N - TAPERA - AQUIRAZ
30	EMEF JOSÉ FERREIRA DA COSTA RUA MANOEL FERREIRA DA COSTA, Nº 1334 – SANTA MARIA – CAMARÁ – AQUIRAZ
31	EMEF JOSÉ ISAAC SARAIVA DA CUNHA RUA SETE DE SETEMBRO, S/N - RIVIERA - SEDE - AQUIRAZ
32	EMEF JOSÉ RAIMUNDO DA COSTA RUA LAGOA DO RAMO, S/N - JUSTINIANO DE SERPA - AQUIRAZ
33	EMEF JOSÉ RODRIGUES MONTEIRO RUA ÂNGELO RODRIGUES MONTEIRO, Nº 882 – TELHA – CAMARÁ – AQUIRAZ
34	EMEF JUSCELINO KUBITSCHK RUA ANTONIO LOURENÇO DA SILVA, S/N - CAPONGA DA BERNADA - AQUIRAZ
35	EMEF JUVENAL PEREIRA FAÇANHA RUA ESTRADA DA COLUNA, S/N - PATACAS - AQUIRAZ
36	EMEF LAGOA DE CIMA RUA LAGOA DE CIMA, S/N – PATACAS – AQUIRAZ
37	EMEF LAGOA DO MATO DE SERPA BR 010106 – KM 34, S/N – JUSTINIANO DE SERPA – AQUIRAZ
38	EMEF LAIS SIDRIM TARGINO RUA PE. MATIAS, Nº 55 – CENTRO - AQUIRAZ
39	EMEF LEOLINA BATISTA RAMOS AV. JOSUÉ LEITE DE FREITAS, S/N - PATACAS - AQUIRAZ
40	EMEF LUIZ EDUARDO STUDART GOMES RUA DA BALEIA, S/N - PRAIA DO PRESIDIO - AQUIRAZ
41	EMEF MARIA FAÇANHA DE SÁ VIA COLETORA LITORÂNEA II, Nº 2435 – PORTO DAS DUNAS – SEDE – AQUIRAZ
42	EMEF MARIA MARGARIDA RAMOS COELHO RUA MARGARIDA RAMOS COELHO, S/N - DIVINÉIA - AQUIRAZ
43	EMEF MARIA SOARES DE FREITAS AV. JOSUÉ LEITE DE FREITAS, S/N – PATACAS - AQUIRAZ
44	EMEF MINISTRO JARBAS PASSARINHO RUA CAJUEIRO DO MINISTRO, S/N - CAPONGA DA BERNADA – AQUIRAZ
45	EMEF PADRE HERIBERT CLOSS (Córrego da Minhoca) RUA CÓRREGO DA MINHOCA, S/N - JACUNDÁ – AQUIRAZ
46	EMEF PLACIDO CASTELO RUA ASSIS BENTO DE FREITAS, Nº 970 – TAPERA - AQUIRAZ
47	EMEF RAIMUNDA FERREIRA DA SILVA RUA MESTRE CHAGAS, S/N - BARRO PRETO - AQUIRAZ
48	EMEF RAIMUNDO RAMOS DA COSTA RUA ARAÇÁS, S/N – PATACAS – AQUIRAZ
49	EMEF RITA PAULA DE BRITO AV. DAMIÃO TAVARES, S/N - PRAINHA – AQUIRAZ
50	EMEF TIA ALZIRA RUA LAGOA I, S/N – IGUAPE - AQUIRAZ
51	EMEF VILA PAGÃ RUA VILA PAGÃ, S/N - FAGUNDES – AQUIRAZ
52	EMEF VINDINA ASSUNÇÃO DE AQUINO RUA POVOADO SÍTIO GUARDA, S/N - JUSTINIANO DE SERPA - AQUIRAZ

5.3. DAS CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DOS PRODUTOS:

Praça das Flores - Rua Francisco Câmara, 332, Centro - Aquiraz-CE | CEP 61.700-000



5.3.1. Os kits deverão ser transportados em caminhão tipo baú, específico para esse fim, previamente higienizados e não conter qualquer substância que possa acarretar lesão física, química ou biológica aos materiais;

5.3.2. Os materiais deverão estar sobrepostos em paletes e/ou caixas de polietileno higienizadas quando necessário;

5.3.3. Os entregadores deverão estar devidamente identificados com o nome da empresa, uniformizados (camisa, sapato, calça, crachá, boné e com máscara de proteção) com hábitos de higiene satisfatórios, possuindo boa conduta e relacionamento no local de entrega;

5.3.4. Caso seja detectada falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com o que está posto acima, a empresa deverá efetuar a troca no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após notificação, sem prejuízo das sanções previstas;

5.3.4. A entrega dos kits ocorrerá de forma parcelada.



5.4. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO ITEM:

5.4.1. O item será recebido da seguinte forma:

5.4.2. Se entregues por terceiros – transportador ou semelhantes:

5.4.2.1. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do item com as especificações constantes da proposta da contratada;

5.4.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade, da quantidade do item e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

5.4.3. Se na entrega estiver presente um representante do fornecedor, o recebimento será definitivo verificando-se a conformidade do item com a proposta do fornecedor, especificações e conferindo-se a quantidade e preços unitários e totais, conforme solicitado na ordem de compra.

5.4.4. Deverá constar tanto do recibo como do Termo de Recebimento Definitivo a assinatura do recebedor, devidamente identificado por carimbo, manuscrito ou digitação, indicando inclusive o número da matrícula, no caso de servidor, a data do recebimento, a especificação qualitativa e quantitativa do(s) item (ns) recebido e o local do recebimento.

5.4.5. O objeto contratual que comprovadamente apresentar desconformidade com as Especificações deste Edital será rejeitado, parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se o vencedor a substituí-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo da entrega.

5.4.6. Todos os kits deverão ser entregues na mochila pertencente ao kit descrito, embalada em saco plástico resistente, com sistema de fechamento que possibilite abrir e fechar a embalagem por completo sem comprometer o fecho permitindo a verificação do kit, adequado a natureza do produto, onde deve constar, de forma visível, a descrição do kit exatamente como consta na descrição do kit no Estudo Técnico Preliminar, a identificação de cada kit, descrição e quantitativo dos itens que compõem o kit, devendo ser observada as especificações dos materiais que compõem os kits constantes no item Estudo Técnico Preliminar, a logomarca da Prefeitura Municipal de Aquiraz/ Secretaria Municipal da Educação - SME, e a indicação de VENDA PROIBIDA, conforme modelo abaixo:



ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

ITENS QUE COMPOE O KIT	QUANT. POR KIT
APONTADOR COM DEPOSITO	2 UNO
BORRACHA ESCOLAR	2 UNO
CADERNO BROCHURAO 80 FOLHAS	4 UNO
CADERNO DE DESENHO 95 FOLHAS	1 UNO
CALCULADORA DE BOLSO 8 DÍGITOS	1 UNO
CANETINHA HIDROGRÁFICA FINA	1 PC
COLA BRANCA 90G	1 UNO
COLA COLORIDA CX Q7 63	3 CX
LÁPIS DE COR	1 CX
LÁPIS GRÁFITE	4 UNO
MATERIAL OCURADO	1 UNO
TESOURA SEM PONTA	1 UNO



Pregão Eletrônico ____/____ - SME

VENDA PROIBIDA

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O Pagamento será efetuado na proporção de entrega dos produtos, em até **30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, mediante a constatação da entrega definitiva, através de atesto do recebimento dos produtos e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, bem como, a ordem cronológica de pagamentos.

6.1.1. Para fins de instrução dos procedimentos de pagamento, além dos documentos citados no subitem anterior, o fornecedor deverá enviar obrigatoriamente a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constante da seguinte documentação:

- Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
- Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
- Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

6.1.2. O setor competente quanto aos pagamentos realizará a consulta dos documentos apresentados por meio de verificação on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 6.1.3.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 6.1.3.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.1.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.1.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.1.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.1.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.1.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.1.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.1.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.1.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua publicação no PNCP e vigorará até 31 de dezembro do ano da assinatura do contrato.

8. REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PROCEDIMENTO

8.1. Da forma de apresentação das propostas

8.1.1. Na proposta de preços deverá constar as especificações detalhadas do item, quantidade solicitada, marca, o valor unitário e total, já considerando todas as despesas,



tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados neste documento.

8.1.2. A licitante deverá garantir a entrega dos itens sem qualquer defeito de fabricação, e se caso constatado alguma imperfeição, terão os itens devolvidos e a licitante submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.

8.1.3. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

9.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



9.12. O fiscal do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra/nota de empenho, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

9.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

Praça das Flores - Rua Francisco Câmara, 332, Centro - Aquiraz-CE | CEP 61.700-000



10.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório da Lei Nº. 14.133.

10.2. São obrigações do contratante, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal nº 14.133/21:

10.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

10.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

10.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

10.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

10.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

10.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

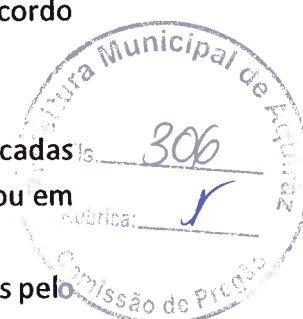
10.2.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021 e o art. 28, do Decreto n.º 11.246, de 2022, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.2.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.2.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2.14. Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.





10.2.15. Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

10.3. São obrigações do contratado, nos termos do art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal nº 8

14.133/21:

10.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

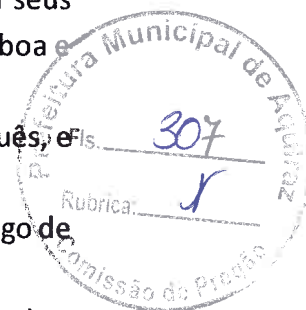
f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

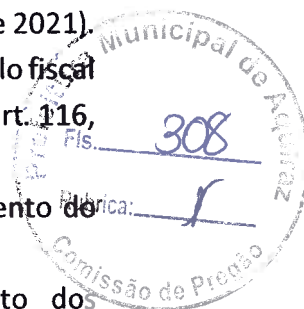
g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.





k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

t) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

v) Assinar e devolver a ordem de compra ao Município de Aquiraz/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

w) Entregar os itens licitados no prazo máximo estabelecido no termo de referência, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais,

sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.

x) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

y) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

z) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.

aa) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Aquiraz/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

bb) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

b.4) deixar de apresentar amostra;

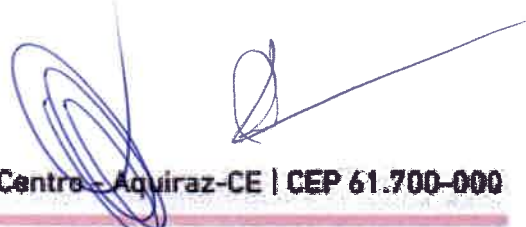
b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

c) não celebrar ata de registro de preços e o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço ou contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

f) fraudar a licitação;



g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.1.1. Serão aplicadas ao licitante/adjudicatário que incorrer nas infrações acima descritas, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.1.3. Para fins de dosimetria e cálculo das penalidades acima impostas, estas tomarão como base os parâmetros delineados no tópico a seguir.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

d.1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.2) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.2.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

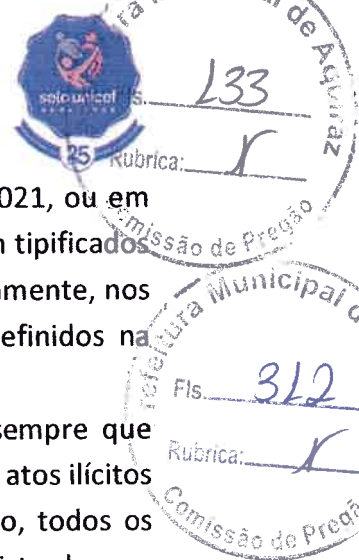
11.2.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.2.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



11.2.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.2.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.2.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo(s) órgão(s) demandante(s), segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, nos regulamentos e normas locais específicas, nas normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais em Direito Admitidas.

Aquiraz – CE, 10 de março de 2026.


Carlos Robson Soares Leite
Secretário de Educação
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ

ANEXO I

DEFINIÇÃO DOS LOTES/ITENS E ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

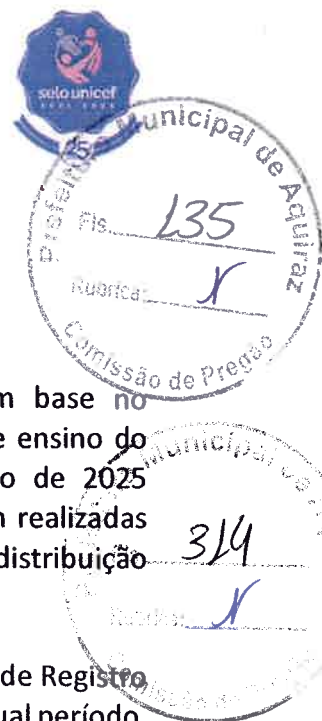
1. DOS ITENS/LOTES:

1.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no levantamento do número de alunos matriculados na rede pública municipal de ensino do Município de Aquiraz-CE, considerando os dados consolidados do ano letivo de 2025 fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação. A partir desses dados, foram realizadas projeções de demanda visando assegurar a continuidade da política pública de distribuição de kits escolares aos estudantes da rede municipal.

Para fins de planejamento da contratação, considerou-se a utilização do Sistema de Registro de Preços, com vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, permitindo o atendimento das necessidades da Administração ao longo dos anos letivos subsequentes. Nesse contexto, adotou-se como premissa a estimativa de quantitativos suficientes para atender aproximadamente dois anos letivos (2026 e 2027), considerando a reposição anual dos materiais escolares e a continuidade do programa de distribuição de kits escolares.

Além disso, foi incorporada margem adicional de segurança aos quantitativos estimados, destinada a suprir eventuais variações no número de matrículas, novas matrículas ao longo do ano letivo, reposições por extravios, danos ou desgaste natural dos materiais, bem como ajustes decorrentes da dinâmica da rede municipal de ensino.

LOTE 01 - KIT ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E FINAIS (1º AO 9º ANO)					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTE	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO GLOBAL
1	AGENDA ESCOLAR ANOS INICIAIS: CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: PERSONALIZADA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO, NA PRIMEIRA PÁGINA, LOCAL PARA COLOCAR DADOS PESSOAIS, REDES SOCIAIS E SAÚDE. CAPA: 17,5X24,5CM, 4X1 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHÊ FOSCO 150G. SAÍDA EM CTP. PROVA DIGITAL, Nº DE PROVAS: 1. PAPELÃO: 17X24CM, SEM IMPRESSÃO EM PAPELÃO PARDO 1150G, 1.9MM 400G. SEM IMPRESSÃO EM PAPEL OFFSET 120G. MIOLO: 196 PÁGINAS IGUAIS, 17,5X24,5CM, 1 COR, TINTA EM PAPEL OFFSET 63G. SAÍDA EM CTP. COM WIRE-O, LAMINAÇÃO BOPP FOSCA, Nº DE LADOS 1 (CAPA), COM FURO, COLAGEM CAPA/CONTRA CAPA. MIOLO IGUAL COM FOLHAS PAUTADAS COM A LOGO DA PREFEITURA EM TODAS AS PÁGINAS. PERSONALIZADA COM A LOGO E INFORMAÇÕES ENVIADAS PELA SME CONFORME ANEXO I.	UNIDADE	12.608	45,69	R\$ 576.059,52
2	APONTADOR DE LÁPIS: EM PLÁSTICO DUPLO EM FORMATO BOX E TAMPA HIGIÊNICA. APONTA LÁPIS COMUM E BIG. ATÓXICO. COMPOSIÇÃO RESINA	UNIDADE	22.034	4,15	R\$ 91.441,10





	TERMOPLÁSTICA E LÂMINA EM AÇO INOX. CORES VARIADAS.				
3	BORRACHA PLÁSTICA - ESPECIFICAÇÃO: BORRACHA PLÁSTICA NA COR AZUL MEDINDO: 44MM X 26MM X 13MM. NÃO SUJA E NÃO ENRUGA O PAPEL, ISENTA DE PVC, CARGA INERTE E PIGMENTOS ATÓXICOS. COM CINTA AZUL EM RESINA TERMOPLASTICA E PIGMENTOS ATÓXICOS.	UNIDADE	22.034	8,92	R\$ 196.543,28
4	CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 X 1 200 FOLHAS CAPA DURA : CADERNO UNIVERSITÁRIO ESPIRALADO, 200 FOLHAS ÚTEIS (NÃO SENDO CONTADAS AS DIVISÓRIAS), 10 MATÉRIAS, PAUTADO FRENTE E VERSO COM CAPA E CONTRACAPA. MÍNIMO DE 27 PAUTAS POR PÁGINA, COM CABEÇALHO E RODAPÉ OU PAUTA CONTINUA. LINHAS COINCIDENTES EM AMBAS AS FACES. FORMATO APROXIMADO 200MM X 275MM; C/ ESPIRAL; PAUTADAS EM PAPEL OFFSET MÍNIMO 50 GR/M2, CAPA DURA: PAPELÃO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 680 G/M2, REVESTIDO DE PAPEL COUCHE BRILHO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M2. O PAPEL DE REVESTIMENTO DA GUARDA DEVE SER DE GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M2 A ILUSTRAÇÃO DA CAPA/CONTRACAPA DEVERÁ TER TEMÁTICA UNISSEX E COERENTE COM A SÉRIE QUE SE DESTINA O OBJETO. ACABAMENTO DA CAPA: PLASTIFICAÇÃO OU VERNIZ UV; DIVISÓRIAS: OFF-SET GRAMATURA MÍNIMA DE 63G/M², A CADA 20 FOLHAS IMPRESSAS A UMA COR ESPIRAL: ARAME REVESTIDO EM NYLON (PRETO) DE 1,20MM SENDO QUE O ACABAMENTO DADO NAS EXTREMIDADES DAS ESPIRAIS METÁLICAS DEVE FORMAR TRAVAS QUE IMPOSSIBILITEM A FORMAÇÃO DE PONTAS AGUDAS. DEVERÃO CONSTAR AS INFORMAÇÕES ABAIXO RELACIONADAS: - CADERNO UNIVERSITÁRIO - 200 FOLHAS - FORMATO: 20,0 CM X 27,5 CM - NBR: 15733:2012 - NOME DO FABRICANTE - CERTIFICAÇÃO FSC. ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.	UNIDADE	9.426	36,68	R\$ 345.745,68
5	CADERNO BROCHURÃO : GRAMPEADO 80 FOLHAS CAPA FLEXÍVEL CADERNO BROCHURÃO - ESPECIFICAÇÃO: GRAMPEADO, 80 FOLHAS ÚTEIS, PAUTADO FRENTE E VERSO, COM CABEÇALHO E RODAPÉ OU PAUTA CONTINUA. LINHAS COINCIDENTES EM AMBAS AS FACES. FORMATO APROXIMADO 200MM X 275MM; PAUTADAS EM PAPEL OFFSET MÍNIMO 50 GR/M2, CAPA E CONTRACAPA FLEXÍVEL: CAPA DE CARTÃO DUPLEX COM GRAMATURA NOMINAL MÍNIMA DE 225 G/M2, A ILUSTRAÇÃO DA CAPA/CONTRACAPA DEVERÁ TER TEMÁTICA UNISSEX E COERENTE COM A SÉRIE QUE SE DESTINA O OBJETO. GRAMPO EM ARAME GALVANIZADO DE 0,70MM (MÍNIMO).	UNIDADE	12.608	15,43	R\$ 194.541,44



	DEVERÃO CONSTAR AS INFORMAÇÕES ABAIXO RELACIONADAS: - CADERNO BROCHURÃO GRAMPEADO FLEXÍVEL - 80 FOLHAS - FORMATO: 20,0 CM X 27,5 CM - NBR 15733:2012 - NOME DO FABRICANTE E SELO FSC.ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.				
6	CADERNO DE CARTOGRAFIA GRANDE CAPA DURA: ESPECIFICAÇÃO: MEDIDAS APROXIMADAS DE 275 MM X 200 MM, ESPIRALADO, COM 96 FOLHAS DE PAPEL OFFSET COM GRAMATURA MÍNIMA DE 56 G/M², ISENTAS DE IMPRESSÃO. CAPA E CONTRACAPA EM PAPELÃO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 680 G/M², REVESTIDO COM PAPEL COUCHE BRILHO DE GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M². O PAPEL DE REVESTIMENTO DA GUARDA DEVE TER GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M². ESPIRAL EM ARAME REVESTIDO DE NYLON PRETO COM ESPESSURA DE 1,10 MM, COM EXTREMIDADES DAS ESPIRAIS METÁLICAS ACABADAS DE FORMA A EVITAR PONTAS AGUDAS. A ILUSTRAÇÃO DA CAPA E CONTRACAPA DEVE TER TEMÁTICA UNISSEX, ADEQUADA À SÉRIE DO CADERNO. O ACABAMENTO DA CAPA PODE SER PLASTIFICAÇÃO OU VERNIZ UV. DEVEM CONSTAR AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: CADERNO DE CARTOGRAFIA - 96 FOLHAS - FORMATO: 27,5 CM X 20,0 CM E NOME DO FABRICANTE E SELO FSC.ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.	UNIDADE	12.608	22,87	R\$ 288.344,96
7	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL: MATÉRIA-PRIMA POLIESTIRENO OU POLÍMERO TRANSPARENTE; DIMENSÕES APROXIMADAS: DIÂMETRO MÍNIMO DO CORPO: 7 MM. COMPRIMENTO MÍNIMO COM TAMPA: 14,5 CM. TAMPA: MATÉRIA-PRIMA POLIPROPILENO REMOVÍVEL COM HASTE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO. DA MESMA COR DA TINTA. ESFERA TUNGSTÊNIO COM DIÂMETRO DE 1.0 MM. CARGA: TUBO EM POLIPROPILENO SEXTAVADO TRANSPARENTE. PREENCHIMENTO DE TINTA: MÍNIMO DE 110 MM, MEDIDO DA PONTA. TINTA ATÓXICA. DESEMPENHO DE ESCRITA: AS CANETAS DEVERÃO APRESENTAR ESCRITA UNIFORME E MACIA.	UNIDADE	18.852	1,37	R\$ 25.827,24
8	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA: MATÉRIA-PRIMA POLIESTIRENO OU POLÍMERO TRANSPARENTE; DIMENSÕES APROXIMADAS: DIÂMETRO MÍNIMO DO CORPO: 7 MM. COMPRIMENTO MÍNIMO COM TAMPA: 14,5 CM. TAMPA: MATÉRIA-PRIMA POLIPROPILENO REMOVÍVEL COM HASTE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO. DA MESMA COR DA TINTA. ESFERA TUNGSTÊNIO COM DIÂMETRO DE 1.0 MM. CARGA: TUBO EM POLIPROPILENO SEXTAVADO TRANSPARENTE.	UNIDADE	9.426	1,35	R\$ 12.725,10



	PREENCHIMENTO DE TINTA: MÍNIMO DE 110 MM, MEDIDO DA PONTA. TINTA ATÓXICA. DESEMPENHO DE ESCRITA: AS CANETAS DEVERÃO APRESENTAR ESCRITA UNIFORME E MACIA.				
9	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA: MATÉRIA-PRIMA POLIESTIRENO OU POLÍMERO TRANSPARENTE; DIMENSÕES APROXIMADAS: DIÂMETRO MÍNIMO DO CORPO: 7 MM. COMPRIMENTO MÍNIMO COM TAMP: 14,5 CM. TAMP: MATÉRIA-PRIMA POLIPROPILENO REMOVÍVEL COM HASTE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO. DA MESMA COR DA TINTA. ESFERA TUNGSTÊNIO COM DIÂMETRO DE 1.0 MM. CARGA: TUBO EM POLIPROPILENO SEXTAVADO TRANSPARENTE. PREENCHIMENTO DE TINTA: MÍNIMO DE 110 MM, MEDIDO DA PONTA. TINTA ATÓXICA. DESEMPENHO DE ESCRITA: AS CANETAS DEVERÃO APRESENTAR ESCRITA UNIFORME E MACIA.	UNIDADE	9.426	1,37	R\$ 12.913,62
10	COLA BRANCA 90G: ESPECIFICAÇÃO: CARACTERÍSTICAS: LÍQUIDA; PLASTIFICANTE; ALTO PODER DE COLAGEM; NÃO ATÓXICO; COMPOSIÇÃO: BASE EM ACETATO DE POLIVINILA (PVA) DISPERSO EM SOLUÇÃO AQUOSA; EMBALAGEM DO RODUTO: POSSUI TRAVA DE PROTEÇÃO E UMA ESPÁTULA ESPALHADORA PARA FACILITAR APLICAÇÃO.FORMATO DO FRASCO RECICLAVEL, RÓTULOS DE ACORDO COM OS PADRÕES DO FABRICANTE. SELO DO INMETRO.	UNIDADE	22.034	4,00	R\$ 88.136,00
11	ESTOJO ESCOLAR: EM NYLON 420 IMPERMEÁVEL NA COR AZUL MARINHO NO TAMANHO APROXIMADO DE 21CM LARGURA X 9CM ALTURA X 6CM PROFUNDIDADE, CONTENDO 2 DIVISÓRIA EXTERNAS, UMA LOCALIZADA NA PARTE SUPERIOR COM ZIPER N°08 NA COR BRANCA E CURSOR NIQUELADO N°08, E OUTRA NA PARTE FRONTAL COM O MESMO ZIPER E CURSOR DA PARTE SUPERIOR, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS NA PARTE FRONTAL, ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.	UNIDADE	22.034	24,87	R\$ 547.985,58
12	KIT GEOMÉTRICO: COMPOSTO POR 01 RÉGUA 30 CM, 01 ESQUADRO 45º, 01 ESQUADRO 60º, 01 TRANSFERIDOR 180º - DESCRIÇÃO DOS ITENS: RÉGUA 30 CM CONFECCIONADA EM PLÁSTICO NA COR AZUL., ESQUADRO DE 45° CONFECCIONADA EM PLÁSTICO. ESQUADRO DE 60° CONFECCIONADA EM PLÁSTICO. TRANSFERIDOR DE 180° CONFECCIONADA EM PLÁSTICO. O KIT DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM PLASTICA.	KIT	9.426	20,39	R\$ 192.196,14
13	LÁPIS DE COR, SEXTAVADO: LÁPIS DE COR 12 CORES VIVAS E INTENSAS, MADEIRA REFLORESTADA. COMPOSIÇÃO: MADEIRA REFLORESTADA, PIGMENTOS,	CAIXA	22.034	20,38	R\$ 449.052,92








	AGLUTINANTES E CERA. COMPRIMENTO APROXIMADO DE 170 MM.				
14	LÁPIS GRAFITE: CORPO: MATÉRIA PRIMA: FORMATO SEXTAVADO. ATÓXICO. COMPOSIÇÃO LÁPIS EM MADEIRA, MINA DE CERA E PIGMENTOS. MEDIDAS APROXIMADAS: 17,5 CM ALTURA. DIÂMETRO: 7 MM. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO E FSC.	UNIDADE	44.068	2,03	R\$ 89.458,04
15	MOCHILA FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS) ESPECIFICAÇÃO: MOCHILA NA COR AZUL MARINHO COM FRISO EM TODA SUA EXTENSÃO NA COR AZUL MARINHO. MEDIDAS: 32 CM LARGURA: X 41 CM ALTURA X 12 CM PROFUNDIDADE; MATERIAL: NYLON 420 IMPERMEÁVEIS. PARTE INTERNA: ALMOFADADA NAS COSTAS PARA MAIOR CONFORTO. COM ESPUMA APROXIMADAMENTE DE 6MM, FORRADA EM TECIDO EM ALTA DEFINIÇÃO 6800 FIOS 100% POLIÉSTER COM BRASÃO DO MUNICÍPIO EM FIOS COM EFEITO MARCA D'AGUA COM AS MEDIDAS DE 7,5X6,5 NO SENTIDO VERTICAL, NA COR CINZA E COSTURADA PARA MELHOR FIXAÇÃO. BOLSO EXTERNO: NA FRENTE COM ABERTURA VERTICAL EM ZÍPER BRANCO Nº 08, 01 BOLSO NA HORIZONTAL COM ZÍPER BRANCO E ABAIXO DETALHES EM ZIGZAG COM CORDÃO 5/2 NA COR BRANCO; ALÇA DE MÃO: COM FITA EM POLIPROPILENO MEDINDO 3 CM COM PUXADOR DE MÃO EM PLÁSTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 12,5 CM NA COR PRETA. ALÇA DE COSTAS: ALÇAS SUPERIOR ACOLCHOADAS COM ESPUMA DE 6MM E REVESTIDA COM FITA POLIPROPILENO 2,5CM NA COR AZUL MARINHO, COM REGULADOR DE TAMANHO, ALÇA INFERIOR EM FITA POLIPROPILENO MEDINDO APROXIMADAMENTE 3 CM DE LARGURA X 43 CM DE COMPRIMENTO COR AZUL; BOLSO PRINCIPAL : ZÍPER GRANDE Nº 8 REFORÇADO NA COR BRANCA, COBERTOS PARA MAIOR SEGURANÇA ACABAMENTO INTERNO: EM VIÉS NA COR AZUL MARINHO, COBRINDO TODAS AS EMENDAS. BOLSOS LATERAIS: EM TELA SPECY ACOLCHOADA NA COR PRETA COM ELÁSTICO DE 2,5 CM NA COR PRETA, ETIQUETA: NA PARTE FRONTAL EM TECIDO TAFETÁ EM ALTA DEFINIÇÃO, TERMOCOLANTE, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 5CM DE LARGURA X 5CM DE ALTURA CONTORNADA COM BORDADO COMPUTADORIZADO NA COR BRANCA. ETIQUETA INTERNA: COM CNPJ, COMPOSIÇÃO, INSTRUÇÕES DE LAVAGEM E NOME DO FABRICANTE. AS MOCHILAS DEVEM VIR EMBALADAS EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE DEVIDAMENTE LACRADOS PARA TRANSPORTE E MANUSEIO. CONFORME LAYOUT EM ANEXO	UNIDADE	22.034	99,59	R\$ 2.194.366,06





	DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.				
16	RÉGUA 30CM: ESPECIFICAÇÃO: POLIESTIRENO CRISTAL, POSSUINDO DOIS CHANFROS, UM EM CADA BORDA CONTENDO DUAS ESCALAS, DEVERÁ CONTER UMA TARJA AMARELA, JUNTAMENTE DAS ESCALAS, PARA DIFERENCIAÇÃO. A IMPRESSÃO DAS ESCALAS, SERÁ EM CENTÍMETROS, NA COR PRETA E FEITAS PELO PROCESSO DE TAMPOGRAFIA. DIMENSÕES APROXIMADAS (VARIAÇÃO PERMITIDA DE 5%): 310 MM COMPRIMENTO X 40MM LARGURA X 04MM ESPESSURA MAIOR E A MENOR 1,5MM (PONTA DE CADA CHANFRO).	UNIDADE	15.253	5,49	R\$ 83.738,97
17	SQUEEZE COM TAMPA 500 ML: ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL RESISTENTE E FLEXÍVEL, COM TAMPA ESTILO MOSQUETÃO E DESIGN ANATÔNICO NA COR AZUL, ALTURA 21CM COM A TAMPA, DIÂMETRO 23CM BASE, LARGURA 7CM BASE, PESO 45,2G, TEM A RESISTÊNCIA A TEMPERATURA DE ATÉ 100 °C. FABRICADO EM MATERIAL POLIETILENO E PEAD ATÓXICO, LIVRE DE BISFENOLA (BPAFREE) FABRICADO EM POLIETILENO ATÓXICO LIVRE DE BISFENOL A VIRGEM DE 1º USO; PAREDES INTERNAS E EXTERNAS LISAS; SEM REENTRÂNCIAS OU RESSALTOS; FORMATO ARREDONDADO (PARA NÃO POSSIBILITAR O ACÚMULO DE RESÍDUOS); PIGMENTAÇÃO ATÓXICA E HOMOGÊNEA EM TODA A PEÇA, CONFORME NORMAS DA ANVISA QUANTO A METAIS PESADOS; RESISTENTE À TEMPERATURA DE 100º CELSIUS PODE SER RECICLADO MECANICAMENTE AO FIM DE SUA VIDA ÚTIL. COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO COM SUAS CORES ORIGINAIS NA TÉCNICA EM PINTURA TRANSFER. TAMANHO DA IMPRESSÃO MÍNIMO DE: 7CM DE ALTURA E 7CM DE LARGURA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. CONFORME LAYOUT EM ANEXO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UNIDADE	22.034	13,75	R\$ 302.967,50
18	TESOURA SEM PONTA: TESOURA PARA CORTE DE PAPEL E MASSA DE MODELAR SEM LÂMINA, 100% PLÁSTICO. CABO E LÂMINA EM RESINA TERMOPLÁSTICA ATÓXICA COM MOLA NO CABO. APROXIMADAMENTE NO MÍNIMO 12 CM.	UNIDADE	12.608	8,85	R\$ 111.580,80
VALOR TOTAL LOTE 01					R\$ 5.803.623,95
LOTE 02 - EDUCAÇÃO INFANTIL (INFANTIL I AO V)					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTE	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO GLOBAL
1	AGENDA ESCOLAR INFANTIL: CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: PERSONALIZADA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO, NA PRIMEIRA PÁGINA, LOCAL PARA COLOCAR DADOS PESSOAIS, REDES SOCIAIS E SAÚDE.	UNIDADE	9.426	44,92	R\$ 423.415,92

	CAPA: 17,5X24,5CM, 4X1 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHÊ FOSCO 150G. SAÍDA EM CTP. PROVA DIGITAL, Nº DE PROVAS: 1. PAPELÃO: 17X24CM, SEM IMPRESSÃO EM PAPELÃO PARDO 1150G, 1,9MM 400G. GUARDA: 17X24CM, SEM IMPRESSÃO EM PAPEL OFFSET 120G. MIOLO: 196 PÁGINAS IGUAIS, 17X24CM, 1 COR, TINTA EM PAPEL OFFSET 63G. SAÍDA EM CTP. COM WIRE-O, LAMINAÇÃO BOPP FOSCA, Nº DE LADOS 1 (CAPA), COM FURO, COLAGEM CAPA/CONTRA CAPA. MIOLO IGUAL COM FOLHAS PAUTADAS COM A LOGO DA PREFEITURA EM TODAS AS PÁGINAS. PERSONALIZADA COM A LOGO E INFORMAÇÕES ENVIADAS PELA SME CONFORME ANEXO II.					
2	APONTADOR C/ DEPÓSITO JUMBO: APONTADOR DE LÁPIS DUPLO, COM DOIS FUROS PARA APONTAR: LÁPIS CONVENCIONAL E JUMBO. LÂMINAS COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, PARA LÁPIS DE GRAFITE E DE COR GROSSOS, APONTADOR METÁLICO INSERIDO E DEPOSITO COM CORES VARIADAS. MEDINDO APROXIMADAMENTE: 5 CM DE ALTURA x 5 CM DE DIÂMETRO.	UNIDADE	18.852	3,82	R\$ 72.014,64	
3	AQUARELA 12 CORES: LAVÁVEL. ACOMPANHA PINCEL. SOLÚVEL EM ÁGUA. ATÓXICO. PASTILHAS APROXIMADAMENTE CO M 28MM DE DIÂMETRO. COMPOSIÇÃO RESINA TERMOPLÁSTICA, TINTA, CARBONATO DE CÁLCIO E GOMA DE PÊSSEGO. PINCEL: CABO PLÁSTICO, VIROLA DE ALUMÍNIO E CERDAS SINTÉTICAS.	UNIDADE	9.426	14,42	R\$ 135.922,92	
4	AVENTAL INFANTIL: ALTURA 49,5CM X LARGURA 39,5CM POLIETILENO À PROVA D'ÁGUA PROTEGE A ROUPA FÁCIL DE LIMPAR IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	9.426	15,18	R\$ 143.086,68	
5	BORRACHA PLÁSTICA - ESPECIFICAÇÃO: BORRACHA PLÁSTICA NA COR AZUL MEDINDO: 44MM X 26MM X 13MM. NÃO SUJA E NÃO ENRUGA O PAPEL, ISENTA DE PVC, CARGA INERTE E PIGMENTOS ATÓXICOS. COM CINTA AZUL EM RESINA TERMOPLÁSTICA E PIGMENTOS ATÓXICOS.	UNIDADE	9.426	8,92	R\$ 84.079,92	
6	CADERNO DE CARTOGRAFIA GRANDE CAPA DURA: ESPECIFICAÇÃO: MEDIDAS APROXIMADAS DE 275 MM X 200 MM, ESPIRALADO, COM 96 FOLHAS DE PAPEL OFFSET COM GRAMATURA MÍNIMA DE 56 G/M², ISENTAS DE IMPRESSÃO. CAPA E CONTRACAPA EM PAPELÃO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 680 G/M², REVESTIDO COM PAPEL COUCHE BRILHO DE GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M². O PAPEL DE REVESTIMENTO DA GUARDA DEVE TER GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M². ESPIRAL EM ARAME REVESTIDO DE NYLON PRETO COM ESPESSURA DE 1,10 MM, COM EXTREMIDADES DAS ESPIRAIS METÁLICAS	UNIDADE	9.426	22,87	R\$ 215.572,62	



	ACABADAS DE FORMA A EVITAR PONTAS AGUDAS. A ILUSTRAÇÃO DA CAPA E CONTRACAPA DEVE TER TEMÁTICA UNISSEX, ADEQUADA À SÉRIE DO CADERNO. O ACABAMENTO DA CAPA PODE SER PLASTIFICAÇÃO OU VERNIZ UV. DEVEM CONSTAR AS SEGUINTE INFORMATÕES: CADERNO DE CARTOGRAFIA – 96 FOLHAS - FORMATO: 27,5 CM X 20,0 CM E NOME DO FABRICANTE E SELO FSC.ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.				
7	COLA BRANCA 90G: ESPECIFICAÇÃO: CARACTERÍSTICAS: LÍQUIDA; PLASTIFICANTE; ALTO PODER DE COLAGEM; NÃO ATÓXICO; COMPOSIÇÃO: BASE EM ACETATO DE POLIVINILA (PVA) DISPERSO EM SOLUÇÃO AQUOSA; EMBALAGEM DO RODUTO: POSSUI TRAVA DE PROTEÇÃO E UMA ESPÁTULA ESPALHADORA PARA FACILITAR APLICAÇÃO.FORMATO DO FRASCO RECICLAVEL, RÓTULOS DE ACORDO COM OS PADRÕES DO FABRICANTE. SELO DO INMETRO.	UNIDADE	9.426	4,00	R\$ 37.704,00
8	ESTOJO ESCOLAR: EM NYLON 420 IMPERMEÁVEL NA COR AZUL MARINHO NO TAMANHO APROXIMADO DE 21CM LARGURA X 9CM ALTURA X 6CM PROFUNDIDADE, CONTENDO 2 DIVISÓRIA EXTERNAS, UMA LOCALIZADA NA PARTE SUPERIOR COM ZÍPER N°08 NA COR BRANCA E CURSOR NIQUELADO N°08, E OUTRA NA PARTE FRONTAL COM O MESMO ZÍPER E CURSOR DA PARTE SUPERIOR, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS NA PARTE FRONTAL, ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.	UNIDADE	9.426	24,87	R\$ 234.424,62
9	GIZ DE CERA: MATÉRIA-PRIMA: CERAS E PIGMENTOS NÃO TÓXICO (PIGMENTOS ORGÂNICOS) GROSSO, GIZ DE CERA BIG NO FORMATO REDONDO, NÃO TÓXICO, CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	9.426	14,65	R\$ 138.090,90
10	LÁPIS DE COR BIG TRIANGULAR COM 12 CORES: CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: LÁPIS DE COR, BIG 12 CORES VIVAS E INTENSAS, ALTURA APROXIMADA 17,5CM. CONFECCIONADO EM RESINAS PLÁSTICAS E PIGMENTOS. NÃO TÓXICO. TODOS APONTADOS, ACOMPANHA APONTADOR DENTRO EM RESINA TERMOPLÁSTICA E LÂMINA EM AÇO INOX, APONTADOR DEVERÁ VIM DENTRO DA CAIXA DO PRODUTO. CAIXA 9426	CAIXA	9.426	25,05	R\$ 236.121,30
11	LÁPIS PRETO TRIANGULAR JUMBO Nº 2: COM DIÂMETRO DE APROXIMADAMENTE 10MM, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 175MM.	UNIDADE	18.852	2,50	R\$ 47.130,00
12	MASSA DE MODELAR: CAIXA COM 6 UNIDADES COM CORES DIFERENTES; PESO: CAIXA COM, NO MÍNIMO, 90 G. COMPOSIÇÃO: PIGMENTOS, ÁGUA, CARBOIDRATO DE CEREALIS, GLÚTEN, CLORETO DE SÓDIO, CONSERVANTES,	UNIDADE	9.426	5,88	R\$ 55.424,88



	AROMA E ADITIVOS. CARACTERÍSTICAS: APRESENTAÇÃO: PRODUTO ATÓXICO. CORES PRETO, BRANCO, AMARELO, VERMELHO, AZUL E VERDE.				
13	MOCHILA INFANTIL: MOCHILA NA COR AZUL MARINHO COM FRISO EM TODA SUA EXTENÇÃO NA COR BRANCA, MEDINDO 29CM DE LARGURA X 35CM DE ALTURA X 12CM DE PROFUNDIDADE MATERIAL COURO SINTÉTICO, IMPERMEÁVEL E ALMOFADAS NAS COSTAS PARA MAIOR CONFORTO E ISOLANTE CONTRA IMPACTOS COM ESPUMA DE 6MM FORRADA EM TECIDO EM ALTA DEFINIÇÃO 6800 FIOS 100% POLIÉSTER COM BRASÃO DO MUNICÍPIO EM FIOS COM EFEITO MARCA D'AGUA COM AS MEDIDAS DE 7,5CMX6,5CM NO SENTIDO VERTICAL, NA COR CINZA E COSTURADA PARA MELHOR FIXAÇÃO; BOLSO EXTERNO; 01 FRENTE COM ABERTURA NA PARTE SUPERIOR DO BOLSO EM ZÍPER N° 08 NA COR BRANCA; ALÇA DE MÃO EM CADARÇO DE 3CM COM REFORÇO NAS LATERAIS ; ALÇA DE COSTAS: ALÇAS SUPERIOR ACOCHOADAS COM ESPUMA DE 6MM E REVESTIDA COM FITA POLIPROPILENO 2,5CM, COM REGULADOR DE TAMANHO, ALÇA INFERIOR EM FITA POLIPROPILENO MEDINDO APROXIMADAMENTE 3 CM DE LARGURA X 43 CM DE COMPRIMENTO, EM ZÍPER N° 08 NA COR BRANCA, REFORÇADO; EXTREMIDADE DO PUXADOR COM FIXAÇÃO RESISTENTE; ACABAMENTO INTERNO EM VIÉS, COBRINDO TODAS AS EMENDAS, COM BOLSO NAS LATERAIS EM TELA SPECY ACOLCHOADA NA COR PRETA COM ELASTICO DE 2,5 NA COR PRETO; CARRINHO TRAVA UNIVERSAL, ALÇA DE TRANSPORTE, AJUSTE DE ALTURA HASTES ALUMÍNIO E RODAS SILICONE; PERSONALIZAÇÃO FRONTAL EM SUBLIMAÇÃO E APLICAÇÃO DE PATCH EM TECIDO TAFETÁ DE ALTA RESOLUÇÃO NA PARTE SUPERIOR FRONTAL, CONTORNADO POR BORDADO NO TAMANHO 5CM X 5CM; PORTA CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO EM PLÁSTICO CRISTAL MEDINDO 10CMX7CM. A MOCHILA DEVERÁ CONTER ETIQUETA DO FABRICANTE CONTENDO COMPOSIÇÃO E CNPJ DO FABRICANTE CONFORME LAYOUT EM ANEXO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UNIDADE	9.426	130,50	R\$ 1.230.093,00
14	PASTA PLÁSTICA TRANSPARENTE COM ELÁSTICO: PASTA COM ELÁSTICO; MATERIAL: POLIPROPILENO; TRANSPARENTE EM CORES SORTIDAS; ESPESSURA DO PLÁSTICO: MÍNIMO DE 0,80 MM; NÃO TÓXICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: LXAXP: 33,5 X 23,5 X 40.	UNIDADE	9.426	6,71	R\$ 63.248,46
15	SQUEEZE COM TAMPA 500 ML: ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL RESISTENTE E FLEXÍVEL, COM TAMPA ESTILO MOSQUETÃO	UNIDADE	9.426	13,75	R\$ 129.607,50





PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

**Secretaria de
Educação**



<p>E DESIGN ANATÔNICO NA COR AZUL, ALTURA 21CM COM A TAMP, DIÂMETRO 23CM BASE, LARGURA 7CM BASE, PESO 45,2G, TEM A RESISTÊNCIA A TEMPERATURA DE ATÉ 100 °C. FABRICADO EM MATERIAL POLIETILENO E PEAD ATÓXICO, LIVRE DE BISFENOLA (BPAFREE) FABRICADO EM POLIETILENO ATÓXICO LIVRE DE BISFENOL A VIRGEM DE 1º USO; PAREDES INTERNAS E EXTERNAS LISAS; SEM REENTRÂNCIAS OU RESSALTOS; FORMATO ARREDONDADO (PARA NÃO POSSIBILITAR O ACÚMULO DE RESÍDUOS); PIGMENTAÇÃO ATÓXICA E HOMOGÊNEA EM TODA A PEÇA, CONFORME NORMAS DA ANVISA QUANTO A METAIS PESADOS; RESISTENTE À TEMPERATURA DE 100º CELSIUS PODE SER RECICLADO MECANICAMENTE AO FIM DE SUA VIDA ÚTIL. COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO COM SUAS CORES ORIGINAIS NA TÉCNICA EM PINTURA TRANSFER. TAMANHO DA IMPRESSÃO MÍNIMO DE: 7CM DE ALTURA E 7CM DE LARGURA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. CONFORME LAYOUT EM ANEXO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.</p>				
16	UNIDADE	9.426	8,85	R\$ 83.420,10
VALOR TOTAL LOTE 02				R\$ 3.329.357,46
VALOR MÉDIO GLOBAL				R\$ 9.132.981,41

Praça das Flores - Rua Francisco Câmara, 332, Centro - Aquiraz-CE | CEP 61.700-000

ANEXO II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA O PROCEDIMENTO

Para fins de licitação, o(s) licitante(s) deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

a. Habilitação jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à **comprovação de existência jurídica da pessoa** e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21), devendo ser observado e apresentado se for:

- a.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- a.2. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- a.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.4. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- a.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- b.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);**
- b.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**



b.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

b.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

b.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

b.6. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Esta declaração ficará dispensada em caso de procedimento eletrônico onde o proponente opte por assinalar a opção constante do sistema).

b.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

b.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c. Qualificação Econômico-Financeira

c.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente de origem);

c.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

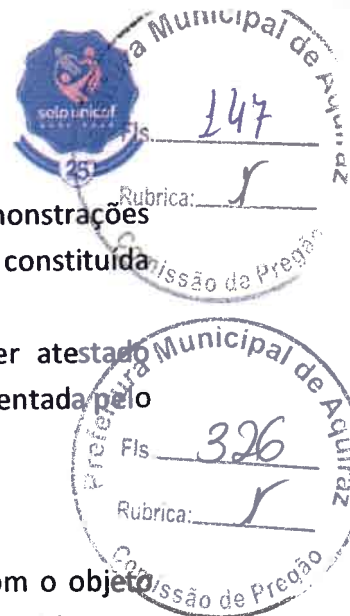
II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

c.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou, Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;

c.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de até 5% do valor total estimado da contratação;

c.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);



c.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

d. Qualificação Técnica

d.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

d.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

e. Outros documentos

e.1. Declaração de que a interessada atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

e.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

e.3. Declaração expressa de integral concordância com os termos do edital e seus anexos;

e.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Aquiraz – CE, 10 de março de 2026.


Carlos Robson Soares Leite
Secretário de Educação
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQIRAZ

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.009/2026 PERP
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ/CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua da Integração, s/n, Centro, Aquiraz/CE, através da **SECRETARIA DE _____**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). _____, aqui denominado(a) de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a **SECRETARIA DE _____** neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). _____, aqui denominado(a) de **ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)** considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.009/2026 PERP**, bem como, **RESOLVE** registrar os preços das empresas signatárias, nas quantidades estimadas e máximas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, em conformidade com as disposições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. A presente Ata de Registro de Preços decorre do processo de Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.009/2026 PERP**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023 da Prefeitura Municipal de AQUIRAZ/CE.

2. DO OBJETO

Constitui objeto da presente Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES DIDÁTICOS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE**, tudo conforme especificações contidas no Edital e anexos do processo originário na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.009/2026 PERP**, no qual restaram classificados os proponentes signatários.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES DIDÁTICOS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE**, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) de preços são os constantes dos ANEXOS desta Ata de Registro de Preços.

3.1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo III a esta Ata de Registro de Preços.

4. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

4.1. O gerenciamento da presente ata de registro de preços caberá a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** sendo os seguintes órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.**

5. VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. validade da Ata de Registro de Preços será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6. DAS COMPETÊNCIAS

6.1. A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** Órgão Gerenciador deste procedimento via Sistema de Registro de Preços, cabe a prática de todos os atos de gestão do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - exercer a gestão geral dos procedimentos de registro de preços, sendo, portanto, designado como Órgão Gerenciador, a qual compete a gerência dos pedidos de anuência, concessões de autorização para adesão às atas de registro de preços e controle de saldos das atas de registro de preços para os fins dos limites constantes do Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, a que trata do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços – SRP.

II - exercer as funções do órgão gerenciador do procedimento licitatório, quando este participar do objeto demanda, independentemente de quais são os outros órgãos também participantes.

6.2. A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, órgão Gerenciador deste procedimento via Sistema de Registro de Preços, cabe a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens; e

c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

III - consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;

V - confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência ou projeto básico, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente;

VI - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;

VII - remanejar os quantitativos da ata, observado o Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, a que trata do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços – SRP;

VIII - gerenciar a ata de registro de preços no que concerne ao cumprimento das obrigações e registro dos preços do objeto;

IX - conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

X - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

XI - verificar, pelas informações constantes do Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, a que trata do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços – SRP, se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 3º e indeferir os pedidos que não o atendam;

XII - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;

XIII - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;

XIV - aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 2º do art. 31, nos termos do disposto no § 3º do art. 31 do Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, a que trata do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços – SRP;

XV - motivar a abertura e julgar com base em relatório da Comissão Processante, o procedimento administrativo de apuração de responsabilidade – PAAR;

XVI - realizar a gerência dos pedidos de anuência, concessões de autorização para adesão as atas de registro de preços e o controle de saldos das atas de registro de preços nos casos dispostos no Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023;

§ 1º A ata de registro de preços poderá ser assinada por certificação digital.

§ 2º O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nesse tópico.

7. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

7.1. O órgão participante será responsável por tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

I - registrar sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:

- a) das especificações do item do qual pretende participar;
- b) da estimativa de consumo; e
- c) do local de entrega;

II - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

III - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o inciso I e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;

IV - manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;

V - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas no Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, a que trata do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços – SRP;

VI - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

VII - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

VIII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;

IX - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e

X - prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

8. DO CADASTRO RESERVA E DA CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES

8.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

8.1.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

8.1.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

8.1.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

8.1.2.2. Mantiverem sua proposta original.

8.2. O registro a que se refere o item 8.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

8.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

8.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas da ARP e em Lei.

8.5. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação, verificada a inexistência ou o não êxito quanto ao cadastro reserva, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

8.5.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário.

8.5.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

8.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9. DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

9.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. O instrumento contratual de que trata esse tópico deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023 da Prefeitura Municipal de AQUIRAZ/CE e legislação pertinente.

9.5. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ARP.

10. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

10.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

11.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

11.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

11.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

11.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

11.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 13, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

11.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto nessa ARP.

11.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 13, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

11.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 11.1 e seguintes, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

11.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

12.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

12.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

12.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

12.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

12.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023.

12.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

12.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

13. DO CANCELAMENTO

13.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

13.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

13.1.2. Não retirar a nota de empenho, assinar contrato ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

13.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023; ou

13.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.5. Quando a empresa detentora do preço registrado não aceitar reduzir o seu preço, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.1.6. Quando a empresa detentora do preço registrado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Nº. 14.133/2021 de 1º de abril de 2021;

13.1.6.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

13.1.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nessa cláusula será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.1.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

13.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

13.2.1. Por razão de interesse público;

13.2.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

13.2.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023.

13.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ata de registro de preços.

13.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Quadro de Avisos e Publicações, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de AQUIRAZ/CE, facultando-se à está neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

13.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas as obrigações contratuais.

13.7. Caso o Município de AQUIRAZ/CE não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ata de registro de preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

14. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

14.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

15. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP, mediante anuência do Órgão Gerenciador, nos termos do Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

15.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

15.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

15.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

15.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

15.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

15.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 15.1.

DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

15.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

15.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

15.8. Nos termos do Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, o órgão e entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital e municipal, inclusive do próprio município que não participarem do procedimento realizado o qual originou a presente ARP mediante o Sistema de Registro de Preços – SRP, poderão aderir, na condição de não participantes, à esta ata de registro de preços.

16. DOS ILÍCITOS PENAIS

16.1. As infrações penais tipificadas na Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

17. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

17.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem ou fundamentam, os procedimentos, penalidades e sanções serão aplicadas, como também as penalidades constantes do art. 15 do edital originário a esta ARP e da Lei Federal nº 14.133/21.

18. CONDIÇÕES GERAIS

18.1. As condições gerais do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, são as que se encontram definidas no Termo de referência e no Edital da licitação de origem.

18.2. **As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:**

18.2.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

18.2.2. Integram esta Ata os seus ANEXOS, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO** que lhe deu origem e seus ANEXOS, e as propostas da(s) empresas classificadas e vencedoras.

18.2.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

18.2.4. O(S) órgão(s) participante(s) se reserva(m) o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada.

18.2.5. A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.

19. DO FORO

19.1. O foro da Comarca de AQUIRAZ/CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Instrumento, em obediência ao disposto da Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

AQUIRAZ/CE, ____ de _____ de 2026.

[ÓRGÃO GERENCIADOR]
Órgão Gerenciador

[NOME DO ORDENADOR]
Ordenador(a) de Despesas da
[SECRETARIA GERENCIADORA]

Assinatura:

[RAZÃO SOCIAL]
CNPJ [CNPJ DA EMPRESA]
Detentor

[NOME DO RESP. LEGAL]
CPF [CPD DO RESP.LEGAL]
[CARGO DO RESP. LEGAL]

Assinatura:

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº _____

2. _____ CPF nº _____

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES COM PREÇOS REGISTRADOS

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços, celebrada entre o **MUNICÍPIO DE AQUIRAZ/CE** e as DENTENTORAS cujos preços estão a seguir registrados, em face à realização do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.009/2026 PERP**

01. RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

REPRESENTANTE:

BANCO:

E-MAIL:

AGÊNCIA:

CPF:

CONTA CORRENTE:

ANEXO II DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____.

REGISTRO DE PREÇOS UNITÁRIOS
ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS, QUANTITATIVOS MARCAS E EMPRESAS FORNECEDORAS

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº _____, celebrada entre o Município de AQUIRAZ/CE, através da _____ e a(s) empresa(s) abaixo indicadas, cujos preços estão a seguir registrados, demonstrado nas planilhas seguintes, conforme resultado extraído dos mapas de lances ofertados no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.009/2026 PERP

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CNPJ Nº:

LOTE 01 - KIT ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E FINAIS (1º AO 9º ANO)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTE	MARCA	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO GLOBAL

LOTE 02 - EDUCAÇÃO INFANTIL (INFANTIL I AO V)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTE	MARCA	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO GLOBAL

ANEXO III DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____.

CADASTRO RESERVA

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

LOTE						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTE	MARCA	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO GLOBAL

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTE	MARCA	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO GLOBAL

ANEXO IV - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AQIRAZ

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES DIDÁTICOS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AQIRAZ-CE.

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.009/2026 PERP

Data e Hora de Abertura: _____ às _____ horas

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Fone: _____

Banco: _____ Agência Nº: _____ Conta Corrente nº: _____

E-mail: _____

LOTE 01 - KIT ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E FINAIS (1º AO 9º ANO)						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTE	MARCA	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO GLOBAL
1	AGENDA ESCOLAR ANOS INICIAIS: CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: PERSONALIZADA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO, NA PRIMEIRA PÁGINA, LOCAL PARA COLOCAR DADOS PESSOAIS, REDES SOCIAIS E SAÚDE. CAPA: 17,5X24,5CM, 4X1 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHÊ FOSCO 150G. SAÍDA EM CTP. PROVA DIGITAL, Nº DE PROVAS: 1. PAPELÃO: 17X24CM, SEM IMPRESSÃO EM PAPELÃO PARDO 1150G, 1.9MM 400G. SEM IMPRESSÃO EM PAPEL OFFSET 120G. MIOLO: 196 PÁGINAS IGUAIS, 17,5X24,5CM, 1 COR, TINTA EM PAPEL OFFSET 63G. SAÍDA EM CTP. COM WIRE-O, LAMINAÇÃO BOPP FOSCA, Nº DE LADOS 1 (CAPA), COM FURO, COLAGEM CAPA/CONTRA CAPA. MIOLO IGUAL COM FOLHAS PAUTADAS COM A LOGO DA PREFEITURA EM TODAS AS PÁGINAS. PERSONALIZADA COM A LOGO E INFORMAÇÕES ENVIADAS PELA SME CONFORME ANEXO I.	UNIDADE	12.608			
2	APONTADOR DE LÁPIS: EM PLÁSTICO DUPLO EM FORMATO BOX E TAMPA HIGIÊNICA. APONTA LÁPIS COMUM E BIG. ATÓXICO. COMPOSIÇÃO RESINA TERMOPLÁSTICA E LÂMINA EM AÇO INOX. CORES VARIADAS.	UNIDADE	22.034			
3	BORRACHA PLÁSTICA - ESPECIFICAÇÃO: BORRACHA PLÁSTICA NA COR AZUL MEDINDO: 44MM X 26MM X 13MM. NÃO SUJA E NÃO ENRUGA O PAPEL, ISENTA DE PVC, CARGA INERTE E PIGMENTOS ATÓXICOS. COM CINTA AZUL EM RESINA TERMOPLASTICA E PIGMENTOS ATÓXICOS.	UNIDADE	22.034			
4	CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 X 1 200 FOLHAS CAPA DURA :CADERNO UNIVERSITÁRIO ESPIRALADO, 200 FOLHAS ÚTEIS (NÃO SENDO CONTADAS AS DIVISÓRIAS), 10 MATÉRIAS, PAUTADO FRENTE E VERSO COM CAPA E CONTRACAPA. MÍNIMO DE 27	UNIDADE	9.426			

	<p>PAUTAS POR PÁGINA, COM CABEÇALHO E RODAPÉ OU PAUTA CONTÍNUA. LINHAS COINCIDENTES EM AMBAS AS FACES. FORMATO APROXIMADO 200MM X 275MM; C/ ESPIRAL; PAUTADAS EM PAPEL OFFSET MÍNIMO 50 GR/M2, CAPA DURA: PAPELÃO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 680 G/M2, REVESTIDO DE PAPEL COUCHE BRILHO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M2. O PAPEL DE REVESTIMENTO DA GUARDA DEVE SER DE GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M2 A ILUSTRAÇÃO DA CAPA/CONTRACAPA DEVERÁ TER TEMÁTICA UNISSEX E COERENTE COM A SÉRIE QUE SE DESTINA O OBJETO. ACABAMENTO DA CAPA: PLASTIFICAÇÃO OU VERNIZ UV; DIVISÓRIAS: OFF-SET GRAMATURA MÍNIMA DE 63G/M², A CADA 20 FOLHAS IMPRESSAS A UMA COR ESPIRAL: ARAME REVESTIDO EM NYLON (PRETO) DE 1,20MM SENDO QUE O ACABAMENTO DADO NAS EXTREMIDADES DAS ESPIRAIS METÁLICAS DEVE FORMAR TRAVAS QUE IMPOSSIBILITEM A FORMAÇÃO DE PONTAS AGUDAS. DEVERÃO CONSTAR AS INFORMAÇÕES ABAIXO RELACIONADAS: - CADERNO UNIVERSITÁRIO - 200 FOLHAS - FORMATO: 20,0 CM X 27,5 CM - NBR: 15733:2012 - NOME DO FABRICANTE - CERTIFICAÇÃO FSC. ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.</p>				
5	<p>CADERNO BROCHURÃO: GRAMPEADO 80 FOLHAS CAPA FLEXÍVEL CADERNO BROCHURÃO – ESPECIFICAÇÃO: GRAMPEADO, 80 FOLHAS ÚTEIS, PAUTADO FRENTE E VERSO, COM CABEÇALHO E RODAPÉ OU PAUTA CONTINUA. LINHAS COINCIDENTES EM AMBAS AS FACES. FORMATO APROXIMADO 200MM X 275MM; PAUTADAS EM PAPEL OFFSET MÍNIMO 50 GR/M2, CAPA E CONTRACAPA FLEXÍVEL: CAPA DE CARTÃO DUPLEX COM GRAMATURA NOMINAL MÍNIMA DE 225 G/M2, A ILUSTRAÇÃO DA CAPA/CONTRACAPA DEVERÁ TER TEMÁTICA UNISSEX E COERENTE COM A SÉRIE QUE SE DESTINA O OBJETO. GRAMPO EM ARAME GALVANIZADO DE 0,70MM (MÍNIMO). DEVERÃO CONSTAR AS INFORMAÇÕES ABAIXO RELACIONADAS: - CADERNO BROCHURÃO GRAMPEADO FLEXÍVEL – 80 FOLHAS - FORMATO: 20,0 CM X 27,5 CM - NBR 15733:2012 - NOME DO FABRICANTE E SELO FSC.ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.</p>	UNIDADE	12.608		
6	<p>CADERNO DE CARTOGRAFIA GRANDE CAPA DURA: ESPECIFICAÇÃO: MEDIDAS APROXIMADAS DE 275 MM X 200 MM, ESPIRALADO, COM 96 FOLHAS DE PAPEL OFFSET COM GRAMATURA MÍNIMA DE 56 G/M², ISENTAS DE IMPRESSÃO. CAPA E CONTRACAPA EM PAPELÃO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 680 G/M², REVESTIDO COM PAPEL COUCHE BRILHO DE GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M². O PAPEL DE REVESTIMENTO DA GUARDA DEVE TER GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M². ESPIRAL EM ARAME REVESTIDO DE NYLON PRETO</p>	UNIDADE	12.608		

	COM ESPESSURA DE 1,10 MM, COM EXTREMIDADES DAS ESPIRAIS METÁLICAS ACABADAS DE FORMA A EVITAR PONTAS AGUDAS. A ILUSTRAÇÃO DA CAPA E CONTRACAPA DEVE TER TEMÁTICA UNISSEX, ADEQUADA À SÉRIE DO CADERNO. O ACABAMENTO DA CAPA PODE SER PLASTIFICAÇÃO OU VERNIZ UV. DEVEM CONSTAR AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: CADERNO DE CARTOGRAFIA – 96 FOLHAS - FORMATO: 27,5 CM X 20,0 CM E NOME DO FABRICANTE E SELO FSC.ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.					
7	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL: MATÉRIA-PRIMA POLIESTIRENO OU POLÍMERO TRANSPARENTE; DIMENSÕES APROXIMADAS: DIÂMETRO MÍNIMO DO CORPO: 7 MM. COMPRIMENTO MÍNIMO COM TAMPA: 14,5 CM. TAMPA: MATÉRIA-PRIMA POLIPROPILENO REMOVÍVEL COM HASTE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO. DA MESMA COR DA TINTA. ESFERA TUNGSTÊNIO COM DIÂMETRO DE 1.0 MM. CARGA: TUBO EM POLIPROPILENO SEXTAVADO TRANSPARENTE. PREENCHIMENTO DE TINTA: MÍNIMO DE 110 MM, MEDIDO DA PONTA. TINTA ATÓXICA. DESEMPENHO DE ESCRITA: AS CANETAS DEVERÃO APRESENTAR ESCRITA UNIFORME E MACIA.	UNIDADE	18.852			
8	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA: MATÉRIA-PRIMA POLIESTIRENO OU POLÍMERO TRANSPARENTE; DIMENSÕES APROXIMADAS: DIÂMETRO MÍNIMO DO CORPO: 7 MM. COMPRIMENTO MÍNIMO COM TAMPA: 14,5 CM. TAMPA: MATÉRIA-PRIMA POLIPROPILENO REMOVÍVEL COM HASTE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO. DA MESMA COR DA TINTA. ESFERA TUNGSTÊNIO COM DIÂMETRO DE 1.0 MM. CARGA: TUBO EM POLIPROPILENO SEXTAVADO TRANSPARENTE. PREENCHIMENTO DE TINTA: MÍNIMO DE 110 MM, MEDIDO DA PONTA. TINTA ATÓXICA. DESEMPENHO DE ESCRITA: AS CANETAS DEVERÃO APRESENTAR ESCRITA UNIFORME E MACIA.	UNIDADE	9.426			
9	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA: MATÉRIA-PRIMA POLIESTIRENO OU POLÍMERO TRANSPARENTE; DIMENSÕES APROXIMADAS: DIÂMETRO MÍNIMO DO CORPO: 7 MM. COMPRIMENTO MÍNIMO COM TAMPA: 14,5 CM. TAMPA: MATÉRIA-PRIMA POLIPROPILENO REMOVÍVEL COM HASTE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO. DA MESMA COR DA TINTA. ESFERA TUNGSTÊNIO COM DIÂMETRO DE 1.0 MM. CARGA: TUBO EM POLIPROPILENO SEXTAVADO TRANSPARENTE. PREENCHIMENTO DE TINTA: MÍNIMO DE 110 MM, MEDIDO DA PONTA. TINTA ATÓXICA. DESEMPENHO DE ESCRITA: AS CANETAS DEVERÃO APRESENTAR ESCRITA UNIFORME E MACIA.	UNIDADE	9.426			
10	COLA BRANCA 90G: ESPECIFICAÇÃO: CARACTERÍSTICAS: LÍQUIDA; PLASTIFICANTE; ALTO PODER DE COLAGEM; NÃO ATÓXICO; COMPOSIÇÃO:	UNIDADE	22.034			

	BASE EM ACETATO DE POLIVINILA (PVA) DISPERSO EM SOLUÇÃO AQUOSA; EMBALAGEM DO RODUTO: POSSUI TRAVA DE PROTEÇÃO E UMA ESPÁTULA ESPALHADORA PARA FACILITAR APLICAÇÃO. FORMATO DO FRASCO RECICLAVEL, RÓTULOS DE ACORDO COM OS PADRÕES DO FABRICANTE. SELO DO INMETRO.				
11	ESTOJO ESCOLAR: EM NYLON 420 IMPERMEÁVEL NA COR AZUL MARINHO NO TAMANHO APROXIMADO DE 21CM LARGURA X 9CM ALTURA X 6CM PROFUNDIDADE, CONTENDO 2 DIVISÓRIA EXTERNAS, UMA LOCALIZADA NA PARTE SUPERIOR COM ZÍPER Nº08 NA COR BRANCA E CURSOR NIQUELADO Nº08, E OUTRA NA PARTE FRONTAL COM O MESMO ZIPER E CURSOR DA PARTE SUPERIOR, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS NA PARTE FRONTAL, ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.	UNIDADE	22.034		
12	KIT GEOMÉTRICO: COMPOSTO POR 01 RÉGUA 30 CM, 01 ESQUADRO 45º, 01 ESQUADRO 60º, 01 TRANSFERIDOR 180º - DESCRIÇÃO DOS ITENS: RÉGUA 30 CM CONFECCIONADA EM PLÁSTICO NA COR AZUL., ESQUADRO DE 45º CONFECCIONADA EM PLÁSTICO. ESQUADRO DE 60º CONFECCIONADA EM PLÁSTICO. TRANSFERIDOR DE 180º CONFECCIONADA EM PLÁSTICO. O KIT DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM PLASTICA.	KIT	9.426		
13	LÁPIS DE COR, SEXTAVADO: LÁPIS DE COR 12 CORES VIVAS E INTENSAS, MADEIRA REFLORESTADA. COMPOSIÇÃO: MADEIRA REFLORESTADA, PIGMENTOS, AGLUTINANTES E CERA. COMPRIMENTO APROXIMADO DE 170 MM.	CAIXA	22.034		
14	LÁPIS GRAFITE: CORPO: MATÉRIA PRIMA: FORMATO SEXTAVADO. ATÓXICO. COMPOSIÇÃO LÁPIS EM MADEIRA, MINA DE CERA E PIGMENTOS. MEDIDAS APROXIMADAS: 17,5 CM ALTURA. DIÂMETRO: 7 MM. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO E FSC.	UNIDADE	44.068		
15	MOCHILA FUNDAMENTAL (ANOS INICIAS E ANOS FINAIS) ESPECIFICAÇÃO: MOCHILA NA COR AZUL MARINHO COM FRISO EM TODA SUA EXTENSÃO NA COR AZUL MARINHO. MEDIDAS: 32 CM LARGURA: X 41 CM ALTURA X 12 CM PROFUNDIDADE; MATERIAL: NYLON 420 IMPERMEÁVEIS. PARTE INTERNA: ALMOFADADA NAS COSTAS PARA MAIOR CONFORTO. COM ESPUMA APROXIMADAMENTE DE 6MM, FORRADA EM TECIDO EM ALTA DEFINIÇÃO 6800 FIOS 100% POLIÉSTER COM BRASÃO DO MUNICÍPIO EM FIOS COM EFEITO MARCA D'AGUA COM AS MEDIDAS DE 7,5X6,5 NO SENTIDO VERTICAL, NA COR CINZA E COSTURADA PARA MELHOR FIXAÇÃO. BOLSO EXTERNO: NA FRENTE COM ABERTURA VERTICAL EM ZÍPER BRANCO Nº 08, 01 BOLSO NA HORIZONTAL COM ZÍPER BRANCO E ABAIXO DETALHES EM ZIGZAG COM CORDÃO 5/2 NA COR BRANCO; ALÇA DE MÃO: COM FITA EM POLIPROPILENO MEDINDO 3 CM COM PUXADOR DE	UNIDADE	22.034		

	<p>MÃO EM PLÁSTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 12,5 CM NA COR PRETA. ALÇA DE COSTAS: ALÇAS SUPERIOR ACOLCHOADAS COM ESPUMA DE 6MM E REVESTIDA COM FITA POLIPROPILENO 2,5CM NA COR AZUL MARINHO, COM REGULADOR DE TAMANHO, ALÇA INFERIOR EM FITA POLIPROPILENO MEDINDO APROXIMADAMENTE 3 CM DE LARGURA X 43 CM DE COMPRIMENTO COR AZUL; BOLSO PRINCIPAL: ZÍPER GRANDE Nº 8 REFORÇADO NA COR BRANCA, COBERTOS PARA MAIOR SEGURANÇA ACABAMENTO INTERNO: EM VIÉS NA COR AZUL MARINHO, COBRINDO TODAS AS EMENDAS. BOLSOS LATERAIS: EM TELA SPECY ACOLCHOADA NA COR PRETA COM ELÁSTICO DE 2,5 CM NA COR PRETA, ETIQUETA: NA PARTE FRONTAL EM TECIDO TAFETÁ EM ALTA DEFINIÇÃO, TERMOCOLANTE, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 5CM DE LARGURA X 5CM DE ALTURA CONTORNADA COM BORDADO COMPUTADORIZADO NA COR BRANCA. ETIQUETA INTERNA: COM CNPJ, COMPOSIÇÃO, INSTRUÇÕES DE LAVAGEM E NOME DO FABRICANTE. AS MOCHILAS DEVEM VIR EMBALADAS EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE DEVIDAMENTE LACRADOS PARA TRANSPORTE E MANUSEIO. CONFORME LAYOUT EM ANEXO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.</p>				
16	<p>RÉGUA 30CM: ESPECIFICAÇÃO: POLIESTIRENO CRISTAL, POSSUINDO DOIS CHANFROS, UM EM CADA BORDA CONTENDO DUAS ESCALAS, DEVERÁ CONTER UMA TARJA AMARELA, JUNTAMENTE DAS ESCALAS, PARA DIFERENCIAÇÃO. A IMPRESSÃO DAS ESCALAS, SERÁ EM CENTÍMETROS, NA COR PRETA E FEITAS PELO PROCESSO DE TAMPOGRAFIA. DIMENSÕES APROXIMADAS (VARIAÇÃO PERMITIDA DE 5%): 310 MM COMPRIMENTO X 40MM LARGURA X 04MM ESPESSURA MAIOR E A MENOR 1,5MM (PONTA DE CADA CHANFRO).</p>	UNIDADE	15.253		
17	<p>SQUEEZE COM TAMPA 500 ML: ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL RESISTENTE E FLEXÍVEL, COM TAMPA ESTILO MOSQUETÃO E DESIGN ANATÔNICO NA COR AZUL, ALTURA 21CM COM A TAMPA, DIÂMETRO 23CM BASE, LARGURA 7CM BASE, PESO 45,2G, TEM A RESISTÊNCIA A TEMPERATURA DE ATÉ 100 °C. FABRICADO EM MATERIAL POLIETILENO E PEAD ATÓXICO, LIVRE DE BISFENOLA (BPAFREE) FABRICADO EM POLIETILENO ATÓXICO LIVRE DE BISFENOL A VIRGEM DE 1º USO; PAREDES INTERNAS E EXTERNAS LISAS; SEM REENTRÂNCIAS OU RESSALTOS; FORMATO ARREDONDADO (PARA NÃO POSSIBILITAR O ACÚMULO DE RESÍDUOS); PIGMENTAÇÃO ATÓXICA E HOMOGÊNEA EM TODA A PEÇA, CONFORME NORMAS DA ANVISA QUANTO A METAIS PESADOS; RESISTENTE À TEMPERATURA DE 100º CELSIUS PODE SER RECICLADO MECANICAMENTE AO FIM DE SUA VIDA ÚTIL. COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO COM SUAS CORES</p>	UNIDADE	22.034		

	ORIGINAIS NA TÉCNICA EM PINTURA TRANSFER. TAMANHO DA IMPRESSÃO MÍNIMO DE: 7CM DE ALTURA E 7CM DE LARGURA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. CONFORME LAYOUT EM ANEXO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.					
18	TESOURA SEM PONTA: TESOURA PARA CORTE DE PAPEL E MASSA DE MODELAR SEM LÂMINA, 100% PLÁSTICO. CABO E LÂMINA EM RESINA TERMOPLÁSTICA ATÓXICA COM MOLA NO CABO. APROXIMADAMENTE NO MÍNIMO 12 CM.	UNIDADE	12.608			
VALOR TOTAL LOTE 01						
LOTE 02 - EDUCAÇÃO INFANTIL (INFANTIL I AO V)						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTE	MARCA	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO GLOBAL
1	AGENDA ESCOLAR INFANTIL: CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: PERSONALIZADA COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO, NA PRIMEIRA PÁGINA, LOCAL PARA COLOCAR DADOS PESSOAIS, REDES SOCIAIS E SAÚDE. CAPA: 17,5X24,5CM, 4X1 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHÊ FOSCO 150G. SAÍDA EM CTP. PROVA DIGITAL, Nº DE PROVAS: 1. PAPELÃO: 17X24CM, SEM IMPRESSÃO EM PAPELÃO PARDO 1150G, 1,9MM 400G. GUARDA: 17X24CM, SEM IMPRESSÃO EM PAPEL OFFSET 120G. MIOLO: 196 PÁGINAS IGUAIS, 17X24CM, 1 COR, TINTA EM PAPEL OFFSET 63G. SAÍDA EM CTP. COM WIRE-O, LAMINAÇÃO BOPP FOSCA, Nº DE LADOS 1 (CAPA), COM FURO, COLAGEM CAPA/CONTRA CAPA. MIOLO IGUAL COM FOLHAS PAUTADAS COM A LOGO DA PREFEITURA EM TODAS AS PÁGINAS. PERSONALIZADA COM A LOGO E INFORMAÇÕES ENVIADAS PELA SME CONFORME ANEXO II.	UNIDADE	9.426			
2	APONTADOR C/ DEPÓSITO JUMBO: APONTADOR DE LÁPIS DUPLO, COM DOIS FUROS PARA APONTAR: LÁPIS CONVENCIONAL E JUMBO. LÂMINAS COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, PARA LÁPIS DE GRAFITE E DE COR GROSSOS, APONTADOR METÁLICO INSERIDO E DEPOSITO COM CORES VARIADAS. MEDINDO APROXIMADAMENTE: 5 CM DE ALTURA x 5 CM DE DIÂMETRO.	UNIDADE	18.852			
3	AQUARELA 12 CORES: LAVÁVEL. ACOMPANHA PINCEL. SOLÚVEL EM ÁGUA. ATÓXICO. PASTILHAS APROXIMADAMENTE CO M 28MM DE DIÂMETRO. COMPOSIÇÃO RESINA TERMOPLÁSTICA, TINTA, CARBONATO DE CÁLCIO E GOMA DE PÊSSEGO. PINCEL: CABO PLÁSTICO, VIROLA DE ALUMÍNIO E CERDAS SINTÉTICAS.	UNIDADE	9.426			
4	AVENTAL INFANTIL: ALTURA 49,5CM X LARGURA 39,5CM POLIETILENO À PROVA D'ÁGUA PROTEGE A ROUPA FÁCIL DE LIMPAR IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	9.426			
5	BORRACHA PLÁSTICA - ESPECIFICAÇÃO: BORRACHA PLÁSTICA NA COR AZUL MEDINDO: 44MM X 26MM X 13MM. NÃO SUJA E NÃO ENRUGA O PAPEL, ISENTA	UNIDADE	9.426			

	DE PVC, CARGA INERTE E PIGMENTOS ATÓXICOS. COM CINTA AZUL EM RESINA TERMOPLASTICA E PIGMENTOS ATÓXICOS.				
6	CADERNO DE CARTOGRAFIA GRANDE CAPA DURA: ESPECIFICAÇÃO: MEDIDAS APROXIMADAS DE 275 MM X 200 MM, ESPIRALADO, COM 96 FOLHAS DE PAPEL OFFSET COM GRAMATURA MÍNIMA DE 56 G/M ² , ISENTAS DE IMPRESSÃO. CAPA E CONTRACAPA EM PAPELÃO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 680 G/M ² , REVESTIDO COM PAPEL COUCHE BRILHO DE GRAMATURA MÍNIMA DE 115 G/M ² . O PAPEL DE REVESTIMENTO DA GUARDA DEVE TER GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M ² . ESPIRAL EM ARAME REVESTIDO DE NYLON PRETO COM ESPESSURA DE 1,10 MM, COM EXTREMIDADES DAS ESPIRAIS METÁLICAS ACABADAS DE FORMA A EVITAR PONTAS AGUDAS. A ILUSTRAÇÃO DA CAPA E CONTRACAPA DEVE TER TEMÁTICA UNISSEX, ADEQUADA À SÉRIE DO CADERNO. O ACABAMENTO DA CAPA PODE SER PLASTIFICAÇÃO OU VERNIZ UV. DEVEM CONSTAR AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: CADERNO DE CARTOGRAFIA – 96 FOLHAS - FORMATO: 27,5 CM X 20,0 CM E NOME DO FABRICANTE E SELO FSC. ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.	UNIDADE	9.426		
7	COLA BRANCA 90G: ESPECIFICAÇÃO: CARACTERÍSTICAS: LÍQUIDA; PLASTIFICANTE; ALTO PODER DE COLAGEM; NÃO ATÓXICO; COMPOSIÇÃO: BASE EM ACETATO DE POLIVINILA (PVA) DISPERSO EM SOLUÇÃO AQUOSA; EMBALAGEM DO RODUTO: POSSUI TRAVA DE PROTEÇÃO E UMA ESPÁTULA ESPALHADORA PARA FACILITAR APLICAÇÃO. FORMATO DO FRASCO RECICLAVEL, RÓTULOS DE ACORDO COM OS PADRÕES DO FABRICANTE. SELO DO INMETRO.	UNIDADE	9.426		
8	ESTOJO ESCOLAR: EM NYLON 420 IMPERMEÁVEL NA COR AZUL MARINHO NO TAMANHO APROXIMADO DE 21CM LARGURA X 9CM ALTURA X 6CM PROFUNDIDADE, CONTENDO 2 DIVISÓRIA EXTERNAS, UMA LOCALIZADA NA PARTE SUPERIOR COM ZÍPER N°08 NA COR BRANCA E CURSOR NIQUELADO N°08, E OUTRA NA PARTE FRONTAL COM O MESMO ZIPER E CURSOR DA PARTE SUPERIOR, CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAIS NA PARTE FRONTAL, ARTE FORNECIDA PELA SME CONFORME ANEXO.	UNIDADE	9.426		
9	GIZ DE CERA: MATÉRIA-PRIMA: CERAS E PIGMENTOS NÃO TÓXICO (PIGMENTOS ORGÂNICOS) GROSSO, GIZ DE CERA BIG NO FORMATO REDONDO, NÃO TÓXICO, CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	9.426		
10	LÁPIS DE COR BIG TRIANGULAR COM 12 CORES: CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: LÁPIS DE COR, BIG 12 CORES VIVAS E INTENSAS, ALTURA APROXIMADA 17,5CM. CONFECCIONADO EM RESINAS PLÁSTICAS E PIGMENTOS. NÃO TÓXICO. TODOS APONTADOS, ACOMPANHA APONTADOR DENTRO EM RESINA	CAIXA	9.426		

	TERMOPLÁSTICA E LÂMINA EM AÇO INOX, APONTADOR DEVERÁ VIM DENTRO DA CAIXA DO PRODUTO. CAIXA 9426				
11	LÁPIS PRETO TRIANGULAR JUMBO Nº 2: COM DIÂMETRO DE APROXIMADAMENTE 10MM, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 175MM.	UNIDADE	18.852		
12	MASSA DE MODELAR: CAIXA COM 6 UNIDADES COM CORES DIFERENTES; PESO: CAIXA COM, NO MÍNIMO, 90 G. COMPOSIÇÃO: PIGMENTOS, ÁGUA, CARBOIDRATO DE CEREALIS, GLÚTEN, CLORETO DE SÓDIO, CONSERVANTES, AROMA E ADITIVOS. CARACTERÍSTICAS: APRESENTAÇÃO: PRODUTO ATÓXICO. CORES PRETO, BRANCO, AMARELO, VERMELHO, AZUL E VERDE.	UNIDADE	9.426		
13	MOCHILA INFANTIL: MOCHILA NA COR AZUL MARINHO COM FRISO EM TODA SUA EXTENÇÃO NA COR BRANCA, MEDINDO 29CM DE LARGURA X 35CM DE ALTURA X 12CM DE PROFUNDIDADE MATERIAL COURO SINTÉTICO, IMPERMEÁVEL E ALMOFADAS NAS COSTAS PARA MAIOR CONFORTO E ISOLANTE CONTRA IMPACTOS COM ESPUMA DE 6MM FORRADA EM TECIDO EM ALTA DEFINIÇÃO 6800 FIOS 100% POLIÉSTER COM BRASÃO DO MUNICÍPIO EM FIOS COM EFEITO MARCA D'AGUA COM AS MEDIDAS DE 7,5CMX6,5CM NO SENTIDO VERTICAL ,NA COR CINZA E COSTURADA PARA MELHOR FIXAÇÃO; BOLSO EXTERNO; 01 FRENTE COM ABERTURA NA PARTE SUPERIOR DO BOLSO EM ZÍPER Nº 08 NA COR BRANCA; ALÇA DE MÃO EM CADARÇO DE 3CM COM REFORÇO NAS LATERAIS ; ALÇA DE COSTAS: ALÇAS SUPERIOR ACOCHOADAS COM ESPUMA DE 6MM E REVESTIDA COM FITA POLIPROPILENO 2,5CM, COM REGULADOR DE TAMANHO, ALÇA INFERIOR EM FITA POLIPROPILENO MEDINDO APROXIMADAMENTE 3 CM DE LARGURA X 43 CM DE COMPRIMENTO, EM ZÍPER Nº 08 NA COR BRANCA, REFORÇADO; EXTREMIDADE DO PUXADOR COM FIXAÇÃO RESISTENTE; ACABAMENTO INTERNO EM VIÉS, COBRINDO TODAS AS EMENDAS, COM BOLSO NAS LATERAIS EM TELA SPECY ACOLCHOADA NA COR PRETA COM ELASTICO DE 2,5 NA COR PRETO; CARRINHO TRAVA UNIVERSAL, ALÇA DE TRANSPORTE, AJUSTE DE ALTURA HASTES ALUMÍNIO E RODAS SILICONE; PERSONALIZAÇÃO FRONTAL EM SUBLIMAÇÃO E APLICAÇÃO DE PATCH EM TECIDO TAFETÁ DE ALTA RESOLUÇÃO NA PARTE SUPERIOR FRONTAL, CONTORNADO POR BORDADO NO TAMANHO 5CM X 5CM; PORTA CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO EM PLÁSTICO CRISTAL MEDINDO 10CMX7CM. A MOCHILA DEVERÁ CONTER ETIQUETA DO FABRICANTE CONTENDO COMPOSIÇÃO E CNPJ DO FABRICANTE CONFORME LAYOUT EM ANEXO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UNIDADE	9.426		
14	PASTA PLÁSTICA TRANSPARENTE COM ELÁSTICO: PASTA COM ELÁSTICO; MATERIAL: POLIPROPILENO; TRANSPARENTE EM CORES SORTIDAS; ESPESSURA	UNIDADE	9.426		



	DO PLÁSTICO: MÍNIMO DE 0,80 MM; NÃO TÓXICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: LXAXP: 33,5 X 23,5 X 40.				
15	SQUEEZE COM TAMPA 500 ML: ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL RESISTENTE E FLEXÍVEL, COM TAMPA ESTILO MOSQUETÃO E DESIGN ANATÔNICO NA COR AZUL, ALTURA 21CM COM A TAMPA, DIÂMETRO 23CM BASE, LARGURA 7CM BASE, PESO 45,2G, TEM A RESISTÊNCIA A TEMPERATURA DE ATÉ 100 °C. FABRICADO EM MATERIAL POLIETILENO E PEAD ATÓXICO, LIVRE DE BISFENOLA (BPAFREE) FABRICADO EM POLIETILENO ATÓXICO LIVRE DE BISFENOL A VIRGEM DE 1º USO; PAREDES INTERNAS E EXTERNAS LISAS; SEM REENTRÂNCIAS OU RESSALTOS; FORMATO ARREDONDADO (PARA NÃO POSSIBILITAR O ACÚMULO DE RESÍDUOS); PIGMENTAÇÃO ATÓXICA E HOMOGÊNEA EM TODA A PEÇA, CONFORME NORMAS DA ANVISA QUANTO A METAIS PESADOS; RESISTENTE À TEMPERATURA DE 100º CELSIUS PODE SER RECICLADO MECANICAMENTE AO FIM DE SUA VIDA ÚTIL. COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO COM SUAS CORES ORIGINAIS NA TÉCNICA EM PINTURA TRANSFER. TAMANHO DA IMPRESSÃO MÍNIMO DE: 7CM DE ALTURA E 7CM DE LARGURA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. CONFORME LAYOUT EM ANEXO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	UNIDADE	9.426		
16	TESOURA SEM PONTA: TESOURA PARA CORTE DE PAPEL E MASSA DE MODELAR SEM LÂMINA, 100% PLÁSTICO. CABO E LÂMINA EM RESINA TERMOPLÁSTICA ATÓXICA COM MOLA NO CABO. APROXIMADAMENTE NO MÍNIMO 12 CM.	UNIDADE	9.426		
VALOR TOTAL LOTE 02					

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ **VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) dias.

Observações:

- O proponente declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo II –Termo de Referência deste edital.
- Independente de declaração expressa, fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias ao fornecimento, inclusive as relacionadas com:
 - encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
 - tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;
 - seguros em geral, da infortunistica e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pelo fornecimento.

Local/Data:, de de

Assinatura Proponente

Carimbo da Empresa/Assinatura do Responsável



**ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº _____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.009/2026 PERP**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ/CE, E DO
OUTRO A EMPRESA _____ PARA O FIM
QUE NELE SE DECLARA.

O município de AQUIRAZ/CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua da Integração, s/n, Centro, Aquiraz/CE, através da **SECRETARIA DE _____**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). _____, C.P.F. Nº _____, aqui denominado(a) de **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada pelo (a) Sr(a). _____, portador (a) do CPF nº _____, apenas denominada de **CONTRATADA**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato encontra-se fundamentado pelo processo administrativo de Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** tombado sob o Nº 13.009/2026 PERP em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 - Lei das Licitações Públicas e Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, assim como, a legislação complementar em vigor.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência – TR;
- b) O Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- c) O Edital da Licitação;
- d) A proposta de preços do contratado;
- e) A Ata de Registro de Preços – ARP;
- f) Eventuais anexos dos documentos supracitados; e
- g) Legislação Municipal regulamentadora quanto a Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES DIDÁTICOS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE**, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante do anexo II do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ ____ (____), a ser pago na proporção da entrega dos produtos licitados, segundo as ordens de compras/autorizações de fornecimento expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT do proponente vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

3.2. Por ocasião da entrega dos produtos, o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da Secretaria de *****, com endereço na ***** CNPJ/MF sob o nº *****.

3.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

3.3.1. Conforme Decreto Municipal nº 055/2023, de 13/07/2023, que dispõe sobre a retenção na fonte do imposto de renda nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública municipal direta, fica determinado que:

a) Os Órgãos da Administração Pública Municipal Direta, bem como suas Autarquias e Fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do Imposto de Renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e alterações, da Receita Federal do Brasil.

a.1) As retenções de que trata o "caput" deste artigo serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços para entrega futura.

b) Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda na Fonte os pagamentos realizados às pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços nas hipóteses previstas no art. 4º da Instrução Normativa nº 1.234/2012.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do Imposto de Renda devem informar essa condição em seus documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do imposto sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

3.4. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação, hipótese na qual será utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e vigorará pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes a _____:

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023 e da proposta adjudicada.

6.2. O CONTRATADO obriga-se a:

- a)** executar o fornecimento dos produtos contratados dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório e no ANEXO II, que fazem parte deste instrumento, observando, ainda, todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b)** assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
- c)** a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d)** responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e)** indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f)** aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021;
- g)** entregar os produtos de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do MUNICÍPIO;
- h)** comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- i)** prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- j)** dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas;
- k)** prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- l)** comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros considerados necessários para recebimento de correspondência;
- m)** possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- n)** manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento do objeto deste contrato;

o) manter seus empregados, quando nas dependências do MUNICÍPIO, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;

p) Arcar com as despesas da entrega do produto no local indicado na autorização de fornecimento.

6.2.2. No caso de constatação da inadequação dos produtos fornecidos às normas e exigências especificadas no Termo de Referência, no Edital ou na Proposta do Contratado, o Contratante os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

6.3. O CONTRATANTE obriga-se a:

6.3.1. assegurar o livre acesso do CONTRATADO e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessário o fornecimento dos bens, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;

6.3.2. efetuar o pagamento ao CONTRATADO na forma prevista neste instrumento.

6.4. LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

Local de entrega do Objeto

6.4.1. Os bens deverão ser entregues no endereço constante da ORDEM DE COMPRA/ NOTA DE EMPENHO, podendo ocorrer em todo o município de AQUIRAZ/CE.

6.5. PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS

6.6.1. Os produtos deverão ser entregues em até **15 (QUINZE) DIAS UTEIS**, contados a partir do recebimento, pelo fornecedor da **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada, as seguintes penas:

7.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega do objeto, não mantiver a Carta Proposta, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de AQUIRAZ/CE e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de AQUIRAZ/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais.

7.2. Conforme estabelecido na Lei nº 14133/21, cometerá infração administrativa o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.3. Aplica-se multa compensatória:

- 7.3.1. Para infrações listadas nas alíneas “e” a “h” do subitem 7.2., variando até 0,8% do valor do contrato.
- 7.3.2. Multa compensatória, para a inexecução parcial do contrato conforme a alínea “a” do subitem 7.2., variando de até 5% do valor do contrato.
- 7.3.3. Para a infração descrita na alínea “b” do subitem 7.2., a multa será de até 10% do valor do contrato.
- 7.3.4. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 7.2., a multa será de até 20% do valor do contrato.
- 7.3.5. Para a infração prevista na alínea “c” do subitem 7.2., a multa será de até 30% do valor do contrato, excetuadas as seguintes infrações:

7.4. Será aplicada multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de qualquer produto solicitado, contados do recebimento da Ordem de Compra, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da compra/solicitação, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;

7.5. Será aplicada multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra/solicitação, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos bens.

7.6. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do proponente de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, as seguintes penas:

a) advertência;

b) multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição ou do valor global do contrato, conforme o caso;

7.7. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

7.7.1- Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o proponente fizer jus.

7.7.2- Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do proponente, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

7.8. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

7.9. A falta dos produtos não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o contratado das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

8.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

8.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.
- 9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada.
- 9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.
- 9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.
- 9.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.
- 9.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os bens fornecidos em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.
- 9.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.
- 9.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.
- 9.10. A gestão e fiscalização do contrato caberá ao Ordenador de Despesa competente ou a quem ele a designar com esta finalidade, devendo ele exercer toda a sua plenitude tudo em atendimento e consonância ao que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

- 10.1. O foro da Comarca de AQUIRAZ/CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na Prefeitura Municipal de AQUIRAZ/CE, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

AQUIRAZ/CE, ____ de ____ de ____

Secretário(a) de _____
CONTRATANTE

EMPRESA: _____
Sr(a). _____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº _____
2. _____ CPF nº _____

ANEXO I DO CONTRATO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES DIDÁTICOS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.

LOTE						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTE	MARCA	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO GLOBAL